

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM LETRAS

ALINE SILVA VIEIRA

**A RESISTÊNCIA DA LITERATURA: LEITURA E ESCRITA LITERÁRIA
ENQUANTO ARTE DE FAZER**

**Orientação: Prof. Dr. Renato Nésio Suttana
Coorientação: Prof^ª. Dr^ª. Ariane Guerra Barros**

DOURADOS-MS
2024

ALINE SILVA VIEIRA

**A RESISTÊNCIA DA LITERATURA: LEITURA E ESCRITA LITERÁRIA
ENQUANTO ARTE DE FAZER**

Texto de dissertação de Mestrado apresentado para defesa do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras (FALE) da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito à obtenção do Título de Mestra em Letras.

Área: Literatura e Práticas Culturais

Orientador: Prof. Dr. Renato Nésio Suttana

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ariane Guerra Barros.

DOURADOS-MS

2024

BANCA EXAMINADORA

Dr. Renato Nésio Suttana

Dr^a. Ariane Guerra Barros

Dr^a. Leoné Astride Barzotto

Dr^a. Márcia Maria de Medeiros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V657r Vieira, Aline Silva
A RESISTÊNCIA DA LITERATURA: : LEITURA E ESCRITA LITERÁRIA ENQUANTO
ARTE DE FAZER [recurso eletrônico] / Aline Silva Vieira. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Dr. Renato Nésio Suttana.
Coorientadora: Dr^a. Ariane Guerra Barros.
Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. leitura literária. 2. escrita literária. 3. artes de fazer. 4. resistência. I. Suttana, Dr. Renato Nésio. II. Barros, Dr^a. Ariane Guerra. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, inicialmente, de expressar minha profunda gratidão para com todas as pessoas e instituições que tornaram possível a conclusão desta dissertação de mestrado. Foi um processo ao mesmo tempo prazeroso e difícil; prazeroso porque esta foi, desde o princípio, a pesquisa que eu desejava fazer, e difícil por conta dos diversos percalços que enfrentei para tal.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Ser bolsista no mestrado permitiu um nível de dedicação à pesquisa que não seria possível sem esse apoio, e por isso sou muito grata ao Programa de Demanda Social (DS), à CAPES e ao Ministério da Educação (MEC) por essa oportunidade.

Agradeço, também, à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), à Faculdade de Comunicação Artes e Letras (FALE) e ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Tenho um imenso orgulho em ser vinculada há sete anos à UFGD e à FALE, e os dois anos no Mestrado em Letras foram igualmente gratificantes.

Meus agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Renato Nésio Suttana, por me aceitar como orientanda, pela confiança depositada em mim e por suas contribuições para esta pesquisa e o desenvolvimento desta dissertação de mestrado.

Agradeço minha coorientadora, Prof^ª. Dr^ª. Ariane Guerra Barros pelas trocas, pelo tempo dedicado, por suas sugestões e contribuições que foram imprescindíveis para a realização deste trabalho. Construímos uma dinâmica incrível nesses últimos quatro anos, seja dentro ou fora da academia, e espero que essa parceria continue por muito tempo.

Igualmente agradeço à Prof^ª. Dr^ª. Leoné Astride Barzotto e à Prof^ª. Dr^ª. Márcia Maria de Medeiros por aceitarem o convite para compor a banca examinadora. Suas palavras, sugestões e questionamentos foram essenciais para que esta dissertação se tornasse o que é hoje. Espero poder retribuir o carinho e cuidado que vocês me direcionaram.

Um agradecimento especial aos professores Dr^ª. Alexandra Santos Pinheiro, Dr^ª. Célia Regina Delácio Fernandes e Dr. Gregório Foganholi Dantas pelas aulas, conversas, desabafos e conselhos dados ao longo do mestrado. Tudo que aprendi com vocês foi extremamente importante e relevante para essa jornada acadêmica e para as futuras pesquisas que desejo realizar. Obrigada também à todos os outros professores que compõem o corpo docente e aos técnicos que contribuem para esse Programa de Pós-Graduação.

Por toda a parceria que tivemos nos últimos dois anos, agradeço à Jessica Sotolani Manfré, Lana Ieda Nunes Costa, Vitoria Alves Miguel e Gianni Reiz Sant'anna. Nós formamos

um quinteto maravilhoso, e sem o apoio de vocês esse processo teria sido muito mais difícil. Espero que saibam o quão importantes vocês são para mim, e que eu sempre estarei aqui quando precisarem. Amo vocês.

À minha mãe, Maria Aparecida Silva, expresso minha eterna gratidão. Sem você, eu não teria chegado aqui – sem seu apoio, sua torcida e o exemplo que você sempre foi, eu não seria quem sou hoje. Obrigada pela confiança incondicional que você tem em mim e no meu potencial; obrigada por não questionar minhas escolhas e necessidades e estar sempre presente nos momentos que eu preciso. Não há “eu te amo” capaz de expressar o tamanho do meu amor por você.

Obrigada à Camila da Silva Camargo por ter sido um exemplo para mim conforme eu crescia, por sempre apoiar tudo que eu procuro fazer e por vibrar comigo à cada conquista. Nós somos primas, mas é como se também fôssemos irmãs. Amo muito você.

Sou profundamente grata à minha família do coração: Erica Cristina, Bárbara Marthelly, Guilherme, Ymylli Vanessa, Kayo Eduardo, Davi Lucca, Maria de Fátima e Anny Beatriz. Amo muito vocês, e obrigada por todo o apoio e carinho que vocês me dedicam há tantos anos.

Estendo o agradecimento à Hemilly Rayanne, que além de também fazer parte dessa família e ter estado ao meu lado na vida, esteve também presente em toda essa jornada acadêmica, oferecendo apoio e ajuda sempre que precisei. O *Pastel Escritor* influenciou grandemente essa pesquisa – obrigada por fazer parte dele comigo.

Para Juciano Rocha Professor, dedico um especial agradecimento. Sem você e sua ajuda eu provavelmente não teria entrado no mestrado. Obrigada por tudo que você fez por mim, por sua amizade, apoio e confiança. Tenho muito orgulho de ser sua amiga.

Obrigada à Ana Moraes pela amizade, pelas conversas sobre livros e literatura e pela ajuda com essa dissertação. Espero que você saiba que pode contar comigo e que sou muito grata por nossa amizade.

Agradeço também Henrique Mosciaro, por todas as vezes que você me ajudou na realização deste trabalho. Obrigada pela compreensão e pela amizade – você foi extremamente importante para que eu chegasse até aqui.

Da mesma maneira, agradeço aos meus companheiros da Cia. Última Hora. Estar com vocês torna a vida mais leve. Obrigada por fazerem parte dessa jornada, que se tornou possível também por vocês.

Por fim, agradeço à Via Láctea, Lactose, Julio, Pantera, Godinha, Nica, Titinha, Perneta e Pretinha. Vocês são os melhores bichinhos que eu poderia pedir, e sem todo o carinho que vocês dedicam continuamente eu não conseguiria continuar. Amo vocês.

A ficção nos completa – nós, seres mutilados a quem foi imposta a atroz dicotomia de ter uma vida apenas e a capacidade de desejar mil vidas.

Mario Vargas Llosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A LEITURA	16
1.1 A leitura na história.....	17
1.2 O leitor, protagonista	29
1.3 A leitura literária, propulsora.....	53
2. RESISTÊNCIA.....	67
2.1 Sobre poder(es).....	69
2.2 Uma resistência cotidiana	76
2.3 Tática e linguagem.....	84
2.4 A escrita enquanto tática.....	88
2.5 Conexões entre leitura e resistência.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	112

RESUMO

A leitura (e em especial a literária), considerada como um complexo processo de criação de significados a partir da interação autor-texto-leitor, é compreendida nesta dissertação como uma prática de resistência, pois sua execução leva à criação de um espaço próprio que permite o estabelecimento de uma identidade individual e coletiva. Apreendendo a sociedade de acordo com Michel de Certeau (2013, 2014), que afirma que os seres humanos estão inseridos numa sociedade do consumo, onde o controle ocorre, principalmente, mediante a circulação de mercadorias, a assunção de papéis e os códigos sociais, as relações de poder se dão entre esses sistemas. Para o autor, existem práticas do tipo estratégicas – que evocam um lugar próprio –, e práticas do tipo tática – aquelas que não possuem um lugar próprio, inscrevendo-se no lugar do outro. Queremos inserir, nesta investigação, a leitura literária como uma ação do tipo tática, pois o leitor pode e tem o potencial de criar no espaço do outro; e a escrita de literatura como uma ação com características táticas. Com base nas reflexões do autor supracitado, e partindo também das ideias de Roger Chartier (1998, 1999, 2011a, 2011b), Michel Foucault (2001, 2023), Alfredo Bosi (2002), Wolfgang Iser (1979, 1996), Roland Barthes (2004, 2013), Umberto Eco (2019), Paul Zumthor (2018), Michèle Petit (2013) e Antonio Candido (2004), que refletem sobre as questões da leitura e escrita literária, da interpretação e suas relações com a sociedade e a alteridade, esta dissertação busca compreender como a leitura e a escrita literária desempenham um papel decisivo na resistência aos sistemas de poder, colocando as figuras de leitor e autor literário como protagonistas desse movimento silencioso que chamamos de resistência. Ao compreender o modo como a leitura literária permite a criação de um refúgio, suscitando a construção de um reconhecimento de si e dos outros, e da escrita literária enquanto uma trapaça ao poder da língua, o presente trabalho insere-se num campo de reflexão sobre a leitura e escrita literária enquanto ação de construção de sentidos, de formação de identidades e propulsora de resistências às imposições das estruturas de poder, sejam elas de ordem econômica, cultural, social ou outras.

Palavras-chave: leitura literária; escrita literária; artes de fazer; resistência.

ABSTRACT

Reading (especially literary reading), considered as a complex process of creating meaning through the interaction of author-text-reader, is understood in this dissertation as a practice of resistance, as its execution leads to the creation of a personal space that allows for the establishment of both individual and collective identity. Drawing from Michel de Certeau's conception of society (2013, 2014), where humans are situated within a consumer society, where control primarily occurs through the circulation of goods, assumption of roles, and social codes, power relations occur among these systems. According to the author, there are strategic practices - those that evoke a specific place - and tactical practices - those that do not have a specific place, inscribing themselves in the place of others. In this investigation, we aim to insert literary reading as a tactical action, as the reader can and has the potential to create within the space of others; and the writing of literature as an action with tactical characteristics. Based on the reflections of the aforementioned author, as well as the ideas of Roger Chartier (1998, 1999, 2011a, 2011b), Michel Foucault (2001, 2023), Alfredo Bosi (2002), Wolfgang Iser (1979, 1996), Roland Barthes (2004, 2013), Umberto Eco (2019), Paul Zumthor (2018), Michèle Petit (2013), and Antonio Candido (2004), who reflect on the issues of literary reading and writing, interpretation, and their relationships with society and otherness, this dissertation seeks to understand how literary reading and writing play a decisive role in resisting systems of power, positioning the figures of reader and literary author as protagonists of this silent movement we call resistance. By understanding how literary reading allows for the creation of a refuge, fostering the construction of self-awareness and awareness of others, and literary writing as a subversion of language power, this work inserts itself into a field of reflection on literary reading and writing as actions of constructing meaning, forming identities, and promoting resistance against the impositions of power structures, whether they be economic, cultural, social, or otherwise.

Keywords: literary reading; literary writing; arts of doing; resistance.

INTRODUÇÃO

Poucas coisas marcam tanto um leitor como o primeiro livro que realmente abre caminho ao seu coração. As primeiras imagens, o eco dessas palavras que pensamos ter deixado pra trás, nos acompanham por toda a vida e esculpem um palácio em nossa memória ao qual mais cedo ou mais tarde – não importa os livros que leiamos, os mundos que descobramos, o quanto aprendamos ou esqueçamos – iremos retornar.

Carlos Ruiz Zafón

Traçar a trajetória deste trabalho é traçar, também, a minha trajetória com os livros, pois a primeira não existiria sem a segunda. Desde muito nova a leitura permeia meu cotidiano, ditando os caminhos que segui, aquilo que eu fazia ou aquilo que eu planejava fazer. Uma presença constitutiva da minha identidade, das minhas amizades e, por fim, dos meus estudos. Minha relação com a leitura é uma das mais duradouras que já tive – a partir do momento em que fomos apresentadas, não nos apartamos jamais.

Nossa história remonta até antes das minhas memórias mais antigas – minha mãe conta que, a partir dos dois anos, eu passei a insistir continuamente que me lessem histórias antes de dormir. Não sabendo ler, fazia com que me contassem o que estava escrito nos livros. Os clássicos infantis estiveram ali, enfeitando meu sono e atizando minha imaginação. Mas não demorou muito para que eu aprendesse a ler por conta própria – aos três anos. E eu não parei mais. Pedi textos, pedi livros, pedi revistas – a leitura era como um vício do qual eu não queria largar. Minha mãe, leitora assídua, certificou-se de que eu tivesse o quanto fosse possível de livros para ler, máxima que permanece até hoje. Sempre tive, em casa, uma pequena biblioteca particular – um pequeno mundo próprio, um refúgio, um exercício à imaginação por meio das palavras.

Foi na fantasia que, durante à adolescência, me aventurei. Em mundos onde bruxos e bruxas, semideuses e anjos existiam, eu cresci. Em suas jornadas de herói, fui desenvolvendo minha própria jornada, lidando com todas as espécies de dores e mistérios que a adolescência traz. Encontrei a mim dentro de um mundo ficcional; descobri informações sobre minha própria existência dentro de escritos que não tinham sido feitos sobre mim. Até os dias de hoje, tenho um carinho imenso por todas essas histórias que me acompanharam durante esse período de descoberta. E foi a partir desse tipo de ficção que ganhei amigos presentes até hoje. Não só os

livros me trouxeram amigos de papel, como também me trouxeram amigos em carne e osso. Amigos que se encontravam nas páginas de livros da mesma forma como eu.

Foi nesse encontro que nasceu o *Pastel escritor*, mais precisamente no dia 17 de junho de 2014, um projeto onde eu e meu grupo de amigos exploramos, em diversas redes sociais, o diálogo acerca de livros, especialmente por meio de vídeos. Estivemos no *Twitter*, no *Facebook* e em formato de *blog*. Permanecemos *online* no *YouTube*, *Instagram* e *TikTok*, falando sobre livros, dialogando sobre a literatura, lutando por mais incentivo à leitura, compartilhando experiências em eventos literários e, mais recentemente, defendendo a leitura dentro do estado do Mato Grosso do Sul.

Em 2021, no dia 8 de março, lançamos o documentário *Entre parágrafos e terra vermelha: a leitura no Mato Grosso do Sul*. O projeto foi contemplado pela Lei Aldir Blanc, no município de Dourados. Nele, exploramos a relação de leitores com os livros, a importância da leitura no desenvolvimento pessoal, a realidade da literatura dentro de escolas e universidades do estado, bem como a experiência de ser escritor dentro dele. Por fim, falamos também das problemáticas acerca de políticas públicas voltadas à leitura e trouxemos reflexões sobre o que precisa ser feito para que a leitura literária seja mais presente na vida da população sul-mato-grossense. O documentário foi o reflexo de um trabalho de mais de seis anos falando sobre leitura literária na internet, conversando com leitores, percebendo uma realidade deficitária em relação ao incentivo à leitura. Por esse trabalho, chegamos a receber uma moção de congratulação pela Câmara Municipal de Campo Grande.

Em 2022, surgiram dois trabalhos gêmeos, o podcast *Tereré Pytã* e o curta-metragem *Uma gatinha branca*, ambos tratando da adaptação para novas linguagens de contos do autor Henrique Pimenta, que reside no estado do Mato Grosso do Sul há muitos anos, expondo a realidade sul-mato-grossense por intermédio de narrativas literárias ficcionais. O podcast contou com episódios lançados durante o fim de fevereiro e todo o mês de março, enquanto o curta-metragem estreou na mesma data que o documentário, 8 de março, pois trazia à tona a temática da violência contra a mulher.

Esses trabalhos no campo audiovisual nasceram do interstício entre duas áreas próximas pelas quais me interesso: a literatura e as artes cênicas. Mesmo tendo cogitado Letras, foi Artes Cênicas a faculdade que escolhi para fazer primeiro. Ingressei na graduação no início em 2017 na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Minha paixão por narrativas me levou ao teatro – tinha vontade de contar histórias, um ímpeto pela expressão, uma necessidade de trazer à tona ideias guardadas num puxadinho da minha mente. Gostava de escrever, de atuar,

de ensinar, e esse sentimento foi forte o suficiente para me fazer trocar as extensas avenidas repletas de ipê de Campo Grande pelo estonteante pôr do sol de Dourados.

A leitura literária seguiu presente em tudo o que eu fazia, fosse fora ou dentro da academia. Organizei e compareci a eventos sobre esses assuntos, escrevi e gravei sobre leituras, utilizei literatura como base para o trabalho cênico, participei de clubes de leitura, entrei para um clube de assinatura de livros. Em 2018 e 2022, fui à Bienal do Livro de São Paulo, experiências ímpares de contato com o mundo da leitura. Conheci autores, pedi autógrafos, tirei fotografias, comprei muitos livros, descobri novas perspectivas e maneiras de encarar todo o universo literário, da escrita, produção à leitura.

No fim da graduação, entrei para o grupo de pesquisa *Corpo e(m) Performance: Ações no/do cotidiano*, com orientação da prof^a. Dra. Ariane Guerra Barros, onde iniciamos investigações acerca da teatralidade, performatividade, fotografia (pois estávamos no auge da pandemia) e cotidiano. Além de dois capítulos de livro e um trabalho publicado em anais, a pesquisa motivou, também, meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *A performatividade e teatralidade incorporadas num clique: a fotografia como fragmento do cotidiano*.

Descobrimos o teórico Michel de Certeau, cuja pesquisa se embasa numa investigação da resistência embutida em práticas cotidianas. Percebi que o cotidiano é uma rica fonte de possibilidades de pesquisa, fosse na área das artes cênicas ou na área de literatura. Nos estudos anteriores, não foquei em apenas uma ou em uma prática em específico, e sim abordei as ações de maneira mais ampla. Mas o constante contato com o teórico, em conjunto com os trabalhos que realizei no *Pastel Escritor*, fizeram com que eu desvendasse o que gostaria de pesquisar na pós-graduação.

Ingressei, em 2022, na especialização em Teatro e educação: processos criativos e pedagógicos, também sob a orientação da prof^a. Dra. Ariane Guerra Barros, onde desenvolvi uma pesquisa partindo do livro *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf e a realidade de artistas femininas na contemporaneidade. A ideia surgiu justamente de reflexões sobre autoria feminina, o lugar das mulheres na experiência artística e na literatura. Foi dessa forma que surgiu o trabalho *Ecos de Um Teto Todo Seu: reflexões sobre o lugar da mulher no teatro contemporâneo*, o qual defendi em julho de 2023.

Concomitante à especialização, ingressei no Programa de Pós-graduação em Letras da UFGD, na área de Literatura. Recebi um chamado da leitura literária, e aceitei o convite. Encontrei, na minha trajetória, esse objeto de pesquisa insistente; e uma ideia que já tinha sobre ela: a de que a resistência pode estar implícita na leitura literária. Durante as aulas, fui

descobrir cada vez mais coisas que me encantavam na literatura; fui entendendo mais sobre ela, sua importância e, de quebra, novas maneiras de encarar a mim mesma em relação a ela. Estudar literatura fortaleceu mais ainda o laço indescritível que eu tinha com os livros.

Enquanto mestranda, minha pesquisa pousou numa investigação acerca da leitura literária e sua posição enquanto uma *arte de fazer*. A partir do entendimento de que a leitura literária pode ser compreendida como resistência, calcada em autores como Michel de Certeau (2014) e Michèle Petit (2013), intento realizar um apanhado geral sobre a história da leitura, tendo como base principalmente os textos de Roger Chartier (1998, 1999, 2011a, 2011b) e Steven Roger Fischer (2006). Faço também uma breve reflexão sobre o ato de ler, a partir de Wolfgang Iser (1979, 1996), Roland Barthes (2004, 2013), Umberto Eco (2019) e Paul Zumthor (2018), de forma a compreender o processo de produção de sentidos por parte do leitor. Explorarei, então, a ligação do poder enquanto instância difusa, conforme defendido por Michel Foucault (2023), com a leitura. A partir daí, unindo a resistência e a leitura literária, coloco-a como uma arte de fazer (Certeau, 2014), uma tática cotidiana que pode subverter imposições dos sistemas de poder, ao mesmo passo que atua na criação de um espaço próprio que possibilita a reflexão e a ampliação da percepção de mundo por parte do leitor.

Pensando a literatura de forma ampla – como manifestações poéticas e efabulação, com maior atenção às formas escritas –, buscar-se-à sublinhar a resistência intrínseca à leitura literária, percebendo sua relevância na experiência concomitante de uma individualidade e uma coletividade. Essa reflexão possibilita a constação da não-passividade dos leitores, bem como a influência que tal atividade exerce sobre o desenvolvimento identitário dos sujeitos, e por qual razão ela deve ser considerada, como afirmava Candido (2004), um direito incompressível dos seres humanos.

Implementar a leitura literária como uma prática de resistência permite uma ampliação de sua prática, inserindo-a enquanto uma atividade de caráter ativo, relevante para a formação da identidade e reconhecimento dos indivíduos como sujeitos em uma sociedade. É importante ressaltar que esta pesquisa busca dar enfoque às resistências propiciadas pela leitura – o que não exclui outras formas de resistir que não sejam direta ou indiretamente ligadas ao ato de ler. As resistências possíveis aos sistemas de poder são, assim como o próprio poder, múltiplas e difusas e ocorrem de maneiras diversas para cada indivíduo, relacionadas a diferentes contextos, atividades e ações. Neste trabalho, no entanto, o que se busca evidenciar é de que maneira, especificamente, a leitura literária é capaz de suscitar resistências por parte dos leitores.

Quanto à organização do texto da dissertação, faço as seguintes observações: no primeiro capítulo, dedico-me, num momento inicial, a entender a história da leitura, seu

surgimento e mudanças ao longo do tempo, bem como sua importância para os processos civilizatórios no decorrer da História, baseando-me principalmente nas reflexões de Steven Roger Fischer (2006). Depois, explorarei teorias acerca da natureza da leitura literária e do protagonismo do leitor nessa ação, recorrendo a Barthes (2004), Iser (1996, 1979) e Eco (2019) para entender essa dinâmica. Por fim, investigarei a leitura literária enquanto um direito humano, com base nas propostas de Antonio Candido (2004) e Michèle Petit (2013).

No segundo capítulo, desenvolverei reflexões sobre o conceito de poder, conforme o entende Michel Foucault (2023), assim como a teoria de Michel de Certeau (2013, 2014) e conceitos abordados por este último, tais como *cotidiano*, *consumo*, *estratégias* e *táticas*, partindo depois para uma explicação acerca da leitura enquanto *tática*, que permite a resistência às imposições dos sistemas de poder. Falarei, também, sobre os tipos de literatura de resistência de que Alfredo Bosi tratou em sua obra *Literatura e resistência* (2002). Por fim, explorarei mais profundamente as conexões entre a prática da leitura literária e a resistência, conforme defendem Certeau (2013, 2014) e Michèle Petit (2013).

Neste trabalho, como se vê, ao lado de outras práticas culturais, a leitura literária é entendida, sobretudo, como uma prática de resistência. Dessa forma, com base na trajetória proposta acima, busco evidenciar as resistências que se tornam possíveis a partir do ato da leitura – ou seja, aquela direcionada ao poder da palavra e aquela possibilitada pela ampliação da leitura de mundo (Freire, 2020). Assim, explicita-se a relevante influência que a leitura literária possui na construção dos sujeitos.

1. A LEITURA

Assim, pois, quando os moralistas nos perguntam o que ganhamos quando nossos olhos percorrem essa pilha de páginas impressas, podemos responder que estamos fazendo nossa parte como leitores no processo de colocar obras-primas no mundo. Estamos fazendo nossa parte na tarefa criativa – estamos estimulando, encorajando, rejeitando, mostrando nossa aprovação ou desaprovação; e estamos, assim, testando e incentivando o escritor.

Virginia Woolf

A leitura é uma atividade praticada há séculos dentro das civilizações humanas. Ela é uma ação indissociável da vivência do ser humano, se pensarmos em todos os momentos cotidianos em que exercemos essa habilidade, seja lendo palavras, textos ou imagens. O ato de ler, seja dentro ou fora do campo literário, esteve e perdura estando presente nos mais diversos momentos da história, desempenhando um importante papel na formação e transformação das sociedades humanas.

Como dizia Roger Chartier,

Ler, leitura, essas palavras armam ciladas. Existe algo mais universal? Há leitores em Roma, na Mesopotâmia, no século XX. É uma invariante, sempre se leu ou nunca se leu o suficiente, isto depende do ponto de vista. Aliás, como você diz com justeza, há esta multiplicidade de modelos, de práticas, de competências, portanto há uma tensão. Mas ela não cria dispersão ao infinito, na medida em que as experiências individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas. Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular. Mas esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade. O que muda é que o recorte dessas comunidades, segundo os períodos, não é regido pelos mesmos princípios (Chartier, 1998, p. 91-92).

A leitura e o ato de ler são termos complexos, que englobam uma diversidade de experiências, modelos e competências ao longo do tempo, mas que, da mesma forma, envolvem uma singularidade – a leitura envolve uma criação de significados particular. Mas isso não significa que não seja possível identificar os atravessamentos coletivos que a leitura traz intrínseca.

Tentar estabelecer uma história da leitura, conforme o faz Chartier (1998, 1999, 2011a, 2011b), é uma atividade desafiadora, pois não se limita a registrar e entender o desenvolvimento das diversas formas de escrita no decorrer do tempo. É preciso também, explica Chartier (1998),

compreender a importância dessa prática em diferentes culturas, encontrar formas de análise que vão além da divisão entre letrados e não letrados, bem como as transformações das maneiras de leitura e dos suportes que permitem o encontro dos textos com os leitores.

Neste capítulo, apresentar-se-á, num primeiro momento, a leitura em sua forma mais abrangente, enquanto atividade humana para, então, dedicar-se mais profundamente a um tipo específico de leitura, a literária, que é o foco principal desta pesquisa. A princípio, é possível elencar algumas perguntas que surgem no momento em que a leitura se torna objeto de análise, e que são caras para este trabalho: O que define o que é leitura? Quais são as características dessa prática? Quais são os tipos de leitura? Como se dão as práticas de leitura? Quais são as instâncias envolvidas na leitura e de que forma interagem entre si? Como se dá a constituição delas?

1.1 A leitura na história

Entender a história da leitura ajuda-nos a compreender a história do mundo no geral, pois a leitura “tem a sua história intimamente relacionada com a história do mundo como a conhecemos” (DeNipoti, 1996, p. 81). Pensando nisso, deter-me-ei agora na história de como surgiu a leitura, com enfoque na leitura literária, utilizando-me de autores como Steven Roger Fischer (2006), Roger Chartier (1998, 1999, 2011a, 2011b) e Paul Zumthor (2018). A premissa aqui é introduzir a leitura e seu surgimento de maneira a permitir a percepção de seu desenvolvimento durante o tempo, sem considerar ou fazer quaisquer juízos de valor, mas para compreender de que forma a leitura literária se estendeu ao longo da história ocidental.

Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão (Chartier, 1998, p. 77).

Pensar a história da leitura, para Chartier (2014), significa considerar a liberdade do leitor, limitada por capacidades individuais, convenções culturais e hábitos específicos de leitura, ao desafiar as imposições do livro. Consiste, portanto, em analisar como as práticas de leitura evoluem ao longo do tempo, a transformação dos objetos lidos, dos contextos dos

leitores. Vendo dessa forma, traçar uma linha do tempo da leitura, com atenção à leitura literária, é narrar as transmutações de uma atividade que hoje não é a mesma de quando surgiu. Isso porque, segundo Fischer (2006), a leitura, no princípio, não era considerada a protagonista de seu próprio ato: “Durante a maior parte de sua história, a leitura ocidental¹ permaneceu como um pequeno capítulo de um tomo muito maior” (p. 91).

Assim, Fischer (2006) remonta às populações primitivas, que liam entalhes em ossos; da mesma forma, a arte rupestre também era lida, pois contava uma história. Além disso, diversas civilizações antigas, como os incas e os polinésios, adotavam sistemas de contagem ou organização que podiam ser lidos pelos indivíduos para obter determinada informação. Fischer explica:

Todas essas “leiturais” envolviam códigos predeterminados. Transmitiam um significado conhecido – uma ação (como na arte rupestre), valores numéricos (como varetas e nós) ou nome falado (como em entalhes e cordas) – sem cumprir, no entanto, os critérios de escrita completa (Fischer, 2006, p. 14).

Embora a escrita ainda não tivesse surgido, a leitura, enquanto apreensão de um sentido, já existia. É possível encontrar, nesse período, códigos convencionados nas civilizações antigas; códigos que serviam para que seres racionais pudessem assimilar sentidos. Ou seja, havia uma prática de leitura.

A escrita – que para Fischer (2006) precisa satisfazer três critérios específicos: “ter por objetivo a comunicação; consistir em sinais gráficos artificiais realizados sobre uma superfície durável ou eletrônica; e empregar sinais que se relacionem convencionalmente ao discurso articulado” (p. 14) – surge milhares de anos depois: “A escrita propriamente dita surgiu quando os sinais foram sendo alinhados lado a lado ou um sobre o outro, correspondendo ao pensamento linear [...] provavelmente com o objetivo de registrar a oralidade e fazer contas” (Souza, Filho, Trinchão, 2015, p. 526).

No Egito, surgem diversos tipos de superfícies a partir dos quais a escrita poderia ser realizada – prevaleceu, no entanto, o papiro:

O rolo de papiro, forma tradicional do livro antigo, chamava-se em latim *volumen*. [...] A consulta de um *volumen* era pouco prática; era necessário desenrolá-lo lateralmente ante si, sendo difícil reportar-se de uma parte a outra do texto. Era incômodo e tinha de ser segurado com ambas as mãos, o que não permitia tomar notas

¹ Assim como DeNipoti (1996), não explorarei neste contexto as várias modalidades de leitura presentes nos países orientais nem a leitura que se situa além da tradição ocidental, visto que, nesse momento, utilizo-me de teorias que aprofundam mais a relação da leitura com os leitores de países ocidentais. Apesar de estar ciente da enorme gama de processos de escrita, leitura e a popularização dessas questões nos países do Oriente, neste trabalho optei por dar enfoque à história da leitura vivenciada nos países ocidentais.

da leitura, como mais tarde se fará (Labarre, 1981, p. 13 *apud* Lima, Azeredo, 2006, p. 4).

O papiro era produzido a partir de uma planta aquática originária do Nilo, e sua produção se dava cortando-a em tiras, as quais eram coladas, sobrepostas e, em seguida, polidas com óleo. Após esse processo, o material era deixado para secar (Lima, Azeredo, 2006). O formato era o rolo, que apresentava certa dificuldade para o manuseio, que não podia ser feito utilizando-se apenas uma das mãos, e “faz aparecer trechos distribuídos em colunas. Assim, um autor não pode escrever ao mesmo tempo que lê” (Chartier, 1998, p. 24). O papiro foi o principal suporte para a produção de livros no Egito e se disseminou tanto no mundo grego quanto no Império Romano (Lima, Azeredo, 2006).

A hegemonia do papiro foi se enfraquecendo com o surgimento de outro material, o pergaminho, “nos primeiros séculos da era cristã” (Chartier, 1999, p. 23), que

era obtido a partir de couros crus de cabra esticados, maceradas em cal, raspadas e polidas. [...] Era um material mais resistente, fino e mais durável que o papiro; além de permitir a escrita em suas duas faces. [...] Foi o pergaminho que possibilitou o desenvolvimento do códice (ancestral do nosso conhecido livro), por meio da costura pelo vinco, sem que as folhas se rasgassem ou se desgastassem pelo manuseio. Os pergaminhos eram dobrados certo número de vezes, o que determinava o formato do livro. Os cadernos formados a partir dos pergaminhos dobrados eram costurados uns aos outros e encadernados (Aquino, 2008, p. 156-157).

O pergaminho era produzido a partir do couro, o que o tornava um material mais resistente que o papiro. Foi a partir dele que surgiu o códex (ou códice), um livro produzido por meio de cadernos costurados – assim como os livros são produzidos hoje: “um livro manuscrito (sobretudo nos seus últimos séculos, XIV e XV) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais – as do códex” (Chartier, 1998, p. 7). A forma do livro não se modificou mesmo depois do surgimento do papel.

O surgimento do papel data o século XII, na Itália, trazido por mercadores que se relacionavam com os árabes (Febvre, Martin, 2017). Ele “não apresentava as mesmas qualidades exteriores do pergaminho. Mais fino, de aspecto felpudo (por muito tempo pensou-se que fosse fabricado com algodão), tinha menor firmeza e rasgava-se facilmente” (*idem*, p. 76). Por ser de qualidade inferior, ele não era utilizado para fins oficiais e sim como rascunho, e, por isso, não vai, num primeiro momento, substituir seu antecessor.

Papel e pergaminho vão conviver durante um tempo: “De fato, até o século XV, o papel não parece apresentar vantagens suficientes ou talvez chegar ao mercado em quantidade bastante grande para suplantar o pergaminho” (*idem*, p. 58). Conforme se desenvolve uma

indústria papelreira, o papel começa a ser aprimorado e passa a superar, com o tempo, o seu uso em relação ao pergaminho, popularizando-se por toda a Europa, até tornar-se o principal material utilizado para a produção de livros.

A literatura, na Antiguidade e também na Idade Média, possuía uma configuração um tanto distinta da de hoje. Isso porque, nesse período, a leitura era predominantemente oral, e “o texto literário era feito para ser ouvido e não lido, as regras de aplicação que o recitador (fosse ele alfabetizado ou não) aplicava, procuravam fazer o enunciado para uma espécie de leitura” (Medeiros, 2008, p. 105), ou seja, o texto escrito era produzido pensando-se na sua realização por meio da voz daquele que lia.

Ler em voz alta era “uma forma de sociabilidade compartilhada e muito comum. A leitura em voz alta alimentava o encontro com o outro, sobre a base da familiaridade, do conhecimento recíproco, ou do encontro casual, para passar o tempo” (Chartier, 1998, p. 142-143), ou seja, uma atividade que envolvia a reunião e partilha.

Entretanto, “a prática comum da leitura em voz alta, para os outros ou para si mesmo, não deve ser atribuída à ausência de domínio da leitura apenas com os olhos [...] mas a uma convenção cultural que associa fortemente o texto e a voz, a leitura, a declamação e a escuta” (Chartier, 1999, p. 98). A leitura silenciosa existia nesse período, mas não prevalecia quando comparada à prática da leitura oralizada, muito mais comum para a época.

Entretanto, aos poucos esse panorama começa a se modificar. No fim da Antiguidade e início da Idade Média, a leitura emudecida começa um processo de popularização (Fischer, 2006). A leitura silenciosa, isto é, sem a realização oral, vai gradualmente tomando espaço – o que não configura um desaparecimento da leitura oral, que se encontra presente até os dias de hoje. O que ocorre é o crescimento de uma prática que se assemelha ao tipo de leitura que mais se realiza atualmente – uma leitura feita “apenas com os olhos”, ou seja, sem o acompanhamento por meio da voz.

Conforme explica Chartier (1999), existem três períodos decisivos quando falamos sobre esse processo de popularização da leitura silenciosa:

[...] o dos séculos IX-XI, que viram os *scriptoria* monásticos abandonarem os antigos hábitos da leitura e da cópia oralizada; o do século XIII, com a difusão da leitura em silêncio no mundo universitário; e enfim, o da metade do século XIV, quando a nova maneira de ler alcança, tardiamente, as aristocracias laicas (Chartier, 2011b, p. 82).

Antes restrita aos mosteiros e seus *scriptoria* – espaços dedicados à produção e reprodução de manuscritos –, a leitura silenciosa ganha espaço principalmente quando chega

às escolas e universidades, pois criava “a oportunidade de se ler mais rápido, logo, de se ler mais textos, bem como de se lerem textos mais complexos” (Chartier, 1999, p. 98). Há uma modificação na função da escrita nesse período, pois nesses locais ela não objetiva somente a “conservação e memorização, mas é composta e copiada com a finalidade de uma leitura, entendida como trabalho intelectual” (*idem*, p. 99). A difusão da leitura silenciosa se deve também à essa mudança relacionada à escrita.

Um dos fatores que diferencia a prática da leitura silenciosa daquela oralizada é o fato de ela permitir uma individualidade. Antes, ler era uma ação feita em comunidade; a leitura era oral justamente porque essa ação acontecia para que outros pudessem ouvir o que era lido. Explica Fischer:

Por conseguinte, a leitura silenciosa, onde quer que fosse praticada, introduzia uma nova dimensão à atuação que perdura até nossos dias. O ato da leitura passou de público para privado. [...] Isso modificou os hábitos de leitura de modo profundo no Ocidente, com influência não só sobre as circunstâncias e os temas externos da leitura, mas também com efeito psicológico no leitor. Esse acontecimento se tornou parte da experiência interior das pessoas. *A leitura transcendeu sua função social de ferramenta, caracterizando-se agora como aptidão humana* (Fischer, 2006, p. 149, grifo nosso).

Ler silenciosamente, para si, permitiu aos leitores um mergulho num mundo interior, em que era possível aprofundar interpretações, imaginar novos cenários e refletir além do que se refletiria numa leitura pública. Nasce uma introspecção, uma nova concentração e uma maior autonomia na absorção do conteúdo. Esse exercício da individualidade foi um gatilho para diversas modificações na sociedade. Aqui, ela começa a demonstrar uma capacidade de suscitar – apesar de não ser a causa principal – o desenvolvimento de mudanças sociais (Fischer, 2006).

Não se deve, entretanto, crer que a leitura silenciosa transforma o leitor em uma figura solitária, pois mesmo com seu crescimento não deixou de existir uma sociabilidade intrínseca às obras literárias, pois essa “é uma atividade cognitiva de alto grau de complexidade que, mesmo feita silenciosa e isoladamente, implica a sociabilidade porque é uma prática social” (Fernandes, 2003, p. 61). A leitura individual não exclui a relação com os outros, não impede a coletividade, pois essa atividade “não é somente uma operação abstrata de intelecto; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros” (Chartier, 1999, p. 16). Essa característica convivial apenas diverge ao falarmos de diferentes suportes e formas do livro e da leitura.

Salva essa precaução, podemos prosseguir pensando que o desenvolvimento de uma leitura mais íntima também teve outras consequências: uma alteração na forma como os livros eram produzidos, bem como um aumento de demanda desse item. Houve um movimento de

adequar os manuscritos, que possuíam enfoque na leitura em voz alta, para uma leitura individualizada. E o crescimento da procura, aliada à dificuldade de produção na época, resultaram em que um novo caráter florescesse nos livros: eles eram, como diz Fischer (2006), valiosas mercadorias, pois os materiais para sua produção tinham, ainda, um preço elevado e suas reproduções eram feitas à mão.

Mas há uma inovação que modifica o *status* de raridade do livro:

Em meados da década de 1450, só era possível reproduzir um texto copiando-o à mão, e de repente uma nova técnica, baseada nos tipos móveis e na prensa, transfigurou a relação com a cultura escrita. O custo do livro diminuiu, através da distribuição das despesas pela totalidade da tiragem, muito modesta aliás, entre mil e mil e quinhentos exemplares. Analogamente, o tempo de reprodução do texto é reduzido graças ao trabalho da oficina tipográfica (Chartier, 1998, p. 7).

Conforme explica Chartier (1998), a invenção de Johannes Gutenberg permitiu um barateamento da produção do livro, ao permitir a produção de tiragens maiores, bem como um tempo reduzido para a reprodução de obras. Por possibilitar uma maior produção, replicação e circulação de livros, a prensa foi importante para o engrandecimento de uma cultura de leitura.

Não se deve, entretanto, esquecer que existiam, fora do Ocidente, técnicas que permitiam impressão em grande escala. No Oriente, os caracteres móveis eram conhecidos, pois “foram lá mesmo inventados e utilizados bem antes de Gutenberg: no século XI são empregados na China os caracteres em terracota, e no século XIII textos são impressos, na Coreia, com caracteres metálicos” (Chartier, 1999, p. 96-97). Esse tipo de técnica era restrito – o que não configura, entretanto, a impossibilidade de impressão em larga escala, que era possibilitada pela

xilografia, ou seja, a gravura sobre madeira de textos que são, a seguir, impressos por fricção. Presente desde meados do século VIII, na Coreia, ao fim do século IX na China, a xilografia incentiva, tanto na China dos Ming e dos Qing, como no Japão dos Tokugawa, uma grande circulação do escrito impresso, apoiada na iniciativa de edições comerciais independentes dos poderes, uma densa rede de livrarias e de gabinetes de leitura, e de textos populares largamente difundidos (Chartier, 1999, p. 97).

Não se deve, ao analisar a importância da invenção de Gutenberg, crer que não existiam invenções similares: elas apenas não eram encontradas no Ocidente. Essa informação serve para “conduzir a uma apreciação mais justa do invento de Gutenberg, certamente fundamental, mas não o único a garantir uma ampla disseminação do livro impresso” (Chartier, 1999, p. 97) e, ainda, ressaltar que “Não se deve portanto julgar as técnicas não ocidentais a partir de nossa suposta superioridade técnica” (Chartier, 1998, p. 12). Compreender isso auxilia na análise do

caráter transformador do surgimento da prensa na Europa, sem deixar de levar em conta a existência de técnicas semelhantes.

Além disso, a invenção da prensa popularizou os livros, mas ocorreu como um encadeamento de mudanças, como a transição do formato de rolo para as páginas costuradas, bem como inovações na *forma* de escrita e organização das obras, que, aliadas à invenção da prensa no ocidente, acabaram por transformar profundamente a relação com a leitura. O surgimento da prensa aparece como resposta ao nascimento de uma cultura letrada na Europa. Assim, considerando os pensamentos de Chartier (1988), DeNipoti afirma que “*a revolução na leitura precedeu a revolução no livro*” (1996, p. 86, grifo do autor).

Chartier ressalta ainda que

em suas estruturas essenciais o livro não foi modificado pela invenção de Gutemberg. Por um lado, o livro impresso mantém-se formalmente dependente do manuscrito até por volta de 1530, imitando-lhe a paginação, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considerando-se que ele deve ser acabado à mão (Chartier, 1999, p. 96).

O livro impresso mantém a mesma forma que o manuscrito – essa é, portanto, uma revolução da técnica de reprodução, e não do formato e organização, pois os livros continuam sendo organizados em cadernos e possuindo “auxílios de leitura: correspondências, *index*, sumários, etc” (*idem*, p. 97). Isso não torna, contudo, a invenção da prensa e o engrandecimento da produção menos importantes.

Nesse período, encontramos também uma distinção entre "letrado" e "não-letrado", que auxilia no entendimento da predominância da leitura em voz alta. Para mensurar a quantidade de leitores alfabetizados, os historiadores, por muito tempo, utilizavam a contagem de assinaturas; e para compreender a circulação e tradição de leitura, o exame de inventários de bibliotecas. No entanto,

o acesso ao impresso não pode ser reduzido à exclusiva posse do livro: nem todo livro lido é necessariamente possuído, e nem todo impresso mantido no foro privado é necessariamente um livro. Além disso, o escrito está mesmo instalado no coração da cultura dos analfabetos, presente nos rituais, nos espaços públicos, nos espaços de trabalho (Chartier, 1999, p. 24).

Medir a taxa de alfabetização não significa medir a quantidade de leitores e de livros circulando. Avaliar a quantidade de leitores e a circulação de livros por esses dados não é, para Chartier, uma maneira justa de fazê-lo. Da mesma forma,

Aqueles que são capazes de ler textos não o fazem da mesma maneira [...]. Há contrastes, igualmente, entre as normas e as convenções de leitura que definem, para

cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos de interpretação. Contrastes, enfim, encontramos entre os diversos interesses e expectativas com os quais os diferentes grupos de leitores investem a prática. Dessas determinações que governam as práticas dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos – e lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais, e que não mantêm uma mesma relação com o escrito (Chartier, 1999, p. 13).

O autor lembra que a prática de leitura não é a mesma para todos aqueles que são capazes de realizá-la – diferenciam-se os leitores, as convenções e normas, bem como o objetivo da leitura. Essa não é uma atividade de caráter uniforme, e sim variável entre os indivíduos que a realizam, e que é influenciada por normas culturais, expectativas e habilidades individuais. Assim, não se pode desconsiderar que “a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos. [...] uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura” (*idem, ibidem*).

As mudanças de influência na sociedade, decorrentes do acesso mais facilitado ao livro, fizeram com que os governantes percebessem que o conteúdo que circulava deveria ser controlado para manter sua autoridade e evitar efervescências. “[...] os governantes, que com mais frequência eram árbitros em vez de partes nas disputas, descobriram que precisavam exercer um papel ativo na organização dos circuitos de distribuição de livros se quisessem manter a paz pública e a prosperidade econômica”. (Martin *apud* Fischer, 2006, p. 202). Isso não impediu, entretanto, que com o tempo as dinâmicas de poder fossem se alterando em consequência do maior acesso à instrução, que levava a um maior pensamento crítico. Dessa forma, “a multiplicada circulação do escrito transformou as formas de sociabilidade, permitindo novos pensamentos e modificando as relações de poder” (Chartier, 1999, p. 12).

Com o advento da prensa, além da popularização dos livros, nasce outro acontecimento importante, capaz de alterar a dinâmica da sociedade: o surgimento da imprensa. No século XV, correspondentes oficiais compartilhavam relatórios com os “principais banqueiros, comerciantes, políticos e outros” (Fischer, 2006, p. 224), falando sobre questões financeiras e políticas. Esses relatórios acabavam sendo reproduzidos por conta da demanda por esse tipo de conteúdo. Com o avanço do tempo, surgiu um novo mercado comercial voltado a esse tipo de produção. Como um mercado, vão surgindo os mais diversos tipos de jornais e revistas. No mercado de notícias, existiam panfletos com resumos de eventos da localidade, que com o tempo levam ao surgimento de uma série de livros de notícias. Aparecem, também, periódicos produzidos pelos “homens de ciências e letras”, considerados jornais eruditos (Fischer, 2006).

Uma outra modificação acerca da leitura foi que a partir “do final do século XVII, os leitores da Europa ocidental começaram a priorizar a leitura *extensa* em detrimento da *intensa*”

(Fischer, 2004, p. 234). As diferenças entre os dois tipos de leitores foram explicadas por Chartier (1999):

O leitor “intensivo” é confrontado a um *corpus* limitado e fechado de textos, lidos e relidos, memorizados e recitados, ouvidos e conhecidos de cor, transmitidos de geração em geração. [...] O leitor “extensivo”, aquele que pertence à *Lesewut*, da fúria de ler que invade a Alemanha nos tempos de Goethe, é um outro leitor bem diferente: ele consome impressos numerosos e diversos; ele os lê com avidez e velocidade; ele exerce em seu lugar uma atividade crítica que não se omite diante de qualquer domínio ou dúvida metodológica (Chartier, 1999, p. 99).

O leitor que realiza a leitura extensiva, como reflexo da maior disponibilidade de impressos, é aquele que lê uma grande quantidade de livros, prezando pela diversidade e velocidade, sem o costume de relê-los. É importante, contudo, não ver essa modificação de forma simplista, pois, conforme explica ainda Chartier (1999),

Numerosos são, de fato, os leitores “extensivos” em tempo de leitura “intensiva”: pensemos nos letrados humanistas que acumulam suas leituras para compor cadernos de lugares-comuns. O inverso é mais verdadeiro ainda: é no momento da “revolução da leitura” que [...] se desencadeia a mais “intensiva” das leituras, aquela por meio da qual o romance conquista o seu leitor, o prende e o governa, como antes fazia o texto religioso (Chartier, 1999, p. 99-100).

Não é que a leitura de uma quantidade extensa não fosse possível durante o período de leitura intensiva, nem que essa tenha desaparecido no momento em que o leitor extensivo nasce: ambas as práticas de leitura coexistiram. Essas precauções, complementa Chartier (1999),

não invalidam, todavia, a constatação que situa na segunda metade do século XVIII uma “revolução da leitura”. Seus suportes foram bem observados na Inglaterra, na Alemanha e na França: assim, o crescimento da produção do livro, a multiplicação e transformação dos jornais, o sucesso dos pequenos formados, a redução do preço do livro, graças às cópias, a proliferação das sociedades de leitura [...], como [quanto] as bibliotecas de empréstimo (Chartier, 1999, p. 100).

Quando falamos da "revolução da leitura" do século XVIII, podemos ressaltar o crescimento dos jornais, o aumento da produção de livros, causando conseqüentemente uma redução dos preços deles. Da mesma maneira, não se pode deixar de mencionar a conexão entre esses avanços e o contexto europeu da época. Essa evolução coincide com um período de significativa expansão intelectual. De acordo com Fischer, a crescente capacidade de leitura na Europa mais rica do século XVIII

resultou no Iluminismo, o qual ofereceu ao mundo, entre outras coisas, os três conceitos cruciais do uso livre da razão, do método empírico da ciência e do progresso

humano universal. Porque onde havia riqueza, havia escolas; onde havia escolas, havia mais instrução; e onde havia mais instrução, rápidos avanços ocorriam em toda área de atuação humana (Fischer, 2006, p. 233).

O autor defende que o Iluminismo modificou as instituições sociais e políticas da época. Confiando na razão humana, os filósofos da época incentivavam a alfabetização e a leitura para que se tivesse acesso ao conhecimento. De acordo com Chartier (1998), o papel do crítico procura ser, ao mesmo tempo, reduzido e ampliado: “Ampliado na medida em que todo mundo pode tornar-se crítico. Este foi o sonho das Luzes” (Chartier, 1998, p. 17). Assim, para Fischer (2006), assim como a disponibilidade ampliada dos livros levaram ao movimento, ele próprio provocou um aumento na demanda por livros.

Ainda nesse contexto, os livros desempenharam um papel significativo na formação de comunidades. Os clubes de leitura, ou clubes de livros (*book clubs*), consolidaram essa cultura coletiva, reunindo participantes para debates sobre as obras selecionadas. De acordo com Corinna Norrick-Rühl (2019), conforme explicam Reis e Musse (2021), os clubes do livro

podem ser entendidos como clubes de leitura, onde grupos se reúnem para escolher um livro específico, lê-lo e discuti-lo. Esse formato é muito utilizado em escolas, bibliotecas e outras organizações. O termo também pode ser empregado para descrever as sociedades literárias dos séculos XVIII e XIX, onde os membros tinham acesso às bibliotecas particulares para pegar livros emprestados ou lê-los nas instalações do clube (Reis, Musse, 2021, p. 6-7).

O termo clube do livro, evidenciam Reis e Musse (2021), busca, portanto, compreender uma prática de reunião para leitura e discussão do livro, criando uma comunidade de leitores que, a partir dessa prática, se conectam com pessoas de interesses e contextos semelhante. Ou seja, os livros proporcionam uma forma de socialização, “com reuniões em casas, pubs, cafés e livrarias não só para discutir os livros, mas também como forma de conversarem e se conectarem uns com os outros” (*idem*, p. 7). Essa característica ocorre, na verdade, muito antes de termos registros de clubes do livro: a leitura em voz alta, por exemplo, já favorecia uma sociabilidade entorno do ato da leitura.

Já no século XIX e XX surge um temor em relação à superprodução, que “aparece desde a segunda revolução industrial do livro, no século XIX, a dos anos 1860-1870, quando se abandona a composição manual de Gutenberg para passar à era do monotipo e depois à do linotipo” (Chartier, 1998, p. 126). Mudanças tecnológicas na produção de livros, tais como aprimoramento das técnicas de impressão (abandono de métodos manuais), fizeram crescer gradativamente uma preocupação com um excesso de produção, um saturamento e, além disso, “algo que pode ser perigoso ou inútil para a constituição do próprio saber, que supõe escolhas

e triagens” (*idem*, 1998, p. 127). Mas não foi a primeira vez que esse tipo de inquietação apareceu:

De fato, o medo do excesso de livros é bastante antigo. Encontramo-lo desde o tempo em que a produção do livro não tinha, ainda, a dimensão que terá no século XIX ou no início do XX. A multiplicação dos livros é garantida, primeiro, pela invenção de Gutenberg, segundo, no século XIX, pela industrialização da atividade gráfica e, enfim, no século XX, pela multiplicação das tiragens graças aos livros de bolso (Chartier, 1998, p. 110).

Já no final do século XX e início do século XXI, o avanço da tecnologia, da internet e de um mundo digital causa mais uma revolução na maneira de as pessoas acessarem e compartilharem informações, dando uma nova roupagem à imprensa, ao jornalismo e as interações sociais, bem como aos textos literários. Nascem novas formas de *leitura* de livros. Chartier (1998) acredita que “*O texto vive uma pluralidade de existências. A eletrônica é apenas uma dentre elas*” (p. 152, grifo do autor).

Falando sobre os livros digitais (*e-books*), Chartier (1998, 1999) afirma as diferenças do leitor e da leitura a partir de uma tela. Para ele, o livro eletrônico é uma revolução em andamento: com ele, muda-se a forma do livro e a da leitura. Isso porque a partir dele muda-se a dinâmica entre texto e leitor – há uma mistura das experiências do leitor do *volumen* (rolo) e do leitor do livro impresso (descendente do códex), bem como um acrescido distanciamento em relação à obra.

As revoluções anteriores não mudaram as estruturas fundamentais do livro; desde a substituição do *volumen* (livro de rolo) pelo códex (livro em cadernos), a forma do livro pouco se alterou. Na contemporaneidade, a revolução em curso trata dos “suportes e formas que transmitem o escrito” (Chartier, 1999, p. 101), o que altera significativamente a relação do leitor com o livro, pois “cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção da escrita afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações” (*idem*, p. 104).

Dessa forma,

a representação eletrônica dos textos modifica totalmente a sua condição: ela substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos sem lugar específico; às relações de contiguidade estabelecidas no objeto impresso ela põe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à captura imediata da totalidade da obra, tornada visível pelo objeto que a contém, ela faz suceder a navegação de longo curso entre arquipélagos textuais sem margens nem limites (Chartier, 1999, p. 100).

Há uma transformação na prática da leitura com surgimento da representação eletrônica de textos, pois ela introduz uma intangibilidade dos textos eletrônicos, o que acarreta numa

maior liberdade de composição e manipulação dos textos. Consequentemente, há um impacto na experiência de leitura, pois o leitor pode navegar dinamicamente entre partes do texto. Não há, então, que se falar em um “suposto desaparecimento do livro” (*idem*, p. 92), e sim em uma alteração “das formas de sua disseminação e de sua apropriação” (*idem, ibidem*).

Uma outra experiência de leitura que vem se popularizando na contemporaneidade é aquela feita por meio de audiolivros (*audiobooks*):

Wallin (2020) afirma que o audiolivro é, na verdade, a re-mediação de três meios predecessores, contribuindo para seu aperfeiçoamento: a leitura em voz alta (a oralidade); o livro impresso; versões anteriores do audiolivro (fitas cassete e CDs). Ou seja: as características dessas três formas de acesso às histórias são re combinadas e aprimoradas pelas ferramentas disponíveis nos aplicativos para smartphones e computadores (Gambaro, Moares, 2023, p. 96).

O "livro em áudio" traz consigo um retorno à oralidade, mesclando em si características da leitura em voz alta, do livro impresso e, mais recentemente, de novos formatos – é possível encontrar audiolivros em plataformas *online*; comprá-los, alugá-los ou acessar os materiais por meio de assinaturas. Soma-se o fato de que “a re-mediação é uma característica definidora da mídia digital, que dita que o novo meio não se opõe a uma obra anterior – como um livro – mas sim cria outras formas de acesso” (Gambaro, Moares, 2023, p. 96). O audiolivro, infere-se, não é um indício do desaparecimento de outras formas de leitura, e sim um novo formato de acesso às obras.

Há, também, o surgimento de comunidades de leitores que se encontram de forma *online*, o que altera a dinâmica do compartilhamento de experiências literárias. O surgimento de comunidades de leitores em diferentes plataformas e redes sociais permitem uma nova configuração de compartilhamentos de opiniões e indicações de leitura. Seja por meio de *blogs* literários ou de comunidades como o *booktwitter*, *bookstagram* ou *booktok*², leitores encontram na *internet* um local para interagirem entre si. Dessa maneira, “as plataformas tornam-se local de encontro, divulgação, interação e identificação entre os leitores, os quais encontram na rede maneiras coletivas de abordar e popularizar a leitura” (Depexe; Freitas, 2023, p. 272). Inauguram, portanto, uma nova forma de sociabilidade ligada ao livro e a leitura.

Além disso, as comunidades literárias virtuais exercem influência sobre o mercado editorial, pois atuam como mais um elo da crítica literária, conforme expõem Depexe e Freitas (2023):

² Os termos *booktwitter*, *bookstagram* e *booktok* são altamente difundidos *online* e resultam do aglutinamento das palavras *book* (livro) e as redes sociais *Twitter* (atualmente *X*), *Facebook* e *Tiktok*, respectivamente, fazendo referência às comunidades literárias criadas dentro de cada plataforma.

Esses “leitores-produtores” não deixam de ocupar o lugar de leitor, a partir do qual falam e abrem caminho para a identificação com outros leitores. Ao exercer influência tornam-se, como diz Bourdieu (2018), uma espécie de *taste makers*, como um crítico influente ou uma personalidade dotada de poder no meio editorial e, portanto, agentes que não possuem um estatuto oficial, mas intervêm no funcionamento do campo. Assim, a indústria editorial também é movimentada pelas lógicas de promoção e circulação das plataformas (Depexe; Freitas, 2023, p. 281).

Não é à toa que existem “influenciadores literários”, isto é, pessoas que compartilham opiniões e conteúdos sobre livros na *internet*, capazes de motivar seus seguidores a realizarem a leitura de uma obra. Não só isso, atraem também a atenção de editoras de livros, que os contratam para “comentarem livros selecionados de seus catálogos” (Paz, 2022, p. 126), configurando uma estratégia de impulsionamento de vendas. Para Depexe e Freitas (2023), essas comunidades literárias virtuais atuam, dessa forma, como propagadores de títulos literários.

Por meio dessa breve introdução à história da leitura, podemos concluir que

a leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda, simplesmente, para se divertir (Darnton, 1989:212 apud DeNipoti, 1996, p. 90).

Conforme explica Darnton, citado por DeNipoti, a prática da leitura evoluiu assumindo uma abundante variedade de manifestações ao longo do tempo: pessoas realizaram leituras com objetivos distintos, e essa diversidade de propósitos e usos da leitura é capaz de demonstrar como ela é uma prática multifacetada que desempenhou uma infinidade de papéis nas vidas individuais e coletivas dos indivíduos no decorrer do tempo.

1.2 O leitor, protagonista

Entendendo, de forma breve, como a história da leitura se desenvolveu ao longo dos séculos, podemos partir para um tipo específico de leitura: a leitura literária. Para isso, precisamos delimitar o que seria um texto “literário”. Para Zumthor (2018), por exemplo, a literatura é um termo demarcado historicamente, com surgimento entre os séculos XVII e XVIII na Europa. Ele institui então a palavra “poesia”, que é “uma arte da linguagem humana,

independente de seus modos de concretização e fundamentada nas estruturas antropológicas mais profundas” (Zumthor, 2018, p. 14), de forma a abranger também as manifestações poéticas anteriores a esse período.

Da mesma forma, Foucault (2000) diz que

Há milênios, algo que, retrospectivamente, costumamos chamar de literatura, existe com certeza. Mas é precisamente isso que penso necessário questionar. Não é tão evidente que Dante, Cervantes ou Eurípides sejam literatura. Certamente, hoje fazem parte da literatura, pertencem a ela, mas graças a uma relação que só a nós diz respeito: fazem parte de nossa literatura, não da deles, pela excelente razão que a literatura grega ou latina não existem (Foucault, 2000: 139 *apud* Almeida; Júnior, 2010, p. 128).

Por meio desse excerto, compreendemos que, para Foucault (2000), citado por Almeida e Júnior (2010), entende que a literatura é um conceito recente, surgido “entre o final do século XVIII e o início do século XIX” (Almeida; Júnior, 2010, p. 127), e que, ao chamarmos de literatura obras anteriores a essa época, estamos deixando o conceito “contaminar” a percepção dessas obras, pois a ideia de literatura, tal qual a concebemos, não existia anteriormente.

Não se trata, entretanto, de “afirmar que a literatura tem mais valor do que as obras escritas antes da modernidade” (Almeida; Júnior, 2010, p. 128), e sim compreender que a conceitualização

estaria do lado do aprisionamento, da compreensão, da significação, da captura, da essencialização da obra, da sistematização dos saberes, enquanto a experiência estaria associada ao acolhimento, ao encontro com o fora, ao *désœuvrement*, à intensidade experiencial, à criação, ao entendimento, ao delírio, ao devir” (*idem, ibidem*).

Portanto, ao abordarmos a leitura literária neste trabalho, estamos privilegiando o caráter de experiência, pois, conforme afirma Suttana (2011), “a leitura, no que diz respeito ao contato do leitor com o livro e com a voz que nele se ouve, assume o caráter de uma experiência” (p. 68). Dessa forma, vamos além do conceito de literatura demarcado historicamente conforme afirmam Foucault (2000) e Zumthor (2018). Em outras palavras, a leitura literária aqui diz respeito a experimentação dessas manifestações poéticas, com enfoque nas formas escritas.

Pensando nisso, é possível realizarmos uma reflexão acerca das teorias sobre o ato de ler. Compreender de que maneira esse processo ocorreu/ocorre é importante para desenvolvermos uma discussão, e trazer, de forma mais ampla, como o leitor e a leitura tornam o ato de ler em produção de sentir e sentidos, de forma a relacionar essa produção com a resistência mais adiante. Pois, independente da forma de ler, “[...] seja popular ou erudita ou letrada, a leitura é sempre produção de sentido” (Goulemot, 2011, p. 107).

Essa construção de sentidos, alvo de investigações tanto pelas teorias da literatura, quanto de outras áreas afins, é uma peça-chave para compreendermos, mais a frente, como a resistência está incutida no ato da leitura. Assim, entender brevemente como as teorias acerca de sua ocorrência se comportaram nas últimas décadas nos leva até a conceituação que adoto para esse trabalho.

No livro *Ler e compreender os sentidos do texto* (2008), Ingenore Villaça Koch e Vanda Maria Elias tecem uma pequena introdução sobre a história de concepções teóricas que buscam tecer explicações sobre a apreensão de sentidos da leitura. Para mostrar como o entendimento do que é leitura e como ela se realiza se modifica, elas partem da explicação das concepções de “**sujeito, de língua, de texto e de sentido**”³ (Koch, Elias, 2008, p. 9, grifo das autoras) adotadas por cada abordagem.

Quando falamos da história moderna da teoria literária, de maneira sucinta, podemos

periodizar a história da moderna teoria literária em três fases: uma preocupação com o autor (romantismo e século XIX); uma preocupação exclusiva com o texto (Nova Crítica) e uma acentuada transferência da atenção para o leitor, nos últimos anos. O leitor sempre foi o menos privilegiado desse trio – estranhamente, já que sem ele não haveria textos literários. Estes textos não existem nas prateleiras das estantes: são processos de significação que só se materializam na prática da leitura. Para que a leitura aconteça, o leitor é tão vital quanto o autor (Eagleton, *ano*, p. 113).

Baseada nessas três divisões, podemos pensar em conceitos distintos de sujeito, língua, texto e sentido para cada uma dessas fases – pois, mudando-se o conceito de uma, os outros são, também, modificados. O objetivo aqui é chegar à terceira fase, em que os esforços se concentram em entender a figura do leitor e sua interação com o texto e o autor. Dessa forma, na primeira fase, podemos inferir, com Koch e Elias (2008), que a concepção de língua apresentada é a de que ela corresponde a uma representação do pensamento, que evoca uma concepção de um sujeito “**psicológico, individual, dono de sua vontade e de suas ações**” (Koch, 2002 *apud* Koch, Elias, 2008, p. 9, grifo das autoras). O texto, nessa concepção, seria uma representação, um produto do pensamento do autor, e a leitura uma “captação” das ideias do autor.

A construção de sentido, nessa abordagem, seria realizada por esse apanhar de ideias depositadas pelo autor no texto. Conseqüentemente, o autor se torna o enfoque principal dessa teoria, visto que se compreenderia o que ele – e apenas ele – desejava que fosse compreendido.

³ As autoras usaram, em diversos momentos da obra citada, o grifo em negrito e, nesta dissertação, optei por respeitar a grafia, a ortografia original de cada autor. Para toda dissertação, usarei itálico, respeitando, porém, o tipo de grafia utilizado originalmente pelo(s) autor(es) em questão.

Essa foi uma teoria criticada por, muitas vezes, não ser possível precisar aquilo que estava nos pensamentos do autor, o que não impedia a apreensão de um significado por parte do leitor.

Assim, na segunda fase da história da teoria literária dita "moderna", podemos considerar que era adotada a concepção de **“língua como estrutura”** (Koch, Elias, 2008, p. 10, grifo das autoras), correspondendo a um entendimento de **“sujeito determinado, ‘assujeitado’ pelo sistema, caracterizado por uma espécie de não consciência”** (*idem, ibidem*, grifo das autoras). Assim, qualquer explicação repousaria na consideração de um sistema, fosse ele linguístico ou social. A língua seria então um código, e o texto seria entendido somente como uma “codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código utilizado” (*idem, ibidem*).

Essa concepção tem enfoque, portanto, no próprio texto. O sentido do que está escrito se daria por meio daquilo que está escrito – ou, como dizem Koch e Elias, “tudo está dito no dito” (Koch, Elias, 2008, p. 10). Apesar de mudar o “local” onde reside o sentido do texto, essa concepção também coloca o leitor num papel passivo, pois entende que o sentido está fora do leitor, bastando apenas que ele faça um trabalho de reconhecimento.

Uma das correntes teóricas dessa fase foi, por exemplo, o formalismo, surgido no início do século XX. O formalismo contou com diversas vertentes, como a russa, a tcheca e a francesa; esta última, conforme Zilbermann (2015), era criticada por Hans Robert Jauss, pois

[...] nessa exacerbava-se o aspecto julgado inaceitável por Jauss: a afirmação da autonomia absoluta do texto, que se sobrepõe ao sujeito por contar com uma estrutura autossuficiente, cujo sentido advém tão somente de sua organização interna. Devido a isso, é a estrutura o único objeto a ser descrito pelo estudioso da literatura, jamais, porém, interpretado, circunstância em que interfeririam os valores pessoais do crítico, e esses precisam ser evitados, para a Teoria da Literatura comportar-se efetivamente como uma ciência (Zilbermann, 2015, p. 17-18).

Zilbermann (2015) afirma que o formalismo, ao considerar que a formação de sentidos advinha do texto e que, por essa razão, seria possível analisá-lo somente por seus elementos internos, como a estrutura, o estilo, a linguagem e dispositivos literários, deixava de lado outros aspectos considerados importantes, por outros estudiosos, para a análise de obras literárias.

Eagleton (2006) afirmava que uma das problemáticas do formalismo era o excesso de preocupação com a forma – em vez de analisar a forma como ferramenta do conteúdo, passaram a enxergar o conteúdo como um pretexto para um exercício formal. Assim, para o autor, embora as teorias dos formalistas tenham sido tidas como revolucionárias para a teoria literária, havia entranhado nelas um certo reducionismo – pois desconsiderava tanto autor, leitor e contexto –, bem como uma ênfase excessiva na forma.

Entrando na terceira fase, é possível compreender que passa a vigorar uma concepção interacional (dialógica) da língua, conforme explicado por Koch e Elias (2008). Nela, “os sujeitos são vistos como **atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto**, considerado o próprio lugar da interação da constituição dos interlocutores” (Koch, Elias, 2008, p. 10-11, grifo das autoras). Assim, o sentido seria construído a partir de uma interação entre os sujeitos – autor e leitor – e o texto.

Partindo desse ponto de vista, a leitura “é, pois, uma **atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos**” (*idem, ibidem*, grifo das autoras) que tem como base tanto os “elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização” (*idem, ibidem*), quanto a mobilização de saberes dentro do “evento comunicativo”. Podemos encontrar aqui a primeira concepção, que se baseava na intenção do autor e a segunda, que possuía enfoque em características formais do texto – mas não somente isso, pois essa concepção, além disso, tira o leitor de um local de passividade, colocando-o também como um ator na criação de sentido.

Essa é uma concepção “**sociocognitivo-interacional** de língua que privilegia *os sujeitos e seus conhecimentos em processos de interação*” (Koch, Elias, 2008, p. 12, grifo das autoras). Ou seja, o sentido se constrói a partir da interação entre aquilo que o autor “sinalizou” no texto e os conhecimentos prévios do leitor. Assim, delimita-se que a leitura “é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc.” (*idem, ibidem*).

Essa conceituação de leitura, que reflete também sobre o modo como ocorre a construção de sentidos por parte do leitor, é a que adotarei neste trabalho, pois compreendo que a leitura é esse processo de interação dialógica entre autor-texto-leitor em que há uma conversação de conhecimentos, perpassando tanto por aquele que escreve, pela forma e por aquele que lê. A seguir, procurarei explicitar que, no ato da leitura, existe intrínseco um processo de decodificação; entretanto, esse decifrar de símbolos não contempla solitário toda a complexidade da ação de ler: o indivíduo se utiliza de todas as informações que capta por meio dos símbolos para interagir com uma vastidão de informações que permeia sua memória, criando uma compreensão que amalgama aquilo que é seu com aquilo que está recebendo – ou seja, cria um amálgama daquilo que é externo com aquilo que é interno. Para isso, utilizarei de ideias apresentadas por Wolfgang Iser (1996, 1979), Umberto Eco (2019), Roland Barthes (2004), Paul Zumthor (2018) e Roger Chartier (1998, 1999, 2011a, 2011b).

Conforme introduz Zumthor (2018), “o interesse crítico experimentado em relação ao leitor aparece inicialmente suscitado pela análise semiótica do ato de comunicação, ou pela teoria dita da recepção” (p. 23-24). Em relação à interpretação – criação de sentidos, pensamos em como o leitor interage informações no momento da leitura, por isso passou-se a estudar a *recepção* dos textos por aqueles que leem.

Para Wolfgang Iser (1996, 1979), a leitura envolve uma complexa teia de interações entre o leitor e o texto. “Como atividade comandada pelo texto, a leitura une o processamento do texto ao efeito sobre o leitor. Esta influência recíproca é descrita como interação.” (Iser, 1979, p. 83). Logo, a leitura é um ato que une o processamento cognitivo do texto à sua influência mútua entre texto e leitor. Nesse sentido, o escrito ganha vida e adquire significados através da interação ativa com o leitor, ao passo que o leitor, por sua vez, é afetado e transformado pelas experiências proporcionadas por essa obra – e essa mútua influência é chamada de interação (Iser, 1979).

Iser (1996) criticava a maneira como, em teorias anteriores, sejam ligadas ao campo da literatura ou não, havia uma preocupação em entender o processo de significação por meio de perspectivas que excluía da equação a figura do leitor. Para ele, “Enquanto se falava da intenção do autor, da significação contemporânea, psicanalítica, histórica etc. dos textos ou de sua significação formal, os críticos raramente se lembraram de que tudo isso só teria sentido se os textos fossem lidos” (Iser, 1996, p. 49). Não bastava, portanto, entender *somente* como o autor construiu a obra, a época em que ela foi escrita, sua estrutura textual sem levar em consideração o ato da leitura e como o leitor se fazia presente na significação.

Entendendo a leitura como um processo dialógico entre texto e leitor, Iser investiga como se daria a interação entre ambos. Para ele, na leitura existe uma concretização da obra: “Pois a obra é mais do que o texto, é só na concretização que ela se realiza.” (Iser, 1996, p. 50). Apesar de depender das disposições de quem lerá, a obra também não é totalmente determinada por ele. Logo, a obra literária “se realiza então na convergência do texto com o leitor; a obra tem forçosamente um caráter virtual, pois não pode ser reduzida nem à realidade do texto, nem às disposições caracterizadoras do leitor” (*idem, ibidem*). A obra, portanto, existe concretamente e em algum lugar entre esses dois extremos, tendo existência por meio de uma relação criada, em um dado momento, entre o que se lê e quem lê.

Iser (1979, 1996) estabelece paralelos e distinções na interação entre texto e leitor com o processo de interação entre duas pessoas. Na visão dele, ambos os contextos envolvem elementos comunicacionais que influenciam a forma como os significados são construídos e

compartilhados. Isso porque ambas se dão por meio das contingências, ou seja, das imprevisibilidades contidas na interação.

Para Iser (1979, 1996), em uma interação entre indivíduos, apesar de existirem “planos de conduta” formados por cada parte da interação, são as contingências que fundam a interação (assim como ela acaba, enfim, por gerar as contingências). Logo, a interação no mundo social nasce da “impossibilidade de experimentar-se a experiência alheia, e não da situação comum ou das convenções que reúnem os parceiros” (Iser, 1979, p. 88). A situação e as convenções servem, na verdade, como reguladoras da interação, ou seja, “da incontrolabilidade ou da inapreensibilidade da experiência alheia” (*idem, ibidem*).

Esse tipo de relação ocorre em tempo real, permitindo que as pessoas se expressem verbalmente, usem gestos, linguagem corporal e outros elementos da comunicação não-verbal para comunicar o que sentem e/ou seu ponto de vista. Essa é, portanto, uma comunicação extremamente aberta, possibilitando ações e reações instantâneas, bem como um fluxo contínuo de diálogo, permitindo adaptações de cada parte às respostas e reações da outra.

Já a interação entre texto e leitor ocorre de maneira distinta. Explica-se:

Falta-lhe [à relação texto leitor] a situação face a face, em que se originam todas as formas de interação social. Pois o texto não pode sintonizar, ao contrário do parceiro na relação diática, com o leitor concreto que o apanha. [...] O leitor contudo nunca retirará do texto a certeza explícita de que a sua compreensão é a justa. [...] Ao invés disso, falta à relação entre texto e leitor um quadro de referências semelhantes. Muito ao contrário, os códigos que poderiam regular esta interação são fragmentados no texto e, na maioria dos casos, precisam primeiro ser construídos (Iser, 1979, p. 88).

Na interação texto-leitor, inexistente o fator corpo a corpo, que permite a percepção de fatores expressivos e, por conseguinte, a adaptação do diálogo entre dois parceiros. Sendo o texto um objeto estático, não é possível adaptar-se em tempo real às respostas do leitor concreto com quem se firma a interação. Também não há, nessa relação, situações e convenções comuns aplicadas simultaneamente para ambas as partes. Apesar disso, a interação existe. Como, então, ela ocorre?

Para Wolfgang Iser (1979), da mesma forma como a interação entre indivíduos numa situação real deriva das contingências, das diferenças entre indivíduos, da falta de possibilidade de viver a experiência do outro – e não das situações comuns entre eles –, é de uma falta semelhante que a interação entre texto e leitor nasce: dos vazios. Para ele, existe em qualquer interação um vazio constitutivo, intrínseco a relação desenvolvida. Logo, “Os graus de indeterminação da assimetria, da contingência e do *nonada* (*no-thing*) são, portanto, as formas

diferentes de um vazio constitutivo, através do qual se estabelecem as relações de interação” (Iser, 1979, p. 88).

Os vazios são, portanto, formados e modificados pelo “desequilíbrio reinante nas interações diáticas e na assimetria do texto com o leitor” (Iser, 1979, p. 88). Esses vazios, no texto ficcional, podem ser compreendidos como o não dito, as ambiguidades e não especificações, espaços deixados em aberto na constituição do texto que, durante a leitura, são preenchidos pelo leitor.

Quando os vazios rompem com as conexões entre os segmentos de um texto, a plena eclosão deste processo se dá na imaginação do leitor. Nossa discussão da constituição de imagem (*Vorstellungshildung*) mostrou que os esquemas do texto tanto apelam para um conhecimento existente no leitor, quanto oferecem informações específicas, através das quais o objeto intencionado – mas não dado – pode ser representado (Iser, 1979, p. 109).

Inferimos, então, que, para Iser (1979), os vazios seriam, então, “interrupções” no fluxo do texto, permitindo uma pausa para a atividade do leitor. As interrupções não ocorrem, entretanto, no texto concreto, e sim na imaginação de quem lê, e a atividade de constituição de significados acontece numa relação entre aquilo dito com aquilo que, utilizando seus conhecimentos – ou, como diz Iser (1979, 1996), seu horizonte –, o leitor usa para preencher aquilo que não foi dito. Os vazios constituem uma intenção de significação, apesar de essa ocorrer somente no preenchimento desses vazios, desempenhando um papel fundamental no envolvimento do indivíduo, pois o incentivam a preencher essas lacunas em sua imaginação, relacionando as informações do texto com seus conhecimentos próprios.

Da mesma maneira, Umberto Eco (2019) acredita que os textos possuem vazios constitutivos que devem ser preenchidos pelo leitor. Um texto, portanto, “sugere e pede ao leitor que preencha uma série de lacunas. No fim de contas (como já escrevi algures), *todo texto é uma máquina preguiçosa que pede ao leitor que faça parte do seu trabalho*” (Eco, 2019, p. 9, grifo nosso). O texto, justamente por não dizer tudo – o que o tornaria infundável –, convida quem lê a realizar um processo de criação para o preenchimento das lacunas.

Esse processo pede que o leitor, a cada instante, realize escolhas. Para ele, isso ocorre de forma semelhante a um passeio num bosque repleto de veredas – metáfora que dá, inclusive, o nome ao livro. Ele explica:

Para usar uma metáfora de Jorge Luis Borges [...], um bosque é um jardim com veredas que se bifurcam. Mesmo quando num bosque não há veredas já traçadas, cada qual pode traçar o seu próprio percurso e decidir ir para a esquerda ou para a direita de uma certa árvore e fazer uma escolha a cada árvore que se lhe depara. [...] *Num*

texto narrativo, o leitor vê-se forçado a escolher a todo o momento. Esta obrigação de escolher dá-se, inclusive, com qualquer enunciado — pelo menos, sempre que ocorre um verbo transitivo. Sempre que o locutor está prestes a acabar uma frase, nós, leitores ou ouvintes, fazemos uma aposta (mesmo se inconscientemente): prevemos a sua escolha ou perguntamo-nos, angustiados, qual será ela [...] (Eco, 2019, p. 13, grifo nosso).

Assim como é adentrar um bosque, realizar uma leitura é deslocar-se por uma infinidade de caminhos possíveis, mesmo que eles não estejam traçados ainda. Navegar por um texto – seja ele literário ou não – é optar por certos caminhos em detrimento de outros; ou seja, seguir certa linha de interpretação em vez de outra. Assim como Iser (1996, 1979), para Eco (2019) o leitor projeta nos vazios uma “resposta”, escolhendo seus caminhos partindo sempre do princípio de que “umas são mais razoáveis do que outras” (Eco, 2019, p. 15).

Essas projeções são referidas por ele como “passeios inferenciais” (Eco, 2019): os leitores usam seu conhecimento prévio e suas experiências para deduzir os significados daquilo que leem, pois cada texto possui sinais de suspense que os incitam a continuar a “história” por conta própria. Dessa maneira, “os leitores, para poderem prever como irá desenrolar-se a história, voltam-se para a sua própria experiência da vida ou para o conhecimento que têm de outras histórias” (Eco, 2019, p. 62-63). Cada pessoa que lê participa, então, ativamente da construção da narrativa.

Tanto para Iser quanto para Eco, a interação entre texto e leitor não ocorre sem qualquer regulação – isso permitiria que se preenchesse esses vazios com qualquer informação, levando a qualquer interpretação daquilo que é lido. O processo de construção de sentidos se dá por meio de combinações. Assim, para que a interação ocorra, existem complexos de controle mediando essa relação, que não são tão precisos nem tão determinados quanto uma situação face a face:

O texto é um sistema de tais combinações e assim deve haver também um lugar dentro do sistema para aquele a quem cabe realizar a combinação. Este lugar é dado pelos vazios (*Leerstellen*) no texto, que assim se oferecem para a ocupação pelo leitor. [...] Quando isso se sucede, se inicia a atividade de constituição, pela qual tais vazios funcionam como um comutador central da interação do texto com o leitor. Donde, os vazios regulam a atividade de representação (*Vorstellungstätigkeit*) do leitor, que agora segue as condições postas pelo texto (Iser, 1979, p. 91).

A regulação da interação entre texto e leitor ocorre, para Iser (1979), nos vazios constitutivos, pois aquilo que não foi dito é, ao mesmo tempo, controlado pelo que foi dito. Assim, os próprios vazios servem como pistas e condições para o desenvolvimento de um entendimento. Logo, eles serviriam de ponto de partida para a construção de sentidos. Os significados criados a partir da leitura não são aleatórios, já que não ocorrem

desordenadamente, e sim numa relação entre a leitura dele e a bagagem daquele que lê. Da mesma maneira, na visão de Eco, “É possível inferir dos textos coisas que eles não dizem explicitamente — e a cooperação do leitor baseia-se neste princípio —, mas não se pode fazê-los dizerem o contrário do que disseram” (Eco, 2019, p. 111).

Uma obra permite “uma multiplicidade de intervenções pessoais, mas não é convite amorfo à intervenção indiscriminada: é o convite não necessário nem unívoco à intervenção orientada, a nos inserirmos livremente num mundo que, contudo, é [...] aquele desejado pelo autor” (Eco, 2012, p. 62). Ela é, portanto, dinâmica e aberta a diferentes significações, mas dentro de limites definidos pelo autor, que “organiza uma seção de efeitos comunicativos” (*idem*, p. 40) de maneira a propor “algumas possibilidades já racionalmente organizadas, orientadas e dotadas de exigências orgânicas de desenvolvimento” (*idem*, p. 62), guiando o leitor pelo mundo do texto, conforme explica Eco (2012).

Como mais uma explicação para esses mecanismos de controle, Eco (2019) apresenta alguns termos; dentre eles, o de autor-modelo. Esse não seria o autor empírico, ou seja, a pessoa real que escreve o texto, tampouco o narrador. O autor-modelo seria, então, uma voz que fala conosco durante a leitura. Seria, na verdade, uma construção, uma imagem criada na leitura do texto que serve para desempenhar o papel do autor na comunicação. Logo, essa voz “manifestasse como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e deveremos cumprir quando decidirmos comportar-nos como leitor-modelo.” (*idem*, p. 23-24). O autor-modelo serve como um guia, durante a leitura, para aquele caminho que *imaginamos* que o autor queria que seguíssemos durante a criação.

Iser (1979, 1996) e Eco (2019) apresentam, como outro mecanismo de controle, a figura de um *leitor* – distinto, também, do leitor empírico, aquele que efetivamente lerá o texto. Iser o nomeia como leitor implícito, e ele

não tem existência real; pois ele materializa o conjunto das preorientações que um texto ficcional oferece, como condições de recepção, a seus leitores possíveis. Em consequência, o leitor implícito não se funda em um substrato empírico, mas sim na estrutura do texto. Se daí inferimos que os textos só adquirem sua realidade ao serem lidos, isso significa que as condições de atualização do texto se inscrevem na própria construção do texto, que permitem constituir o sentido do texto na consciência receptiva do leitor. A concepção do leitor implícito designa então uma estrutura do texto que antecipa a presença do receptor (Iser, 1996, p. 73).

Para Iser (1996), o leitor implícito pode ser entendido justamente como essas pistas que o texto utiliza para guiar a interpretação. Ele não existe fora do texto: é parte impalpável da estrutura, agindo como uma expectativa do que alguém poderia vir a interpretar. Assim, é

possível compreender que os textos só ganham vida ao serem lidos, pois a compreensão deles só ocorre com a interação de leitores empíricos com essas pistas e sugestões.

Já Eco intitula essa figura como leitor-modelo. Este é uma idealização de um leitor ideal para aquele texto – alguém que compreenderia o que está escrito como o autor *imagina* que deveria ser entendido. Semelhante ao leitor implícito de Iser (1996, 1979), o leitor-modelo seriam as *dicas* deixadas no texto para guiar a interpretação, o preenchimento dos vazios.

Apesar da semelhança, existe uma diferença crucial na interpretação de Eco (2019) e na de Wolfgang Iser (1996, 1979), como explicada no trecho:

A perspectiva fenomenológica de Iser atribui ao leitor um privilégio que foi considerado prerrogativa dos textos, designadamente o de estabelecer um ponto de vista, determinando desse modo o significado do texto. O Leitor-modelo de Eco (1979) não figura apenas como alguém que coopera e interactua com o texto; mas é muito mais – e, em certo sentido, menos – nasce com o texto; representa o nervo da sua estratégia interpretativa. Assim, a competência dos Leitores-modelo é determinada pelo tipo de marca genérica que o texto lhes transmitiu... Criados com o texto – e nele aprisionados –, gozam de tanta liberdade quanta a que o texto lhes concede (Pugliatti *apud* Eco, 2019, p. 24-25).

Para Iser (1979, 1996), o leitor implícito pode, sim, ser entendido como “uma estrutura textual que antecipa a presença do recebedor” (Iser *apud* Eco, 2019, p. 25), mas ele coloca ênfase no fato de que essa estrutura o faz sem necessariamente definir esse destinatário. Há, para Eco, uma diferença entre o leitor implícito e o *leitor fictício*, que seria um componente do texto onde figura o papel de quem lê. Ele dá enfoque justamente nessa figura, pois entende que “a principal tarefa da interpretação é encarnar a natureza deste leitor” (Eco, 2019, p. 25). O leitor-modelo de Eco está *dentro* do texto, e a tarefa do leitor empírico seria tentar chegar o mais próximo dele.

Apesar de não intentar me aprofundar nas teorias de Hans Robert Jauss (1979), é interessante mencionar que este teórico, ligado à estética da recepção, dá mais atenção ao leitor *real*, um sujeito sócio-histórico, conforme explicam Pinheiro e Lottermann (2022): “o leitor ao qual Jauss se refere é aquele leitor concreto, situado historicamente no tempo e no espaço, que aceita ou nega uma criação artística, em uma época específica de uma determinada sociedade” (p. 81). E ele o faz ao desenvolver, por exemplo, o conceito de *horizonte de expectativa*:

Com a “estética da recepção” visou-se caracterizar a relação de diálogo instituída entre uma obra singular e o “horizonte de expectativa” de seus leitores, quer dizer, o conjunto das convenções e das referências divididas pelo seu público – ou pelos seus públicos. Longe de ser tido como estável, unívoca e universal, a significação do texto é assim compreendida como historicamente construída, como produzida no afastamento que separa as proposições da obra – por um lado controladas pelas intenções do autor – e das respostas dos leitores (Chartier, 1999, p. 34-35).

Segundo Chartier (1999), para a Teoria da Recepção e, aqui especificamos, para Jauss (1979), o horizonte de expectativas seria a “bagagem” do leitor, ou seja, aquilo que ele já traz consigo – que é atravessado pelo momento histórico e social ao qual ele se insere. Assim, não há como existir *a* significação de um texto, e sim *uma* significação dentre outras possíveis, já que o sentido se constrói por quem o lê. Esse horizonte, dessa forma, “implica um acordo entre a oferta e a demanda, texto e leitura, acordo que provoca o surgimento de um sentido apropriável pelo leitor” (Zumthor, 2018, p. 49).

Roland Barthes, em sua obra *A morte do autor* (2004), defende que o texto é uma entidade aberta, incompleta, onde o leitor desempenha um papel ativo na criação de significados, desenvolvendo sua interpretação por meio de associações entre aquilo que lê e suas vivências pessoais (Barthes, 2004). Entende-se que, para ele, o texto é um espaço de múltiplas vozes, que possibilita uma “liberdade” para produzir sentidos independente do sentido intentado pelo autor.

Para Barthes (2004), a leitura é a protagonista na criação de sentidos de um texto – não o autor, pois é nela que a significação se constrói: não naquele que o escreveu, não só naquele que o lê, não somente naquilo que está escrito, mas no ato da leitura. Essa atividade é, para ele, um ato de associação:

[...] a leitura, pelo contrário (esse texto que escrevemos em nós quando lemos), dispersa, dissemina; ou, pelo menos, diante de uma história [...] vemos bem que certa imposição do prosseguimento (do “suspense”) luta continuamente em nós com a força explosiva do texto, sua energia digressiva: à lógica da razão (que faz com que esta história seja legível) entremeia-se uma lógica do símbolo. Essa lógica não é dedutiva, mas associativa: associa ao texto material (a cada uma de suas frases) *outras* idéias, *outras* imagens, *outras* significações. “O texto, apenas o texto”, dizem-nos, mas, apenas o texto, isso não existe: há *imediatamente* nesta novela, neste romance, neste poema que estou lendo, um suplemento de sentido de que nem o dicionário nem a gramática podem dar conta (Barthes, 2004, p. 28).

Para Barthes (2004), a leitura não é somente um processo de captação de sentido. Portanto, não é uma ação que age de forma linear e lógica, ao passo que possui uma qualidade de divagação, de afastamento. Assim sendo, a história pode seguir um caminho lógico, mas o leitor, ao mesmo tempo que segue essa direção, está envolvido em uma experiência de associação do texto a outras ideias, imagens e significados. É por isso que, para o autor, não existe algo como “apenas um texto”, pois as significações que as palavras possuem por si só não corresponde ao sentido que é possível no momento da leitura.

Infere-se, portanto, que, para Barthes (2004), o leitor recorre a uma lógica diferente, simbólica, que evoca outros significados e associações. Cada pessoa encontra um significado

ímpar na leitura, e isso torna a experiência única para cada um. Por esse motivo não há que se caracterizar o autor como o “senhor” de um texto – como se sua voz fosse a única válida na construção do sentido, ou que ele fosse o único detentor de um significado, pois um texto é uma estrutura “aberta” que permite significações múltiplas.

De acordo com Barthes (2004), isso não significa que a criação de significados aconteça de forma desordenada, sem amparo da estrutura linguística, da mesma maneira como Iser (1979, 1996) e Eco (2019) negavam a possibilidade de construções de sentido “aleatórias”, pois “ao ler, nós também imprimimos certa postura ao texto, e é por isso que ele é vivo; mas essa postura, que é nossa invenção, só é possível porque há entre os elementos do texto uma relação regulada, uma proporção” (Barthes, 2004 p. 29).

Durante a leitura literária, esse arranjo linguístico é subvertido, e não é capaz de criar regras absolutas na interpretação do leitor: “a leitura não *extravasa* da estrutura; fica-lhe submissa; precisa dela, respeita-a; mas perverte-a” (Barthes, 2004, p. 33). Isso evidencia a relação de influência mútua que a leitura propicia entre leitor e obra – algo que o autor explica ao falar sobre as forças da literatura: “quero indicar três, que colocarei sob três conceitos gregos: *Mathesis, Mimesis, Semiosis*” (Barthes, 2013, p. 18).

Antes de explicá-los, é preciso ressaltar que, para Barthes (2013), encontramos poder em toda língua: “Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua” (p. 12-13). Pensando nessa constatação, torna-se possível entender como *trapaceamos* a língua: “Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*” (*idem*, p. 17). É por meio da literatura⁴, portanto, que combatemos o poder da língua.

O primeiro conceito, *Mathesis*, diz respeito aos saberes que a literatura envolve – pois, para Barthes (2013), a literatura engloba diversos saberes e disciplinas, o que a torna um repositório de conhecimento. É possível descrevê-la como “a realidade, isto é, o próprio fulgor do real” (Barthes, 2013, p. 18-19) por essa característica enciclopédica e abrangente que contém intrínseca. Contudo, não se deve imaginar que a literatura evoca algo de absoluto – pelo contrário, ela

⁴ Barthes (2013) objetiva, por meio do termo *literatura*, referir-se “não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela viso portanto, essencialmente, ao texto, isto é, ao tecido de significantes que constitui a obra” (p. 17). Para o autor, o poder da língua deve ser combatido dentro dela mesma.

faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso. Por um lado, ele permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência: está sempre atrasada ou adiantada com relação a esta. Por outro lado, o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe *de* alguma coisa; ou melhor; que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens (Barthes, 2013, p. 19).

Barthes (2013) afirma, então, que a literatura não proclama ser portadora de verdades absolutas – ela interage, em si, conhecimentos distintos; contém especialmente entendimentos sobre a humanidade; mobiliza aquilo que achamos que sabemos e aquilo que é possível saber. E a razão para isso, de acordo com o autor, é a de que “ela encena a linguagem, em vez de simplesmente utilizá-la, [...] através da escritura, o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico, mas dramático” (*idem*, p. 19). Durante a leitura literária, então, é possível *refletir* acerca dos saberes.

Já sobre a segunda força, *Mimesis*, Barthes (2013) afirma que

é sua força de representação. Desde os tempos antigos até as tentativas da vanguarda, a literatura se afaina representação de alguma coisa. O quê? Direi brutalmente: o real. O real não é representável, e é porque os homens querem constantemente representá-lo por palavras que há uma história da literatura (Barthes, 2013, p. 22-23).

Barthes (2013) afirma que, com a literatura, busca-se representação: reproduzir, justamente, a realidade, essa instância não representável. A representação não é a coisa – como nos lembra a obra de René Magritte, “*Isto não é um cachimbo*”: o cachimbo no quadro não é o cachimbo real, e sim sua imagem, sua representação gráfica. Dessa maneira, entendemos que, ao intentar representar o real, a literatura falha – mas isso não a detém, pois permanecemos tentando representá-lo.

Apesar de parecer uma contradição afirmar, na primeira força, que a literatura traz em si a realidade e, depois, que falha, Barthes (2013) explica que “a literatura é categoricamente realista, na medida que ela sempre tem o real por objeto de desejo; e direi agora, sem me contradizer, porque emprego a palavra em acepção familiar, que ela é também obstinadamente: irrealista; ela acredita sensato o desejo do impossível” (p. 24). Ela é, por conseguinte, ao mesmo tempo realista e irrealista; uma dicotomia não opositiva.

E é descrevendo como isso se dá que Barthes (2013) apresenta a terceira força da literatura, a *Semiosis*:

Ao mesmo tempo teimar e deslocar-se, isso tem a ver, em suma, com um método de jogo. [...] Pode-se dizer que a terceira força da literatura, sua força propriamente semiótica, consiste em *jogar* com os signos em vez destruí-los, em colocá-los numa maquinaria de linguagem cujos breques e travas de segurança arrebentaram, em suma,

em instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas (Barthes, 2013, p. 29-30).

A literatura, para Barthes (2013), traz consigo um jogo constante dos signos – convida a *brincar* com eles; não a tentar extingui-los. Em vez de submeter-se passivamente ao poder da língua, a literatura assume uma abordagem que desafia as regras que constituem o controle dela; trapaceia, portanto, as convenções ela institui. E é aí que entra a semiologia, que, para o autor, “recolhe o impuro da língua, o refugio da linguística, a corrupção imediata da mensagem: nada menos do que os desejos, os temores, as caras, as intimidades, as aproximações, as ternuras, os protestos, as desculpas, as agressões, as músicas de que é feita a língua ativa” (Barthes, 2013, p. 33-34). Ela se concentra nos aspectos mais subjetivos da linguagem, de forma a explorar os significados para além das estruturas de poder que a envolvem.

Pensando nessas forças da literatura, podemos compreender melhor porque a leitura literária permite uma insubordinação acerca da estrutura, que é entendida por Barthes (2004) como uma insubordinação do corpo – onde ela ocorre – em detrimento daquilo que é puramente artificial – a organização da língua. Sobre o engajamento do corpo por meio da literatura, Zumthor (2018) entende que ele, no ato da leitura, é

o peso sentido na experiência que faço dos textos. Meu corpo é a materialização daquilo que me é próprio, realidade vivida e que determina minha relação com o mundo. Dotado de uma significação incomparável, ele existe à imagem de meu ser: é ele que eu vivo, possuo e sou, para o melhor e para o pior. Conjunto de tecidos e de órgãos, suporte da vida psíquica, sofrendo também as pressões do social, do institucional, do jurídico, os quais, sem dúvida, pervertem nele seu impulso primeiro (Zumthor, 2018, p. 25).

O autor compreende que o corpo desempenha um papel significativo na percepção e vivência dos textos, pois é quem permite a experimentação da realidade; é ele o que somos, é ele que vivenciamos, e é por meio dele que percebemos o nosso redor. A leitura engaja, então, o corpo, inscreve-nos num espaço, permite o estabelecimento de uma relação com os outros e com nós mesmos (Chartier, 1999). Assim, Zumthor (2018) acredita que, para compreender o ato da leitura, é preciso introduzir o conceito de *performance*.

Para Schechner (2007), a performance é o “ser, o fazer, o mostrar fazendo, o explicar mostrando como faz” (p. 28 *apud* Mostaço, 2009, p. 17), de forma que esse termo

abarca incontáveis ações e atividades humanas, voltadas para as mais díspares direções e com os mais diversos propósitos. São ações que, entranhadas nas múltiplas culturas, apresentam infinitas aproximações assim como exacerbadas diferenças, circunscrevendo tanto a dimensão filosófica quanto existencial, técnica, lúdica ou

pedagógica, séria ou jocosa, pública ou privada, doméstica ou destinada às massas (Mostaço, 2009, p. 17).

Podemos, a partir dessa citação, compreender que a performance está no campo da ação – compreende os campos de ser, fazer, mostrar e explicar as ações. Depreende-se, então, que performamos a todo tempo, pois agimos a todo momento. Por isso, o termo performance abarca as expressões humanas, que se manifestam de diversas maneiras com diferentes finalidades e em uma multiplicidade de contextos. Mesmo em atividades consideradas passivas – assistir algo, ler algo – há performance: pois uma inércia *externa* do corpo não se traduz em inércia completa: cognitivamente, estamos sempre em ação, conforme explica Barros (2020):

Esta suposta passividade, provinda da contemplação atenta do observador, pode ser estática, mas nunca não ativa. Como já mencionado, o olhar em si já é uma ação, e a passividade do público não foi/é de ordem desinteressada ou inerte, mas ativa e atenta. O que quero destacar com essas palavras é que mesmo o espectador “estacionado” em um local não o torna “passivo” em uma obra (Barros, 2020, p. 17).

Barros (2020) dá destaque à relação do espectador com um espetáculo teatral/performativo, mas podemos aplicar a mesma explicação para a relação do leitor com uma obra. A imobilidade daquele que observa – aqui, o leitor – não deve ser equivocadamente entendida como falta de atividade: o próprio olhar pode ser traduzido como ação. Por isso, Barthes instituiu um

Paradoxo do leitor; admite-se comumente que ler é decodificar: letras, palavras, sentidos, estruturas, e isso é incontestável; mas acumulando as decodificações, já que a leitura é, de direito, infinita, tirando a trava do sentido, pondo a leitura em roda livre (o que é a sua vocação estrutural), o leitor é tomado por uma inversão dialética: finalmente, ele não decodifica, ele *sobrecodifica*; não decifra, produz, amontoa linguagens, deixa-se infinita e incansavelmente atravessar por elas: ele é essa travessia (Barthes, 2004, p. 41).

O leitor, segundo Barthes (2004), é capaz de passear livremente entre e além das estruturas e sentidos convencionados do texto. E, não sendo ele uma figura passiva – pois o processo de criação de significados indica justamente atividade –, mais do que um decodificador, ele é um *sobrecodificador* (Barthes, 2004), pois produz significados em cima de significados; acumula-os. E é por essa razão que Zumthor (2018) diz que a performance não pode ser esquecida ao pensarmos a recepção, justamente porque essa primeira faz parte da segunda. Segundo ele:

performance é reconhecimento. A performance realiza, concretiza, faz passar algo que eu reconheço, da virtualidade à atualidade. [...] A performance e o conhecimento

daquilo que se transmite estão ligados naquilo que a natureza da performance afeta o que é conhecido. A performance, de qualquer jeito, modifica o conhecimento. Ela não é simplesmente um meio de comunicação: comunicando, ela o marca (Zumthor, 2018, p. 30-31).

Aqui atentamos ao fator performance como transformador do conhecimento, pois ele "afeta o que é conhecido". Esse fenômeno performancial insere-se assim, no campo experimental, da experiência em si. O fato de a leitura ser performática, em que o leitor é ativo tanto quanto o autor, cocriando a obra junto com o mesmo, traz para a recepção a questão participativa, mesmo quando o mesmo crê que é "passivo": “[...] a recepção passa a ser compreendida por seu caráter de experiência, que, para se efetivar, depende de uma disponibilidade distinta do espectador, inaugurando outro modo participativo.” (Desgranges, 2008, p. 11 *apud* Vieira, 2021, p. 17). Essa participação não se dá de forma concreta em reescritura literária por parte do leitor, mas a reescritura poética e metafórica está imbricada no ato de ler, conforme já discutido. A participação dele se dá na leitura em si, seja de forma silenciosa ou de forma oral. E o autor utiliza-se dessa premissa para o ato da escrita.

Assim, ainda sobre performance,

[...] a performance é um fenômeno heterogêneo, do qual é impossível dar uma definição geral simples. Aqui se está, repito, na ordem do particular. Por isso poderíamos legitimamente nos perguntar se, entre a performance – tal qual observamos nas culturas de predominância oral – e nossa leitura solitária e silenciosa, não há, em vez de corte, uma adaptação progressiva, ao longo de uma cadeia contínua de situações culturais a oferecerem um número elevado de re-combinações dos mesmos elementos de base (Zumthor, 2018, p. 33).

Zumthor (2018) acredita que não há uma distinção entre a performance de uma literatura oral e a leitura dita “silenciosa”: para ele, o que ocorreu foi uma adaptação, de forma que a ação se deslocou para o interior do leitor. Não se encontra uma ruptura entre essas modalidades, e sim novas formas de se experienciar um texto.

E essa vivência evidencia um fato: “a leitura do texto poético é escuta de uma voz. O leitor, nessa e por essa escuta, refaz em corpo e em espírito o percurso traçado pela voz do poeta: do silêncio anterior até o objeto que lhe é dado, aqui, sobre a página” (Zumthor, 2018, p. 80). A voz durante o ato da leitura não desapareceu – ela apenas se deslocou de uma ação perceptível aos olhos para uma ação interior. A única diferença entre ambas, explica Zumthor (2013), é que “a oralidade permite a recepção coletiva” (*idem*, p. 51).

Para além da oralidade, e enfocando a leitura em si, seja ela vocalizada ou não, ela é performativa, ela evoca ação – mesmo na estaticidade –, e o leitor, ao agir, reage ao que lê, num ciclo que se retroalimenta. Através desse movimento cíclico encontram-se os significados e

signos, o entendimento e compreensão do texto pelo leitor; significado que não é único, mas múltiplo e diversificado, assim como são os leitores.

Barthes (2013) defende que não é produtivo buscar um significado único para um texto, pois, localizando-se no leitor, os sentidos possíveis não podem ser unificados, já que em cada um reside um infinito de possibilidades de interação entre aquilo que é decodificado com aquilo que se criará a partir desse processo. Assim, também para Koch e Elias (2008): “É por essa razão que falamos de um sentido para o texto, não do sentido, e justificamos essa posição, visto que, na atividade de leitura, ativamos: lugar social, vivências, relações com o outro, valores da comunidade, conhecimentos textuais” (p. 19). No processo de construção de sentidos, o leitor evoca uma série de conhecimentos armazenados na memória, relacionando-os com aquilo que absorvemos no texto. Evidente que o contexto de cada leitor interfere nessa ação, pois as experiências adquiridas variam de acordo com as circunstâncias sociais e econômicas em que estão inseridas. As autoras explicam:

Na atividade de leitores ativos, estabelecemos relações entre nossos conhecimentos anteriormente constituídos e as novas informações contidas no texto, fazemos inferências, comparações, formulamos perguntas relacionadas com o seu conteúdo. Mais ainda: processamos, criticamos, contrastamos e avaliamos as informações que nos são apresentadas, produzindo sentido para o que lemos. Em outras palavras, agimos estrategicamente, o que nos permite dirigir e auto-regular nosso próprio processo de leitura (Koch, Elias, 2008, p. 18).

Logo, para Koch e Elias (2008), a leitura traz à tona informações guardadas na memória, comparando, relacionando e dialogando; esses conhecimentos fazem morada na memória e são ativados sempre que o leitor se coloca a entender algo. Ao mesmo tempo em que o leitor é guiado pelo texto, não o é completamente, pois estabelece caminhos próprios para a compreensão. É por essa razão que, mesmo com possibilidades infinitas, o leitor ainda é capaz de obter um sentido que considera correto ou, ao menos, que sabe ser seu. E isso ocorre pois, assim como a metáfora do bosque de Eco, no processo de leitura em que se escolhem diferentes caminhos para chegar a um significado.

Assim, um texto

não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico (que seria a “mensagem” do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura (Barthes, 2004, p. 62).

Compreendendo a construção de um texto literário dessa maneira, somos levados à conclusão de que a originalidade de um texto não está centrada em um ineditismo puro. Não se trata de dizer algo nunca dito antes, fazer uma combinação de palavras ou passar adiante uma ideia surgida do zero – conforme explica Barthes (2004), um texto pode ser entendido como um aglomerado de intertextualidade, um “tecido de citações”. Isso porque, com o pensamento do autor, podemos concluir que

Todos os textos literários são tecidos a partir de outros textos literários, não no sentido convencional de que trazem traços ou “influências”, mas no sentido mais radical de que cada palavra, frase ou segmento é um trabalho feito sobre outros escritos que antecederam ou cercaram a obra individual. Não existe nada como “originalidade” literária, nada como a “primeira” obra literária: toda literatura é “intertextual” (Eagleton, 2006, p. 207).

Um texto literário, portanto, não se liga a outros *somente* por traços ou influências, mas *também* por ser uma construção alicerçada sobre outros escritos. A literatura produz “quadros dentro de quadros, livros que se desdobram em outros livros [que] ajudam-nos a intuir essa identidade” (Borges, 1999, p. 504 *apud* Silva, 2022). Essa metáfora sugere que cada história contém uma narrativa única que pode ser vista como um quadro. No entanto, concomitantemente, existem conexões entre as obras, formando um tecido de histórias interligadas: quadros dentro de quadros. Por essa razão, podemos inferir que não existe “originalidade” – exceto, porém, se considerarmos-la como a capacidade de criar algo novo a partir daquilo que já existe.

Toda primeira leitura de um clássico é na realidade uma releitura. [...] Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes) (Calvino, 1993, p. 11, grifo do autor).

Podemos colocar que toda leitura literária – para não adentrar na discussão acerca do termo “clássico” – é uma releitura, pois toda obra traz consigo uma presença fantasmagórica⁵ de histórias que “*se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual*” (Calvino, 1993, p. 10-11,

⁵ Utilizo a expressão “fantasmagórica” no sentido que Marvin Carlson (2020) utilizou para explicar, com enfoque especial à área teatral, do fenômeno de repetição e comparação que envolve a recepção. Ele explica: “Ao assistir a uma peça, somos sempre em certa medida afetados pelas lembranças de outras peças, que cercam nossas experiências atuais como ‘fantasmas’” (Carlson, 2020, p. 7). Por entender que processo semelhante ocorre com a leitura de obras literárias – essa característica fantasmagórica advém de “uma operação básica de cognição, não apenas nas artes, mas em todas as experiências humanas” (*idem*, p. 5) – uso o termo aqui.

grifo do autor). Há uma presença subjacente, em toda obra, de criações pregressas, sobre as quais se alicerçam as narrativas ulteriores.

Da mesma maneira, a criação de sentidos por parte do leitor não parte do zero – ela nasce da interação que ele realiza do texto com outros elementos, como a sua própria *biblioteca*:

Falemos da *biblioteca*. Quis dizer com isso que qualquer leitura é uma leitura comparativa, contato do livro com outros livros. [...] há *dialogismo* e *intertextualidade* da prática da própria leitura. Entretanto, não há nada aqui que seja mensurável. [...] Ler será, portanto, fazer emergir a biblioteca vivida, quer dizer, a memória de leituras anteriores e de dados culturais. É raro que leiamos o desconhecido. O gênero do livro, o lugar de edição, as críticas, o saber erudito colocam-nos em posição valorizada de escuta, em estado de recepção (Goulemot, 2011, p. 112-113).

Para Goulemot (2011), a leitura traz à tona a biblioteca do leitor – sua bagagem literária e cultural; evoca as leituras anteriores, compara-as, constrói a partir delas um sentido. Ele interage com o texto uma quantidade imensurável de elementos, desde as leituras que permeiam sua memória. E, nessa interação, “o que já foi lido muda de sentido, torna-se outro. É uma forma de troca” (*idem*, p. 116). Um vai-e-vem de significações.

Além disso, soma-se à interpretação o contexto do leitor. Isso porque “um livro muda pelo fato de que não muda enquanto o mundo muda. É muito simples. Quando o livro permanece e o mundo em torno dele muda, o livro muda. Por fim, o espaço dos livros em que serão lidos mudará” (Chartier; Bourdieu, 2011, p. 250). O livro mantém-se estático – as palavras presentes ali não se alterarão com o passar do tempo. Mas muda-se o entorno, muda-se os leitores, e os sentidos também se modificam.

Pensando nesse processo interacional de ideias que ocorre durante a leitura, Barthes atesta o afastamento da figura do autor, e vai mais longe – decreta sua morte: “desde que um fato é contado, para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, isto é, finalmente, fora de qualquer função que não seja o exercício do símbolo, produz-se esse desligamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte [...]” (Barthes, 2004, p. 58). Para ele, no processo de significação, o reino do autor já não existe, pois o sentido exato que ele dava ao texto não é o foco, não é intentado.

A respeito do autor, Foucault (2001) acredita que “o essencial não é constatar uma vez mais seu desaparecimento; é preciso descobrir, como lugar vazio – ao mesmo tempo indiferente e obrigatório –, os locais onde sua função é exercida” (p. 264). Para ele, o “desaparecimento” do autor permite descobrir, justamente, como funciona a função-autor. (*idem*, p. 294). É preciso, portanto, refletir sobre a função do autor dentro de um texto.

O questionamento inaugural de Foucault (2001) sobre a função-autor é: qual o papel do nome do autor numa obra? Para além de um nome próprio, ele conclui que esse elemento

funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: [...] indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status* (Foucault, 2001, p. 273-274).

A autoria, para Foucault (2001), ultrapassa o caráter de identificação pessoal, desempenhando o papel de um indicativo de como o discurso deve ser percebido; configura para um *status* dentro da cultura em que é recebido, de maneira a influenciar a importância que lhe é atribuída. Isso evidencia que a função-autor é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (*idem*, p. 274). Ela molda a percepção dos discursos dentro das sociedades.

A possível propriedade (ou seja, de um autor possuir os direitos de sua obra) inaugura a função-autor, pois “Os textos, os livros, os discursos começaram a ter realmente autores [...] na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores” (Foucault, 2001, p. 274-275). A função de atribuir responsabilidade pelo que é dito – é o que Foucault (2001) vai chamar de apropriação penal.

Essa atribuição de um “discurso ao seu produtor” (*idem*, p. 279) não ocorre de forma espontânea, e sim é “por uma série de operações específicas e complexas” (*idem, ibidem*) que dão lugar “simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar” (*idem*, p. 280). A função-autor é, na verdade, uma projeção, pois a identidade do autor num texto é moldada pelo “tratamento que se dá aos textos, das aproximações que se operam, dos traços que se estabelecem como pertinentes, das continuidades que se admitem ou das exclusões que se praticam” (*idem*, p. 276-277), características que variam de acordo com as épocas e com os tipos de discurso que são produzidos.

Mas a função-autor não se exerce uniformemente em todos os textos, pois

numa determinada sociedade, certos gêneros, para circular e serem recebidos, têm necessidade de uma identificação fundamental dada pelo nome de seu autor, enquanto outros não. Se considerarmos um texto de direito ou uma publicidade no mundo contemporâneo, alguém os escreveu, mas eles não têm autores; nenhum nome próprio lhes é associado (Chartier, 1998, p. 32-34).

Nem todo texto exige essa atribuição, mas um dos gêneros textuais onde encontramos a função-autor é o gênero literário, uma obra literária é submetida a perguntas sobre sua origem, autor, data de criação, circunstâncias ou propósito (Foucault, 2001). Ou, pelo menos, assim foi por um longo período, até que se começou “a tratar as obras segundo seu gênero e sua espécie, conforme os elementos recorrentes que nelas figuram, segundo suas próprias variantes em torno de uma constante que não é mais o criador individual” (*idem*, p. 276). Em outras palavras: na literatura, a função-autor exerceu idêntico papel até que a figura teológica, como proclamada por Barthes (2004), fosse afastada.

O autor – como emissário de um sentido único – está morto. Mas, segundo Chartier (1999), sua figura não deveria desaparecer das reflexões acerca do processo de produção de sentido. Não se trata de manter em voga um autor que *encerra* a criação de significação, já que

O autor, tal como ele faz a sua reaparição na história e na teoria literária é, ao mesmo tempo, dependente e reprimido. Dependente: ele não é o mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro [...], nem para aqueles que dele se apropriam para a leitura. Reprimido: ele se submete às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária, ou que, mais comumente, delimitam as categorias e as experiências que são as próprias matrizes da escrita (Chartier, 1999, p. 35-36).

Chartier (1999) acredita que o autor não deve ser figura central das análises em teorias da história e da literatura, mas que assuma o papel de um elemento a ser considerado quando falamos de recepção. É preciso ter em mente que sua posição não impõe um sentido total ao escrito – ele deixa indicações –, e que ele também está submetido a certas determinações. Ainda sobre as indicações do autor:

Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja (Chartier, 2011b, p. 97).

Chartier (2011b) defende que o autor coloca “senhas, explícitas ou implícitas” (*idem*, p. 96) de forma a induzir uma linha de sentido – podemos aqui retornar aos conceitos de autor-modelo e leitor-modelo de Eco (2019) e o leitor implícito de Iser (1979, 1996). Não há um caminho obrigatório a ser seguido pelo leitor empírico, e sim uma sugestão de trajetória.

As formas tipográficas de um livro, defende Chartier (1999, 1998, 2011a, 2011b), também afetam a construção de sentidos. Por isso, “a significação, ou melhor, as significações,

histórica e socialmente diferenciadas de um texto, qualquer que ele seja, não podem se separar das modalidades materiais que o dão a ler aos seus leitores” (Chartier, 1999, p. 105). Há, então, uma peça tangível no quebra-cabeças da significação. Ou seja, elementos como o formato do livro, o tipo de impressão, a escolha do papel, a encadernação, entre outros, possuem impacto na recepção do texto por parte do leitor. Essas características

não são decididas pelo autor, mas pelo editor-livreiro e podem sugerir leituras diferentes de um mesmo texto. Uma segunda maquinaria, puramente tipográfica, sobrepõe seus próprios efeitos, variáveis segundo a época, aos de um texto que conserva em sua própria letra o protocolo de leitura desejada pelo autor (Chartier, 2011b, p. 97).

Devemos levar em consideração, portanto, as formas tipográficas em que uma obra é apresentada ao leitor – formas que variam em conformidade com o tempo e intenções mercadológicas com que o livro é produzido e que se somam as construções do autor (Chartier, 2011b). Ressalto, entretanto, que não se devem inverter as proposições – não é a escrita do autor ou as disposições tipográficas do livro que delimitam um sentido, e sim sua interação com o leitor que, em interação com esses elementos, constrói um sentido singular para si.

É possível colocar, por fim, o leitor ocupando uma posição ativa de *cocriação* do significado da obra (Barthes, 2004): ele é, na leitura, também um *escritor*, um criador, pois *reescreve* o que lê, cria novos significados em cima de outros significados partindo de sua bagagem. Essa criação não é registrada, e tem morada no instante da leitura, pois mesmo quando relidos pela mesma pessoa, os textos adquirem novos significados, uma vez que “Se os livros permaneceram os mesmos (mas também eles mudam, à luz de uma perspectiva histórica diferente), nós com certeza mudamos, e o encontro é um acontecimento totalmente novo” (Calvino, 1993, p. 11). Ao revisitarmos uma obra, mesclamos novas experiências, conhecimentos e perspectivas ao processo de significação, o que torna a leitura literária uma experiência renovada, singular.

Com base nas conceituações explicadas no decorrer desse subcapítulo, é possível concluir que o leitor realiza uma interpretação ativa, produzindo uma riqueza e uma multiplicidade de significados possíveis para um texto. Logo, o sentido de um texto não está centrado somente no remetente (autor), mas no destinatário (leitor) e na interação dinâmica entre o texto e aqueles que o leem (leitura) – e não podemos esquecer de elementos que regem esse processo performático (escrita do autor, a *biblioteca* do leitor, do autor e da obra, as formas tipográficas, entre outros).

Partindo de uma concepção interacional (ou dialógica) da língua (Koch e Elias, 2008), compreendemos, portanto, a leitura enquanto um complexo processo interativo de produção de sentidos. A obra, em especial a literária, se concretiza durante o ato de ler, pois em sua constituição existem vazios (Iser, 1979, 1996) a serem preenchidos, permitindo uma interação entre as informações contidas no que está escrito com os conhecimentos próprios do leitor – sua *biblioteca* (Goulemot, 2011) –, que constrói um sentido singular para cada indivíduo. Assim, num texto narrativo, o leitor é obrigado a escolher caminhos no bosque que é a formação de sentidos (Eco, 2019), pois um texto espera preguiçosamente que o leitor venha concretizar sua existência (Iser, *op. cit.*).

O leitor, por assumir um papel ativo durante a leitura, revela a qualidade performática dessa atividade (Zumthor, 2018), que produz um engajamento do corpo (Chartier, 1999). A performance é uma parte da recepção (Zumthor, *op. cit.*), e traz a questão participativa do leitor, possibilitada por uma reescritura poética e metafórica do texto por sua parte (Barthes, 2004).

A liberdade interpretativa do leitor não gera um caos onde qualquer significação é possível: por mais que não haja um sentido único, “certo”, para um texto, existem estruturas internas que regulam a construção de sentidos de forma a guiar a interpretação do leitor, mesmo não definindo-a, impedindo entendimentos aleatórios, pois o leitor não consegue fazer um texto dizer o oposto do que diz – conforme explicam Eco (2019), Iser (1979, 1996) e Barthes (2004). Além das sugestões internas, a interpretação do leitor também é influenciada e regida por construções externas – como as formas tipográficas – do material onde a obra é apresentada (Chartier, 1998, 1999, 2011a, 2011b).

Podemos compreender, então, uma obra enquanto

acabada e fechada em sua perfeição de organismo perfeitamente calibrado, é também *aberta*, isto é, passível de mil interpretações diferentes sem que isso redunde em alteração de sua irreproduzível singularidade. Cada fruição é, assim, uma *interpretação* e uma *execução*, pois em cada fruição a obra revive dentro de uma perspectiva original (Eco, 2012, p. 40).

A obra literária é, portanto, *fechada* – no sentido de que é estático, pois, na interação, não consegue se adaptar como ocorreria numa situação entre dois indivíduos –, onde inserem-se as *sugestões* do autor, e, ao mesmo tempo, *aberta* – pois as possibilidades de construção de sentidos são inúmeras, justamente pela relação interacional entre texto e leitor. Podemos considerar, então, que “um texto só existe, verdadeiramente, na medida em que há leitores (pelo menos potenciais) aos quais tende a deixar alguma iniciativa interpretativa; tendência crescente, na medida em que diminui a função informativa ou imperativa do texto em causa” (Zumthor,

2018, p. 24). Uma obra é concretizada a partir do seu encontro com o leitor que, a partir da leitura, além da significação do texto, constrói para si um espaço de identidade, conforme explicarei no subcapítulo a seguir.

1.3 A leitura literária, propulsora

Quando pensamos em leitura literária, podemos elencar diversos benefícios que ela traz para os leitores. Umberto Eco (2011), em seu texto *Sobre algumas funções da literatura*, credita à literatura a capacidade de nos fazer encarar nossa incerteza perante a vida:

contra qualquer desejo de mudar o destino, eles nos fazem tocar com os dedos a impossibilidade de mudá-lo. E assim fazendo, qualquer que seja a história que estejam contando, contam também a nossa, e por isso nós os lemos e os amamos. Temos necessidade de sua severa lição “repressiva”. [...] Os contos “já feitos” nos ensinam também a morrer (Eco, 2011, p. 21-22).

Os “contos” – que entendo aqui como as narrativas literárias – fazem com que nos defrontemos com a impossibilidade de saber e de alterar os acontecimentos que experienciamos. Na leitura de uma obra de ficção, encontramos uma realidade que é também a nossa pois, de alguma forma, afirma Eco (2011), o relato se aplica também a nós. Essa é uma das razões para que as obras literárias atravessem séculos.

A prática da leitura literária esteve presente por séculos, e permanece sendo importante por várias razões. Umberto Eco (2019) afirma que

Para além de outras razões estéticas, importantíssimas, penso que lemos romances porque eles nos dão a confortável sensação de viver em mundos onde a noção de verdade não pode ser objecto de discussão, enquanto o mundo real parece ser um lugar bem mais traiçoeiro. Este «privilégio alético» dos mundos ficcionais também nos fornece parâmetros que permitem desafiar certas interpretações demasiado forçadas dos textos literários (Eco, 2019, p. 110).

Eco (2019) defende que existem diversas razões estéticas pelas quais lemos ficção – por exemplo, o encantamento com a beleza da linguagem, bem como a complexidade dos personagens e dos temas explorados –, mas ressalta que, além dessas, a leitura literária serve como um refúgio, espaço de conforto, onde a verdade pode ser absoluta, de forma distinta do mundo real, considerado pelo autor como incerto e até traiçoeiro, pois ela pode ser ambígua e subjetiva.

Apesar do tópico “verdade” ser passível de discussão, a leitura literária pode ocupar um papel de lugar seguro. Para Eco (2019), a ficção “oferece-nos a oportunidade de exercer sem

limites as nossas faculdades, quer para percebermos o mundo, quer para reconstruirmos o passado” (*idem*, p. 158-159). Por meio da literatura, é possível ampliar percepções e experiências indefinidamente, o que compreende tanto as do passado quanto as do presente utilizando a imaginação. Isto posto, podemos introduzir o conceito de literatura enquanto direito humano, desenvolvido por Antonio Candido (2004) no livro *Vários Escritos*.

Utilizando ideias apresentadas pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret, Candido (2004) explica que podemos falar da existência de “bens compressíveis” e “bens incompressíveis” quando entramos no tópico de direitos humanos, “pois a maneira de conceber a estes depende daquilo que classificamos como bens incompressíveis, isto é, os que não podem ser negados a ninguém.” (Candido, 2004, p. 173). Essa perspectiva ajuda a entender o que deve ser um direito inegável ou não. Para ele, bens como alimentação, moradia e vestimentas são incompressíveis, enquanto cosméticos, enfeites e roupas de cunho supérfluo são compressíveis, ou seja, não essenciais. Porém, essa divisão é feita por uma linha tênue, “mesmo quando pensamos nos que são considerados indispensáveis” (*idem, ibidem*).

[...] eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura (Candido, 2004, p. 173-174).

Podemos entender, portanto, que para Candido (2004) não só os bens que asseguram sobrevivência física são direitos essenciais, como também aqueles que promovem “integridade espiritual” (podendo aqui ser entendido como um estado mental saudável, integridade psicológica e social), como a arte e a literatura. Por conseguinte, é possível intuir as razões de a literatura ser, então, um bem incompressível, a que todos os seres humanos têm direito.

Ele aproveita, em seguida, para conceituá-la amplamente como “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (Candido, 2004, p. 174). Vendo-a dessa maneira, podemos entender que a literatura seria uma “manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” (*idem, ibidem*), presente em todos os povos e momentos da humanidade, pois ela é, essencialmente, a fabulação.

Ainda sobre a fabulação de Candido (2004), podemos fazer um parêntese com a área teatral de forma a compreender melhor seu funcionamento, entrecruzando essas ideias com o conceito de *teatralidade*. Ela – a teatralidade – é descrita como a capacidade única e individual

de efabular sobre o que está ao seu redor; a habilidade de produzir um sentido a partir do olhar, num movimento corpóreo-cognitivo que busca constantemente compreender o que está à sua volta (Vieira, 2021). A teatralidade ultrapassa o campo teatral justamente porque ela está inculcada no ato de efabular. Esse conceito é abordado por Josette Féral, mencionada por Patrícia Leonardelli (2012), como podemos ver no trecho:

Todavia, nós podemos extrair uma importante conclusão disto: teatralidade tem pouco a ver com a natureza do objeto investido — o ator, o espaço, objeto ou evento — nem é necessariamente o resultado de uma pretensa ilusão, um faz-de-conta ou uma ficção. Se fossem estas condições pré-requisitos da teatralidade, nós não estaríamos aptos a identificar sua presença nos acontecimentos diários. Mais do que uma propriedade com características analisáveis, a teatralidade parece ser um processo que tem a ver com um ‘olhar’ que postula e cria um espaço virtual, distinto, que pertence ao outro, por onde a ficção pode emergir (...) o olhar do espectador cria uma ruptura espacial por onde a ilusão emerge — ilusão cujo veículo o espectador selecionou de vários eventos, comportamentos, corpos físicos, objetos e espaço sem considerar a natureza real ou ficcional da origem do veículo (Féral, 1998 *apud* Leonardelli, 2012, p. 4).

Para Féral (1998), a teatralidade não está diretamente relacionada à natureza dos elementos relacionados com uma representação teatral, como o ator, o espaço, objeto ou evento. Ela não é obrigatoriamente o resultado da criação de uma ilusão, uma ficção ou indução do público para acreditar em algo que não é real. O conceito de teatralidade está mais ligado à perspectiva do espectador, como se o olhar deste desempenhasse um papel crucial na criação desse fenômeno.

É como se os seres humanos, ao agirem e interagirem, criassem um espaço de caráter virtual, apartado da realidade, onde a representação ou a dramatização podem ocorrer. A teatralidade acontece quando as pessoas estão dispostas a adotar essa perspectiva e a separar o que está acontecendo em uma situação da realidade circundante, independentemente de a origem das ações ser real ou fictícia (Leonardelli, 2012). Ela é, portanto, uma ação profundamente presente no cotidiano; uma característica imanente ao ser humano, ligada à forma com que ele percebe e interage com o mundo ao seu redor; uma capacidade inata de criar narrativas e dar significado às interações e experiências vivenciadas.

a teatralidade consiste tanto em situar o objeto ou o outro em um “espaço teatral emoldurado/recortado” (cena 3) quanto em transformar um simples evento em signos de tal maneira que ele se transforme em espetáculo (cena 2). Nesse ponto de nossa análise, a teatralidade parece ser, mais do que uma propriedade; de fato, nós podemos chamá-la de **um processo que reconhece sujeitos em processo**, é um processo de olhar e ser olhado. [...] Em ambos os casos, **esse ato cria uma ruptura do cotidiano, que se transforma no espaço do outro, o espaço onde o outro tem lugar** (Féral, 1998, p. 98 *apud* Leonardelli, 2012, p. 7, grifos da autora).

A teatralidade, explica Féral (1998), é um processo que envolve duas dimensões fundamentais: a primeira é a capacidade de criar um espaço outro onde objetos ou pessoas são situados e a segunda envolve a transformação de eventos comuns uma situação espetacular. Consiste num processo em que, sujeitados ao ato de "olhar e ser olhado", criamos uma ruptura com a realidade cotidiana, estabelecendo um espaço onde o "outro" encontra seu lugar. A teatralidade pode ser entendida como uma interação dinâmica e única entre observadores e elementos visualizados.

Ela é, por essência, uma forma de expressão transgressora, pois situa-se no limiar do que é visto com o que é assimilado, compreendido. A teatralidade “filia-se diretamente à potência efabuladora humana, pois, as dinâmicas de enquadramento ficcional estão ligadas diretamente ao desejo de busca por representações e de construção de narrativas” (Leonardelli, 2012, p. 12). Essa efabulação, ou capacidade de contar histórias e criar narrativas, é uma característica fundamental da existência, sendo a teatralidade uma manifestação dessa capacidade.

As dinâmicas de enquadramento ficcional, que consistem na maneira como as histórias serão estruturadas e apresentadas, estão intrinsecamente ligadas ao impulso humano de buscar formas de representar o mundo e de construir narrativas que dão significado à experiência humana. A teatralidade, portanto, não é apenas uma forma de entretenimento ou encenação, mas uma expressão profunda da necessidade humana de dar forma às experiências, expressar emoções, criar significado e explorar a complexidade da condição humana por meio de narrativas e representações. Em essência, a teatralidade é uma extensão da potência criativa e efabuladora que é fundamental para a identidade humana, assim como a fabulação de Candido (2004). Podemos considerar os termos, então, neste estudo, como sinônimos⁶.

Sendo a (e)fabulação inerente a todos os seres humanos, a literatura, no sentido amplo adotado por Candido (2004) deve ser um direito, uma necessidade universal que deve ser cumprida. Da mesma maneira como o sonho é essencial para o sono – que garante o equilíbrio físico e psíquico –, não há equilíbrio social sem a literatura, pois ela é, aqui, “fator indispensável de humanização” (Candido, 2004, p. 175), que “confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente.” (*idem, ibidem*). Essa humanização pode ser entendida como

⁶ Ao considerar a teatralidade e a (e)fabulação como sinônimos, me ateno a característica de que, ao olhar e criar sentidos, o ato de olhar e o ato de efabular estão intrinsecamente ligados, em que “ver” não se restringe apenas a visão, mas está intimamente conectado a imaginação.

o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (Candido, 2004, p. 180).

Para Candido (2004), a literatura torna os indivíduos mais humanos: ela incita essa característica essencial para a existência de vida enquanto civilização; torna as pessoas mais ponderadas, mais empáticas, promovendo inteligência sobre si, suas próprias necessidades, bem como as necessidades do outro; permite, por fim, a afirmação de si enquanto parte de uma complexa coletividade – seja essa de um corpo social específico, da humanidade ou da natureza. A capacidade de fabular, intrínseca ao ser humano, é quem permite o desenvolvimento de uma identidade individual e coletiva, conforme veremos a seguir.

Michèle Petit (2013) também enxerga a literatura como um direito:

No entanto, o desejo de pensar, a curiosidade, a exigência poética ou a necessidade de relatos não são privilégio de nenhum grupo social. Cada um de nós tem direitos culturais: o direito ao saber, mas também o direito ao imaginário, o direito de se apropriar dos bens culturais que contribuem, em todas as idades da vida, à construção ou à descoberta de si mesmo, à abertura para o outro, ao exercício da fantasia, sem a qual não há pensamento, à elaboração do espírito crítico. Cada homem e cada mulher têm direito de pertencer a uma sociedade, a um mundo, através daquilo que produziram aqueles que o compõem: textos, imagens, nos quais escritores e artistas tentam transcrever o mais profundo da experiência humana (Petit, 2013, p. 23-24).

Petit (2013) entende que, existem direitos culturais fundamentais a todos os indivíduos: as pessoas devem possuir o direito de acessar conhecimento, imaginar, envolver-se com bens culturais que permitam o enriquecimento de sua identidade, possibilitando enxergar, também, outros pontos de vista. A imaginação é, nesse contexto, essencial para o pensamento. Além disso, ela vê escritores e artistas contribuindo para a sociedade por meio da maneira como expressam a profundidade da experiência humana, conectando as pessoas aos mundos pessoal e coletivo.

Fernandes (2003) afirma que também “o exercício pleno da cidadania implica na capacidade de leitura, pois o desenvolvimento da competência de atribuir sentido ao texto escrito possibilita o posicionamento crítico do sujeito diante do mundo circundante. Enfim, a leitura permeia todas as relações” (Fernandes, 2003, p. 54). Para a autora, é por meio do ato de ler que o indivíduo desenvolve sua percepção de sua realidade – e, a partir disso, consegue conceber criticamente seus posicionamentos a partir daquilo que vê.

A razão para isso pode ser que, enquanto sociedade, criamos manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas levando em consideração nossos impulsos, crenças, sentimentos e normas (Candido, 2004). Esse processo ocorre porque a literatura “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.” (*idem*, p. 175). Da mesma maneira como a literatura provém de uma profunda reflexão e percepções particulares e compartilhadas, ela causa esses mesmos processos em quem a lê, permitindo, então, uma construção dialética de quais são os problemas de uma sociedade, bem como eles são vividos e como podem ser enfrentados.

Na leitura literária pode ocorrer

uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 2021, p. 35-36).

Freire (2021) esboça a expressão “leitura do mundo”, que contempla a consciência do entorno do sujeito. Para ele, linguagem e realidade estão intrinsecamente interligadas, e por isso a interpretação de um texto é enriquecida pela compreensão mais ampla do contexto em que o leitor está inserido. Logo, os sentidos de um texto são alimentados pelas experiências daquele que lê, sua visão sobre o ambiente e as relações sociais que circunscrevem seu entorno, conforme aprofundi no subcapítulo anterior. Mas, mais que isso, a “leitura da palavra”, aqui retornando à literatura, desemboca também numa ampliação da “leitura de mundo”. Todorov (2021) explica:

Num estudo recente, o filósofo americano Richard Rorty propôs caracterizar diversamente a contribuição da literatura para a nossa compreensão do mundo. [...] Conhecer novas personagens é como encontrar pessoas, com a diferença de que podemos descobri-las interiormente de imediato, pois cada ação tem o ponto de vista do seu autor. Quanto menos essas personagens se parecem conosco, mais elas ampliam nosso horizonte, enriquecendo assim nosso universo. Essa amplitude interior [...] não se formula com o auxílio de proposições abstratas, e é por isso que temos tanta dificuldade em descrevê-la; ela representa, antes, a inclusão na nossa consciência de novas maneiras de ser, ao lado daquelas que já possuímos. Essa aprendizagem não muda o conteúdo do nosso espírito, mas sim o próprio espírito de quem recebe esse conteúdo; muda mais o aparelho perceptivo do que as coisas percebidas. [...] O horizonte último dessa experiência não é a verdade, mas o amor, forma suprema da ligação humana (Todorov, 2021, p. 80-81).

Para Todorov (2021), a leitura literária permite um encontro que se assemelha ao encontro com outras pessoas; uma relação que se distingue por instantaneamente podermos

conhecer os pensamentos e a personalidade de cada personagem – e essa conexão possibilita um enriquecimento do conhecimento de mundo bem como amplia a capacidade de empatia do leitor. Dessa forma, “a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos. A realidade que a literatura aspira compreender é, simplesmente (mas, ao mesmo tempo, nada é assim tão complexo), a experiência humana” (*idem*, p. 77). Em suma, o autor indica que ela não apenas busca apreender, mas também diversificar nossa cosmovisão por meio de narrativas as quais facultam uma investigação de experiências.

A partir daí, pode-se concluir que não somente a arte conduz ao conhecimento do mundo, mas que ao mesmo tempo revela a existência dessa verdade cuja natureza é diversa. Na realidade, essa verdade não lhe pertence exclusivamente, já que conduz o horizonte dos outros discursos interpretativos: histórica, ciências humanas, filosofia (Todorov, 2021, p. 64).

A leitura literária conduz o leitor a um entendimento mais amplo de uma verdade – podemos aqui retomar as ideias de Barthes (2013) acerca da literatura: a de que ela é “a realidade, isto é, o próprio fulgor do real” (p. 19) –, de forma que alcança compreensões que vão além da experiência estética (Todorov, 2021). Assim, a literatura – e as outras manifestações artísticas – alimentam um conhecimento do mundo e oferece novas perspectivas capazes de se entrelaçar com outros saberes (ou, como disse Barthes (2013), os faz circular).

Confirma Petit:

Assim como eles, estou convencida de que a leitura continua sendo uma experiência insubstituível, em que o íntimo e o compartilhado estão ligados de modo indissolúvel, e de que o desejo de saber, a exigência poética, a necessidade de relatos e a necessidade de simbolizar nossa experiência constituem a especificidade humana (Petit, 2013, p. 32).

No trecho, a autora ressalta, justamente, a importância da leitura (e aqui destaco em especial a literária) enquanto um meio para entender e dar sentido ao mundo, seja no aspecto individual ou coletivo da experiência, pois a leitura desempenha um papel determinante na constituição de nossa identidade enquanto seres humanos.

Sobre o conceito de identidade – ou identidades –, podemos conceber como

uma construção social e histórica do ‘próprio’ [do *soi*, do *self*] e do ‘outro’, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência ‘essencial’, estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço (Bossé, 2004, p. 163 *apud* Pinheiro, Pinheiro, 2012, p. 56-57).

A partir da citação, podemos compreender que identidade, seja a de si ou a do outro, é uma construção que se desenvolve social e historicamente, de forma dinâmica, em interação com relações de poder, a partir de negociações e confrontos. Ou seja, a identidade se constrói num intercâmbio entre “o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2001, p. 11 *apud* Pinheiro, 2012, p. 61-62). Ela nasce, então, a partir de uma troca entre um núcleo interior e um mundo exterior.

A leitura literária enquanto promotora do desenvolvimento da identidade nasce por sua capacidade de elaborar um espaço próprio, íntimo, privado, instaurado pela leitura (Petit, 2013). Esse é um espaço “psíquico que pode ser o próprio lugar da elaboração ou da reconquista de uma posição de sujeito” (*idem*, p. 44). Isso porque os leitores são “ativos, desenvolvem toda uma atividade psíquica, se apropriam do que leem, interpretam o texto, e deslizam entre as linhas seus desejos, suas fantasias, suas angústias” (*idem, ibidem*). Na leitura literária, o leitor encontra um ambiente capaz de permitir a elaboração de si mesmo e de suas percepções, opiniões e experiências do mundo externo.

Hoje, se me pergunto por que amo a literatura, a resposta que me vem espontaneamente à cabeça é: porque ela me ajuda a viver. [...] em lugar de excluir as experiências vividas, ela me faz descobrir mundos que se colocam em continuidade com essas experiências e me permite melhor compreendê-las. Não creio ser o único a vê-la assim. Mais densa e mais eloquente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo (Todorov, 2021, p. 23).

Para muitas pessoas, a literatura tem o poder de ajudar a viver. Para Todorov (2021), a partir da história encontrada dentro da narrativa, o leitor pode relacionar de forma contínua aquilo que encontra na leitura com acontecimentos reais. O universo – que podemos entrelaçar com os conceitos de *biblioteca* do leitor, mas que engloba também vivências outras, fora da experiência literária – dele é, por conseguinte, expandido; além disso, no espaço privado propiciado pela leitura (Petit, 2013), essa bagagem, pode ser reorganizada, refletida novamente, pensada de maneira distinta.

Petit (2014) considera que o texto vai “liberar algo que o leitor tem dentro de si” (p. 46). É por meio dele que o leitor, muitas vezes, encontra motivação para libertar-se de imposições diversas que pudessem estar prendendo-o; para livrar-se do “contexto em que estava preso, para se diferenciar, para se libertar dos estereótipos” (Petit, 2013, p. 46). A leitura de um texto literário é capaz de suscitar no leitor uma libertação, assim como desenvolve um caminho para

acessar a capacidade intrínseca a todos os seres humanos: a de resistir. Isso porque “ao longo da história da humanidade, a literatura, oral ou escrita, serviu de instrumento de resistência, de memória e de identidade” (Pinheiro, Lottermann, 2022, p. 88).

Para Candido (2004), a literatura possui uma natureza complexa, com ao menos três faces passíveis de distinguir. A primeira, para ele, se trata do fato de ela ser “uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado” (Candido, 2004, p. 176). Por meio da instauração de um mundo fictício, do desenvolvimento de personagens e do enredo, utilizando-se de uma estrutura da língua – seja para condescender ou subverter – de maneira autônoma, o autor acaba por criar um espaço com complexas camadas de significados que irão além daquilo que ele próprio pensou.

A segunda seria sua característica enquanto “forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos” (Candido, 2004, p. 176). A literatura pode ser uma poderosa forma de representação, de modo que os escritores, ao comporem suas obras, acabam por refletir suas próprias experiências, pensamentos e sentimentos. Nessas obras se transmitem, de forma mais ou menos evidente, as perspectivas e preocupações da sociedade em que eles, leitor e autor, estão incluídos. Na leitura, por conseguinte, aqueles que leem encontram irradiados seus próprios sentimentos, pensamentos e experiências – às vezes até séculos depois de sua escrita, pois muitos textos acabam por trazer ponderações atemporais.

Petit (2013) afirma que a leitura literária nos dá acesso a palavras que ajudam a nomearmos nossos próprios sentimentos. Esse acesso “não é um luxo: é um direito, um direito cultural, como o acesso ao saber. Porque talvez não haja sofrimento pior do que ser privado de palavras para dar sentido ao que vivemos” (*idem*, p. 112). No documentário *Entre Parágrafos e Terra Vermelha: a Leitura no Mato Grosso do Sul* (2021), a professora Thissiane Fioreto, falando sobre a importância da leitura literária, diz que estamos

sempre buscando palavras. A gente precisa de palavras para nomear as nossas experiências, os nossos sentimentos... A gente tá sempre buscando palavras para aquilo que a gente sente, pro indizível [...] eu acho que os poetas, os autores, conseguem dar palavras para esse indizível. Eu acho que todas as pessoas que [...] buscam alguma coisa para amenizar a dor da existência [...] devem buscar a leitura (Entre [...], 2021).

A fala presente no documentário corrobora com aquilo defendido por Petit (2014): a literatura tem potencial de permitir a expressão, seja daquele que escreve ou daquele que lê. Trapaceando com a língua, recordando Barthes (2004), ela proporciona palavras cujos sentidos

não são os mesmos que os encontrados num dicionário, isto é, uma expressividade que tenta traduzir o indizível.

Mas apropriando-me dela, eu a vivo, e ao vivê-la lhe dou, muito além de todas as significações recuperadas, um sentido. [...] Procuo minha própria história na singularidade do meu objeto; e ele encontra em mim, como em prospectiva, a sua. Encontra uma paixão: a minha; aquela em que meu discurso conseguirá talvez comunicar a minha volta (Zumthor, 2018, p. 98).

Ao mergulhar em uma obra literária, o leitor passa a procurar e a reconhecer elementos que possam ressoar com sua própria história, suas impressões e vivências (Zumthor, 2018). No espaço próprio criado (Petit, 2013), o leitor vai *viver* a obra, experienciar as ações, no ato performático que é a construção de sentidos (Zumthor, *op. cit.*). Esse processo não se configura somente como uma exploração retrospectiva, mas, do mesmo modo, funciona de forma prospectiva, onde a obra e o leitor vão encontrar um eco *em* e *de* suas próprias experiências.

É por isso que Todorov (2021) considera que

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro (p. 76).

A capacidade de se apresentar como uma força capaz de oferecer apoio emocional, fortalecer conexão entre as pessoas, propiciar uma nova compreensão do mundo revela as potências transformadoras da literatura. Todorov (2021) acredita que a literatura pode atuar como uma revelação do mundo, ultrapassando sua possível utilização enquanto forma de entretenimento e partindo para uma modificação nascida no interior do próprio leitor.

A terceira face da literatura citada por Candido (2004) trata dela ser “uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente” (Candido, 2004, p. 176). É fato de que é possível adquirir diversos tipos de conhecimento durante a leitura – ela é, afinal, um processo de comunicação, onde interagem, no texto, os conhecimentos do autor e do leitor. E essa incorporação pode não acontecer de forma proposital e estar espalhada por todo o texto. Candido ressalta, entretanto, que há níveis de conhecimento intencional – ou seja, “planejados pelo autor e conscientemente assimilados pelo receptor” (*idem*, p. 180) –, onde o autor deposita suas intenções de “propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão etc.” (*idem, ibidem*).

Para ele, ainda, a literatura pode “ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria,

a servidão, a mutilação espiritual” (Candido, 2004, p. 186). A utilização da literatura enquanto ferramenta de denúncia é nomeada por ele como literatura empenhada: ocorre quando o autor se utiliza da estrutura literária para, conscientemente, assumir uma posição em relação aos problemas que enxerga.

Apesar de acreditarmos que a influência da literatura ocorra sobre nós devido a sua capacidade de nos ensinar algo, a literatura atua, na verdade, simultaneamente com os três aspectos mencionados anteriormente (Candido, 2004). E, afirma Candido, o primeiro aspecto talvez seja o mais importante, apesar de muitas vezes ser desconsiderado, justamente porque é nessa estruturação, nessa construção, que reside seu poder humanizador.

Toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, *enquanto construção*. De fato, quando elaboram uma estrutura, o poeta ou o narrador nos propõem um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada. [...] Quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo (Candido, 2004, p. 177).

Candido (2004) entende que obra literária é, no princípio, uma construção, uma proposição de ordem, de coerência que, tamanha sua força, organiza nossos próprios pensamentos e sentimentos, levando a uma compreensão de si e, conseqüentemente, do mundo exterior. “A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo” (Candido, 2004, p. 177). Sendo a linguagem o caminho para nomearmos aquilo que sentimos por meio de uma estrutura, o processo de fabulação em que consiste a literatura permite uma ordenação daquilo que é abstrato para uma maneira palpável, uma forma de enxergar aquilo que é subjetivo e, mais tarde, coletivo.

Os pensamentos de Candido (2004), Iser (1979, 1996) e Eco (2019) sobre a leitura, embora tenham suas nuances, convergem na ideia de que a atribuição de significado aos textos é uma atividade complexa. Candido (2004), entretanto, traz um enfoque sobre como essa atribuição de sentido é fortemente influenciada pelo contexto histórico e social do leitor, enquanto os outros dois autores mencionados salientam principalmente o papel ativo daquele que está lendo para a construção de significados. Assim, conforme já sugerimos, pode-se inferir que a leitura não ocorre no vazio, pois é moldada tanto pelo ambiente social e histórico quanto pela interpretação individual do leitor, tornando-a, assim, uma experiência socialmente situada.

Dessa maneira, Candido (2004) explica, “o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere” (p. 178). A literatura possibilita uma maneira de transmitir, por meio

de uma estrutura, um conteúdo para que ele se torne tangível. Essa configuração estrutural possibilita um manejo do caos originário que permeia a mente do autor e essa ordem criada vai desembocar, por meio da leitura, na ordenação do caos que se faz presente também na mente do leitor. Logo, toda obra “pressupõe esta superação do caos, determinada por um arranjo especial das palavras e fazendo uma proposta de sentido” (*idem, ibidem*).

É por meio da estrutura que acabamos por expressar-nos e, por conseguinte, por assimilar os conhecimentos intencionais e não intencionais que atravessam a obra literária. A obra literária possui esse poder porque o leitor se apropria do texto, introjetando suas fantasias, seus desejos e angústias, construindo, dessa forma, a si mesmo (Petit, 2013). O poder humanizador da literatura, propiciado pela possibilidade de dar forma ao nosso caos interior, é essencial para a existência de todos os seres humanos. Logo, para Candido (2004), negar a fruição da literatura é uma maneira de mutilar a nossa humanidade.

A leitura permite a criação de um espaço próprio, onde o controle reside na figura do próprio leitor, configurando um afastamento do domínio sobre ele – e esse afastamento faz com que constantemente se tente restringir o ato da leitura. Petit (2013) acredita que, mesmo nas sociedades mais democráticas, encontra-se certo movimento de controlar o que as pessoas podem ou não ler, pois existe um receio acerca do que a livre leitura pode causar, e por essa razão “poderão tentar, de um modo mais ou menos consciente, limitar a leitura à sua vertente controlável” (Petit, 2013, p. 115).

Chartier explica que, historicamente,

Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas. [...] As perseguições são como que o reverso das proteções, privilégios, recompensas ou pensões concedidas pelos poderes eclesiásticos e pelos príncipes. O espetáculo público do castigo inverte a cena da dedicatória. A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual. Dos autos-de-fé da Inquisição às obras queimadas pelos nazis, a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros e, com frequência, seus autores, pensavam erradicar para sempre suas idéias (Chartier, 1998, p. 23).

O controle mencionado anteriormente por Petit (2013) pode assumir diversas formas, como a restrição do acesso à literatura por meio da censura, da proibição ou até da queima de livros. Até mesmo a afirmação do nome do autor surge de forma a responsabilizá-los por seus escritos, conforme evidenciou Foucault (2001). Mas há formas não tão visíveis de regular a leitura e a obtenção de bens culturais: restringir o letramento literário e artístico é uma forma eficaz de impedir o acesso desses bens pelas classes dominadas (Petit, 2013).

É por isso que, em sociedades como a brasileira, a literatura acaba se tornando um privilégio para poucos. Dessa forma, para Antonio Candido (2004), é preciso lutar pelo direito universal de fruir a arte. Explica:

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável (Candido, 2004, p. 191).

A luta dos direitos humanos é, dentre muitas coisas, uma luta pelo acesso. Acesso à água potável, acesso à alimentação, à moradia, à segurança, à educação (Candido, 2004). Mas deve ser, também, uma luta pelo acesso aos bens culturais, pois eles estão ligados tanto ao prazer quanto à capacidade de construir uma identidade. As pessoas têm de ter direito à fruição artística, pois isso reafirma sua humanidade – incluída a literatura – deve ser livre para todas as pessoas. É por essa razão que ela tem de ser considerada um direito (Petit, 2013).

Candido ainda expressa como esse direito deve ser ampliado para que todos tenham acesso à cultura, e que ela deixe de ser uma regalia a pequenos grupos da sociedade:

é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição equitativa dos bens. Em princípio, só numa sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e neste domínio a situação é particularmente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura. Por isso, numa sociedade estratificada deste tipo a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante (Candido, 2004, p. 186-187).

Segundo Candido (2004), de modo a alcançar uma sociedade onde os direitos humanos sejam respeitados, incluso o direito à literatura, do modo amplo que ele defendia, é necessário que toda a organização da sociedade se modifique tendo por objetivo se tornar mais igualitária, com uma distribuição equitativa de bens, pois só assim todos teriam acesso aos direitos incompressíveis.

Esse tipo de leitura pode possuir intrínseca em si uma infinidade de possibilidades. Criando um espaço próprio que têm morada no interior do leitor (Petit, 2013), ela suscita o reconhecimento de si, um sentimento de pertencimento a si e ao exterior; faz com que entendamos a nós e ao outro; propicia novos conhecimentos, o contato com novas culturas; provoca um exercício de empatia, de simpatia e de autoaceitação. Ler é efabular, é abrir uma

janela para possibilidades inéditas sem sair do lugar (Candido, 2004), é perceber as coisas de uma nova maneira e, também, é “ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita, significa poder ter acesso a essa escrita, significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se é” (Foucambert, 1994, p. 5 *apud* Pinheiro, 2014, p. 149). Por sua profunda e avassaladora capacidade de fazer o ser humano mais humano, ela deve ser um direito fundamental para todos.

2. RESISTÊNCIA

Ler mudou, muda e continuará mudando o mundo. Quando o dia do juízo final chegar e todos os segredos forem revelados, não devemos ficar surpresos ao saber que a razão pela qual evoluímos do macaco ao homem, e deixamos nossas cavernas e depusemos nossos arcos e flechas e sentamos ao redor do fogo e conversamos e demos aos pobres e ajudamos os doentes, a razão pela qual construímos, partindo da aridez do deserto e dos emaranhados da floresta, abrigos e sociedades, é simplesmente esta: nós desenvolvemos a paixão da leitura.

Virginia Woolf

No capítulo anterior, pudemos entender o que é a leitura e a leitura literária e seu efeito em nós enquanto indivíduos e sociedade. Revendo sua história, foi possível perceber, dentre vários aspectos, que a leitura literária permitiu e segue permitindo o desenvolvimento de um espaço de alteridade, bem como relações interpessoais. Gostaria aqui, entretanto, de focar em uma capacidade que, segundo Michel de Certeau (2014), é intrínseca ao ato da leitura: a resistência.

Para tanto, precisamos compreender como funciona o poder dentro da sociedade – poderíamos, na verdade, falar em poderes, ou em relações de poder, da forma como Michel Foucault (2023) as compreende. Para o autor, não há o poder, de característica unívoca e absolutamente repressiva, inerente, conforme explica Machado (2023, p. 12): “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social”; e sim uma rede de micropoderes, pois se situa “no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder” (*idem*, p. 14).

Para Foucault (2023), ainda, o poder se manifesta por meio de “uma rede de dispositivos e mecanismos a que nada ou ninguém escapa” (*idem*, p. 17), como a disciplina – “o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade” (*idem*, p. 21) –, o saber – “não há relação de saber sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (*idem*, p. 28), ou seja, o poder produz um determinado tipo de saber e o autoriza, e por isso Foucault (2023) não o considera estritamente nocivo, pois

o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 2023, p. 44-45).

O poder, como a instância múltipla conforme o entende Foucault (2023), mantém-se por produzir saber; por constituir os “efeitos de verdade” (*idem*, p. 278) que ele transmitirá e que, conseqüentemente, o transmitirão – por verdade, devemos “entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento de enunciados” (*idem*, p. 54), não o conjunto de coisas verdadeiras – e pelos discursos que são por ele também controlados e autorizados. Sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso, as relações de poder não podem se difundir, se estabelecer nem funcionar (Foucault, 2023).

Compreendendo como funciona essa rede de micropoderes e tais formas de difusão, podemos intuir que as resistências ao poder “não possam ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior” (Machado, 2023, p. 18). O poder deve ser “combatido” dentro de suas próprias estruturas, pois “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (Foucault, 2023, p. 360). E, ainda, é preciso analisar esse conjunto de resistências “em termos de tática e de estratégia” (*idem*, p. 341).

E é com esses dois termos, tática e estratégia, que chegamos a Michel de Certeau (2014) e sua análise das práticas cotidianas, onde se

ênfatisa a “cultura comum e cotidiana enquanto apropriação (ou reapropriação)”, o consumo ou recepção considerada como “uma maneira de praticar”, enfim a necessidade de “elaborar modelos de análise que correspondam a essas trajetórias (ou séries de operações articuladas umas às outras no tempo)”. [...] Trata-se diz o texto, “de esboçar uma *teoria das práticas cotidianas* para extrair do seu ruído as maneiras de fazer” que, majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a títulos de “resistências” ou de inércias em relação ao desenvolvimento da produção “sociocultural” (Giard, 2014, p. 16).

Certeau (2014) procura, no primeiro volume de *A invenção do cotidiano*, tecer uma análise acerca das práticas cotidianas e *das maneiras* de fazer das pessoas ordinárias, entendendo como, a partir do consumo, realizam-se resistências ao poder – a forma difusa, que trabalha em uma rede de relações, conforme entende Foucault (2023) e suas tentativas de controle. E, entre as práticas que Certeau (2014) afirma possuírem essa característica, aparece a leitura, que introduz “uma ‘arte’ que não é passividade” (p. 48).

Este capítulo intenta, portanto, compreender a poderes e os dispositivos e formas que eles assumem na vida em sociedade (Foucault, 2023), as quais Certeau (2014) chama de estratégias; e as práticas que constituem a resistência a esses poderes, intituladas táticas. Dessa forma, poderemos falar sobre como a leitura literária constitui “um aspecto parcial do consumo, mas fundamental” (*idem*, p. 239), ou seja, uma *arte de fazer*.

2.1 Sobre poder(es)

Para Michel Foucault (2023), não há algo como um poder, único e universal, e sim uma disseminação em rede de poderes que operam em níveis microscópicos, moldando e influenciando as interações diárias das pessoas, conforme evidencia Hérodote em conversa com esse autor: há “um modelo implícito do poder: uma disseminação de micropoderes, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e de tecnologias” (Foucault, 2023, p. 253). O que nos leva a concluir que

não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possui uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (Machado, 2023, p. 12).

Mesmo quando usa o artigo “o”, Foucault (2023) entende o poder como uma instância múltipla, difusa, que não se comporta da mesma maneira em todas as situações e momentos históricos, se transforma continuamente. O poder não desaparece ou vacila, pois “ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua” (Foucault, 2023, p. 235), ou seja, rasteja e se dissemina quando é conveniente para sua permanência.

Por sua característica múltipla, o poder não se encontra em um mesmo lugar ou é exercido pelas mesmas instituições e/ou sujeitos conforme o passar do tempo (Foucault, 2023). E por isso não pode ser analisado de forma simplista e universalizante, e sim

como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (*idem*, p. 284).

Há um encadeamento, a formação de uma trama de poderes que não se estabelece, não cria raízes eternas em um lugar ou é obtido por determinados sujeitos ou entidades, conforme explica Foucault (2023), e sim realiza alternâncias conforme os contextos e situações, pois “em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder” (*idem*, p. 255).

Foucault (2023) rejeita, então, a ideia de o aparelho de Estado concentrar o poder, ser “o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe” (*idem, ibidem*), pois crê que a função dele não se resume a somente reproduzir as relações de produção. Não se deve, então, encará-lo como

um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos (Foucault, 2023, p. 284).

Não há, para Foucault (2023) uma oposição binária entre aqueles que possuem poder e aqueles que não – não existe uma relação de dominação global de determinados indivíduos sobre outros, e sim “múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade” (*idem*, p. 282).

Por isso, afirma Foucault (2023), ao falar de uma classe dominante, não podemos considerar que o termo é uma abstração, ou ainda que ela é uma condição preexistente na sociedade pois sua constituição, bem como a garantia e a reprodução da dominação que ela busca exercer, “são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram a dominação” (*idem*, p. 375). Assim, classes dominantes não são algo que naturalmente aparecem na sociedade, e tem sua existência propiciada por um plano calculado que visa assegurar a manutenção de um poder, já que “entre a estratégia que fixa, reproduz, multiplica a classe dominante, existe uma relação recíproca de produção” (*idem*, p. 375-376), pois ambas se moldam e se produzem mutuamente.

Compreende-se, portanto, que, para Foucault (2023), “o poder não existe; existem práticas ou relações de poder” (Machado, 2023, p. 17), pois o poder não é possuído ou fixado; permanece em funcionamento, disseminando-se continuamente e de forma ininterrupta. Dentro da sociedade existem

relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcione segundo essa dupla exigência e a partir dela. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade (Foucault, 2023, p. 278-279).

As relações de poder existentes em uma sociedade, em sua multiplicidade, agem como uma “máquina social que [...] se dissemina por toda a estrutura social” (Machado, 2023, p. 17-18). E, para compreendê-las, é preciso compreender de que maneira o poder opera sobre algumas questões, como o saber, os discursos e a verdade.

O poder toma a forma de “uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível” (Machado, 2023, p. 17). Sobre dispositivos, Castro (2009, p. 124) esclarece:

Podemos delimitar a noção foucaultiana de dispositivo como se segue: 1) O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regimento, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo estabelece a natureza do nexo que pode existir entre esses elementos heterogêneos. [...] 3) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem, assim, uma função estratégica. 4) Além da estrutura de elementos heterogêneos, um dispositivo se define por sua gênese. [...] 5) O dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo e negativo, querido ou não querido, entra em ressonância ou em contradição com os outros e exige um reajuste. Por outro lado, encontramos também um processo de perpétuo preenchimento (*remplissement*) estratégico.

Um dispositivo toma a forma de uma ligação entre elementos heterogêneos pelos quais o poder se exerce; assume, portanto, uma função estratégica no exercício dele, em constante interação com os efeitos que produz, efetuando constantes ajustes contínuos para permanecer operando. “É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (Foucault, 2023, p. 367). Eles podem ser entendidos, então, como estratégias que se relacionam reciprocamente por configurações de saber, e é por meio dessas relações que o poder opera.

Há um tipo de poder sobre o qual Foucault (2023) traz certo enfoque: o poder disciplinar. Ele não é “um aparelho nem uma instituição, à medida que funciona como uma rede que o atravessa sem se limitar a suas fronteiras. [...] Ela [a disciplina] é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder” (Machado, 2023, p. 21). A disciplina relaciona-se com o corpo, onde encontramos

uma microfísica do poder, com uma anatomia política do corpo cuja finalidade é produzir corpos úteis e dóceis ou, se quisermos, úteis na medida de sua docilidade. Com efeito, o objetivo da disciplina é aumentar a força econômica do corpo e, ao mesmo tempo, reduzir sua força política. Por isso, devemos considerar a disciplina desde um ponto de vista positivo ou produtivo como geradora de individualidade (Castro, 2009, p. 111-112).

Foucault (2023) defende que a disciplina objetiva a criação de corpos dóceis, o que conseqüentemente pode desempenhar funções produtivas dentro dos sistemas social e econômico. A disciplina gera individualidade, pois “aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. [...] O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (Foucault, 2023, p. 284-285). O indivíduo não é uma entidade autônoma, submetido a uma dominação, inerte em sua posição de oprimido – sua constituição é, na verdade, perpassada pelo poder, que o transforma em seu centro de difusão (Foucault, 2023).

Falando de disciplina, podemos também falar da vigilância, elemento permanente, classificatório, “que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo” (Foucault, 2023, p. 182). Para compreender seu funcionamento, podemos recorrer ao conceito de panóptico:

Panopticum quer dizer duas coisas: quer dizer que tudo é visto o tempo todo, mas também diz que todo poder que se exerce nunca é mais do que um efeito ótico. O poder não tem materialidade, não tem necessidade de toda estrutura, ao mesmo tempo simbólica e real do poder soberano (Castro, 2009, p. 316).

A vigilância em nossas sociedades funciona como a vigilância panóptica: tudo é sempre visto, e o poder não é visível, pois “não se pode confiar em ninguém se o poder é organizado como uma máquina funcionando de acordo com engrenagens complexas, em que é o lugar de cada um que é determinante, não sua natureza.” (Foucault, 2023, p. 334). Isso porque, no *panopticum*, “cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto” (*idem, ibidem*). Uma observação contínua do indivíduo por parte do outro e até por si mesmo:

Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá a vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório (Foucault, 2023, p. 330).

O enquadramento do olhar sai da observação sobre o outro e se volta contra o próprio indivíduo, que passa a se vigiar, se policiar. A vigilância panóptica é, então, uma ferramenta maravilhosa, como explica Foucault (2023), pois o poder se faz presente de forma permanente ao ponto de causar uma autorregulação por parte dos indivíduos. E a imaterialidade desse poder contínuo “é também um mecanismo perpétuo da formação do saber” (Castro, 2009, p. 316).

Isso explica por qual razão Foucault (2023) não acredita que o poder aja sempre de forma negativa, pois se “só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego” (Foucault, 2023, p. 239), ele seria uma instância precária. Por qual razão, então, o poder se mantém? Gerando efeitos considerados positivos no nível do saber: “O poder, longe de impedir o saber, o produz” (idem, p. 238-239). Não sendo apenas uma força repressiva, de acordo com Foucault (2023), o poder permanece se difundindo nas sociedades.

Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal e tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. [...] O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder (Foucault, 2023, p. 230-231).

Há, entre o saber e o poder, uma relação de alimentação mútua: o poder gera saber, que produz em consequência *efeitos de poder*. Forma-se, então, entre as duas instâncias, um ciclo infundável. E essa dinâmica aparece em diversos lugares na sociedade, conforme ressalta Foucault:

É preciso ser muito ingênuo para pensar que é o mandarim universitário que culminam os efeitos de poder ligado ao saber. Eles estão em outros lugares, muito mais difusos, enraizados, perigosos, que no personagem do velho professor. O humanismo moderno se engana, assim, ao estabelecer a separação entre saber e poder. Eles estão integrados, e não se trata de sonhar com um momento em que o saber não dependeria mais do poder, o que seria uma maneira de reproduzir, de forma utópica, o mesmo humanismo (Foucault, 2023, p. 231).

A relação entre poder e saber não é perceptível apenas no ambiente universitário; difunde-se por todos os âmbitos da vida em sociedade. Não há um sem o outro – existem em dependência um do outro –, ou seja, não há saber sem poder ou poder sem controle do saber (Foucault, 2023). O poder “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (idem, p. 45), e se mantém provocando desdobramentos benéficos (Machado, 2023) para compensar suas características opressivas.

Foucault (2014) supõe que em toda sociedade exista um controle, seleção, organização e redistribuição dos discursos “por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2014, p. 8-9).

Existem procedimentos de exclusão – interdição, separação e rejeição, e a oposição entre verdadeiro e falso (Foucault, 2014). O primeiro condiz com a impossibilidade de qualquer pessoa poder falar a respeito de qualquer coisa. “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (*idem*, p. 9). Temas inaceitáveis ou não passíveis de discussão, contexto de enunciação, privilégios de sujeito: interdições que atravessam os discursos, que evidenciam que este não se define somente como “aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar” (*idem*, p. 9-10).

Já quando se refere a separação e rejeição, Foucault (2014) acredita que discursos proferidos por determinados sujeitos na sociedade (como os loucos) são proibidos de circular como os outros: “Pode ocorrer que a palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância [...] [ou] que lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes” (Foucault, 2014, p. 10), como ser emissor de uma verdade escondida ou perceber aquilo que os outros não são capazes de ver.

A respeito do terceiro procedimento, é preciso antes entender que

por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também não que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder” (Foucault, 2023, p. 53).

O sentido pretendido pela palavra *verdade* é, para Foucault (2014), aquilo que transfigura o que é verdadeiro ou falso numa sociedade, transferindo ao discurso verdadeiro uma posição embutida de poder, capaz de exercer uma influência econômica-política na sociedade, ao produzir nela “efeitos regulamentados de poder” (*idem*, p. 52). É por isso que, diz Foucault (2014), cada sociedade elabora um regime de verdade, ou seja,

os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são

valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2023, p. 51-52).

Em toda sociedade opera, então, um regime de critérios que determinam o que é ou não considerado verdadeiro, que recebem influências de fatores sociais, históricos, culturais e institucionais específicos (Foucault, 2014). Existe, presente há séculos na história, uma vontade de verdade determinada por uma série de estratégias que visam encontrá-la.

Essa vontade de verdade, que é condicionada, reforçada, reconduzida por práticas, como aquelas ligadas ao campo educacional, e o *status* do saber na sociedade, essa vontade de verdade “tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 2014, p. 17), isto é, produz moldes aos quais discursos distintos se sentem impulsionados a seguir, como quando “a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência” (*idem, ibidem*). A busca pela verdade impacta até mesmo discursos que não precisam necessariamente trazer em si a *verdade*, como as narrativas ficcionais.

Assim, podemos afirmar que “somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (Foucault, 2023, p. 279). Somos, pela verdade, “julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer” (*idem, ibidem*). Vivemos imersos em e por um regime da verdade.

E esse é, para Foucault (2014), o procedimento de exclusão menos lembrado, pois é como “se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário” (*idem*, p. 19), pois o discurso verdadeiro “não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la” (*idem*, p. 19), ou seja, o discurso verdadeiro não é capaz de reconhecer a vontade de verdade que o influencia, ao passo que essa última acaba sendo obscurecida pela verdade que busca, o que compõe uma relação complexa entre desejo, poder e a vontade de verdade (Foucault, 2014). É preciso um olhar atento aos momentos em que a verdade é usada para justificar proibições e definir conceitos, como o faz com, por exemplo, a loucura.

Existem, ainda, outros procedimentos que regulam os discursos, como

Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de

submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso (Foucault, 2014, p. 20).

Alguns procedimentos internos citados por Foucault (2014) são a diferença entre discursos diários e fundamentais, o papel do autor – “o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (*idem*, p. 25) – e os limites e regras de uma disciplina (enquanto campo do conhecimento) – “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (*idem*, p. 34). Tais elementos exercem um certo tipo de coerção na construção dos discursos.

Foucault (2014) ainda cita um terceiro grupo de procedimentos de controle dos discursos, que dizem respeito às “condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles” (p. 35), que vão desde a imposição de qualificações, estabelecimento de rituais até a existência de sociedades de discurso, doutrinas religiosas e apropriação social dos discursos. Em suma,

ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (Foucault, 2014, p. 34-35).

O controle dos discursos se constrói, também, por esse terceiro grupo de procedimentos de exclusão, explica Foucault (2014), que privilegiam determinados emissores em detrimento de outros; para certos tipos de discurso, uma relação de autorização se exerce: ao atender determinadas regras determinadas pelo poder, aquele considerado qualificado recebe a permissão para adentrar uma região estrita do discurso.

Podemos concluir, portanto, que Foucault (2014, 2023) entende o poder como “um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 2023, p. 369). Funciona em multiplicidade, em rede, exercendo-se por meio de elementos distintos que compõem os dispositivos pelos quais esse poder funciona.

2.2 Uma resistência cotidiana

Michel de Certeau, em sua obra *A Invenção do Cotidiano* (2014), tecendo uma abordagem interdisciplinar entre áreas como a história, a sociologia, a antropologia e a teoria literária, traz para o foco de sua pesquisa as pessoas comuns⁷, ordinárias, que ele compreende como aqueles pertencentes a uma “multidão móvel e contínua, densamente aglomerada como pano inconsútil, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se a linguagem móvel de cálculos e racionalidades que não pertencem a ninguém” (Certeau, 2014, p. 55-56). Há, segundo Certeau, por parte dessa “maioria silenciosa” (*idem*, p. 41), uma resistência cotidiana, conforme entenderemos a seguir.

Na obra *A cultura no plural* (2013), Certeau conceitua o cotidiano como

aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, *ao despertar*, é o peso da vida, a dificuldade de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é *aquilo que nos prende intimamente*, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres (Certeau, 2013, p. 31).

Logo, para Certeau (2013, 2014) o cotidiano consiste no conjunto de atividades, práticas e experiências realizadas por pessoas comuns; aquilo que enfrentamos todos os dias correspondente a um fluxo de experiências e atividades. Ao acordar, somos confrontados com a dificuldade de, independentemente de nossas condições, viver entre a fadiga e o desejo que nos é inerente. É, ainda, uma narrativa ou história que se desenrola no meio de nossas vidas, muitas vezes de maneira imperceptível. Pensando nisso, podemos compreender a riqueza e complexidade desse conceito, que, ao mesmo tempo que nos oprime, também serve de repositório de memórias e experiências significativas (Certeau, 2013). Ele é o lugar em que a vida se desenvolve, onde se constrói uma história carregada por nós; onde fazem morada sentimentos, sensações e lembranças que moldam nossa identidade e alteram nossa relação com o mundo ao redor.

O cotidiano se faz por meio de práticas. Mas há, dentro da rede de poderes e suas relações, uma tentativa de moldá-las e limitá-las. Para compreender esse esforço, Certeau (2014) recorre à ideia elaborada por Michel Foucault a respeito de um poder “opaco, sem proprietário, sem lugar privilegiado, sem superiores nem inferiores, [...] eficaz de modo quase autônomo por sua capacidade tecnológica de distribuir, classificar, analisar e individualizar

⁷ Utilizo como sinônimo o termo “pessoas comuns” sempre pensando na descrição de Certeau (2014) em relação ao “homem ordinário”, ou a maioria silenciosa, desqualificada, cujas produções são “deixadas de lado”.

especialmente o objeto abordado” (Certeau, 2014, p. 106). Assim como em Foucault, não há, em Certeau (2014), a ideia de um poder único, e sim uma concepção plural de uma rede ou estruturas de poder.

Dessa maneira, Certeau (2014), mesmo quando utiliza o termo classe dominante, compreende, da mesma forma como Foucault (2023, 2014), que essa classe não é uma condição preexistente na sociedade. Fala, portanto, de estruturas de poder que podem variar e assumir diversas formas, como instituições governamentais, organizações, corporações, sistemas políticos, religiões, mídia de massa e outras entidades que detêm poder e autoridade na sociedade. Quando o autor cita uma classe dominante, ele não a entende, pois, como um grupo fixo ou exclusivo, mas como um conjunto de estratégias que busca controlar as práticas cotidianas em determinada situação e determinado contexto histórico-social.

Certeau (2014) inova em relação a Foucault, dirigindo o foco da reflexão sobre o poder para a vida cotidiana e as relações que nela se estabelecem. Assim, voltando-se também para as estratégias de manipulação e resistência ao poder, lança uma luz sobre o conjunto de práticas que organizam e movimentam essas relações. Assim, Certeau divide as práticas cotidianas em dois grandes grupos: aquelas de tipo *estratégica* e as de tipo *tática*. A estratégia, para o autor, corresponde ao

cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar (Certeau, 2014, p. 93).

A estratégia, segundo Certeau (2014), consiste nas práticas planejadas e associadas ao poder: permitem a um “sujeito de querer e poder”, como diz o autor, a criação de um lugar próprio em que pode inscrever suas produções; ditando suas regras e usos, de forma a obter certo tipo de controle sobre os consumidores. Ela seria, desse modo, uma maneira de fazer prevista por quem fabricou os produtos. Os consumidores, nessa perspectiva, assumiriam um papel de passividade, obedecendo as incumbências que as estratégias os colocam (Certeau, 2014).

As estratégias agem, portanto, a partir de uma “constituição de um lugar próprio (um lugar científico ou uma página branca para escrever), independente dos locutores e das

circunstâncias, onde construir um sistema a partir de regras que garantam a sua produção, sua repetição e verificação” (Certeau, 2014, p. 81). Ainda sobre a constituição de um lugar, podemos evidenciar a distinção que Certeau (2014) faz em relação a *espaço* e *lugar*:

Inicialmente, entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um lugar é a ordem (seja qual for) a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio” [...] Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. [...] Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Em suma, o espaço é um lugar praticado (*idem*, p. 184).

Para Certeau (2014), um *lugar* seria onde os elementos estão organizados entre si de acordo com relações de coexistência, de maneira que se torna uma configuração estável de posições. Nesse contexto, dois elementos não poderiam ocupar o mesmo lugar de forma simultânea. Num lugar, impera a lei do “próprio”. Por outro lado, o *espaço* é dinâmico, moldado por ações que o orientam, circunstanciam, temporalizam, transformando-o numa unidade flexível passível de uso para acomodar programas conflituosos entre si ou para facilitar relações contratuais entre diferentes partes. O *espaço*, portanto, é um lugar praticado.

A delimitação desse lugar traz ao menos três características. A primeira é a de que o estabelecimento de um *próprio* é uma vitória do lugar sobre o tempo, pois “permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo” (Certeau, 2014, p. 94). Esse lugar criado permite reunir os benefícios, preparar a expansão do domínio, criando independência no que diz respeito a variabilidade das circunstâncias.

Já o segundo atributo é o domínio dos lugares pela vista, já que “a divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e ‘incluir’ na sua visão” (Certeau, 2014, p. 94). Aqui, novamente Certeau (2014) recorre às conceituações de Foucault acerca do poder. Com seu lugar próprio, o poder gera a possibilidade de uma prática de observação e a medição das forças externas, que são então transformadas em objetos controlados que permanecem em seu campo de visão. O sujeito adquire, então, a capacidade de monitorar e influenciar aquilo que ocorre ao seu redor.

A terceira e última particularidade é o poder do saber, definido “por essa capacidade de transformar as incertezas da história em espaços legíveis. Mas é mais exato reconhecer nessas ‘estratégias’ um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio” (*idem, ibidem*). A estratégia, entretanto, representa um tipo específico de conhecimento:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (Foucault, 2023, p. 131-132).

Segundo Foucault (2023), podemos entender que o poder produz e valoriza certo tipo de saber que possibilite sua permanência. Não considera saberes – e discursos – produzidos por sujeitos desqualificados, não autorizados. Há uma hierarquização que procura impedir a circulação de saberes e discursos considerados desimportantes ou perigosos. Ou seja, “um poder é a preliminar deste saber, e não apenas o seu efeito ou seu atributo. Permite e comanda as suas características” (Certeau, 2014, p. 94). Esse conhecimento específico não é somente uma consequência do poder, mas também uma necessidade prévia para o alcançar.

Delimitando seu “próprio”, explica Certeau (2014), as estratégias acabam por desenvolver lugares teóricos, que assumem a forma de sistemas de pensamento ou de discursos, articulando ou conectando lugares físicos plurais, onde as forças se distribuem ou atuam sobre eles. Ou seja, existem três tipos de lugares: o lugar de poder, o lugar físico real e o lugar teórico. As estratégias são, portanto, um esforço para amalgamar esses lugares, controlando-os com o fim de alcançar influência. Dessa maneira, elas privilegiam as relações espaciais.

Mas, para Certeau, existe um outro tipo de práticas, aquelas “sem-número, que ficaram como “menores”, sempre no entanto presentes, embora não organizadoras de um discurso” (Certeau, 2014, p. 108). É nesse campo que o autor acredita que deveriam ser procuradas as *práticas* “consumidoras”, ou seja, aquelas produzidas pelos “não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada, e que é a única possível a todos aqueles que no entanto pagam, comprando-os, os produtos-espetáculos onde se soletra uma economia produtivista” (*idem*, p. 43).

Certeau procura encontrar, portanto,

uma produção, uma poética — mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas da “produção” (televisiva, urbanística, comercial

etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos “consumidores” um lugar onde possam marcar o que *fazem* com os produtos. A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas, ao mesmo, tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (Certeau, 2014, p. 38-39).

O consumo, para Certeau, delinea um certo tipo de prática que diverge daquela planejada pelas estratégias, delineando-se não por produtos próprios ou a criação de um espaço para si, e sim nas *maneiras de utilizar* os produtos. São, portanto, uma *arte* ou *maneira de fazer*, que consistem em “consumos combinatórios e utilitários. Essas práticas colocam em prática uma *ratio* “popular”, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (Certeau, 2014, p. 41).

Essa *arte de fazer* se insinua como a habilidade de fazer combinações de maneira única. Isso significa que as pessoas comuns não apenas usam produtos passivamente, como o que preconizavam os produtores, relegando aos consumidores apenas utilizar os produtos com as funções imputadas por eles, mas também os combinam de maneiras particulares, de forma a atender suas próprias necessidades. Isso destaca a criatividade das pessoas comuns, bem como sua inventividade cotidiana.

O autor classifica tais práticas como ações do tipo *tática*, que pode ser entendida como uma

ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco (Certeau, 2014, p. 94-95).

Diferentemente das estratégias, as táticas não determinam um próprio, ou seja, não são autônomas. Seu lugar é o do outro, e elas jogam com o lugar das estratégias, adaptando-se às circunstâncias. Sua ação se dá no tempo, quando se aproveitam das ocasiões das quais sua existência depende, e sua criação não é senão momentânea, pois sem um “próprio” não consegue conservar-se. Movem-se com a situação, adaptando-se às mudanças, prosperando a partir das brechas que surgem nas estruturas de poder. A tática é a *maneira de fazer* da pessoa comum; sua astúcia e resistência, e sua subversão ocorre de maneira sorrateira, silenciosa. Ela

é “determinada pela *ausência de poder* assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (Certeau, 2014, p. 96).

Assim, “as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (*idem*, p. 96-97). As primeiras triunfam sobre o tempo, ao passo que as segundas se utilizam dele para insurgir ao controle dos sujeitos de poder. Nessa ótica, existe uma resposta à dominação; uma resposta ativa que implica na não passividade do dominado, uma resistência interna às ações.

Estratégia e tática opõem-se continuamente no cotidiano, cujo embate pode ser explicado por uma comparação com a relação de caça e caçador. Isso porque o cotidiano “se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (Certeau, 2014, p. 38). O papel de caçador é, num primeiro momento, relacionado aos sistemas de dominação, que perseguem e controlam a caça, cujo papel é das pessoas ordinárias. Entretanto, ao subverterem os produtos que são colocados para os dominar, as pessoas comuns invertem seu papel, não se submetendo ao poder dominante.

Ou seja, uma sociedade

seria composta de certas práticas exorbitadas, organizadoras de suas instituições normativas, e de outras práticas, sem-número, que ficaram como “menores”, sempre no entanto presentes, embora não organizadoras de um discurso e conservando as primícias ou os restos de hipóteses (institucionais, científicas), diferentes para esta sociedade ou para outras. É nesta múltipla e silenciosa “reserva” de procedimentos que as práticas “consumidoras” deveriam ser procuradas, com a dupla característica, detectada por Foucault, de poder, segundo modos ora minúsculos, ora majoritários, organizar ao mesmo tempo espaços e linguagens (Certeau, 2014, p. 108-109).

Certeau (2014) acredita que no cotidiano se constitui, por meio de estratégias e táticas, uma dada sociedade – as estratégias estabelecem-se nos lugares, físicos e/ou intangíveis, organizando normas e sistemas de controle, onde o gasto do tempo se demonstra menos eficaz; e as táticas compõem, aproveitando as brechas que o tempo proporciona, uma multiplicidade de procedimentos que possibilitam sua *resistência* às imposições dos sistemas de poder.

As práticas cotidianas, de acordo com Certeau (2014) devem ser investigadas tendo a consciência de sua dupla “personalidade”, pois podem ser divididas entre aquelas que fundam posições de poder por meio de discursos, produtos; e aquelas que se introduzem num espaço fronteiriço, sem produzir algo por si só, porém alterando lentamente as configurações do poder. O poder está nas mãos de quem consegue produzir – conhecimento, saber, cultura –, mas os consumidores conseguem, por meio das táticas de consumo, resistir silenciosamente, pois,

se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa da rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados?”) dos processos mudam que organizam a ordenação sociopolítica (Certeau, 2014, p. 40).

Certeau (2014) procura entender, pensando na rede panóptica de vigilância teorizada por Michel Foucault, as razões pelas quais o poder não reduz toda a sociedade em uma massa disciplinada – quais práticas cotidianas trabalham enquanto resistência ao poder ao qual os consumidores são submetidos? Essa é uma das razões para sua investigação acerca de tais práticas.

Pensando ainda nos conceitos de Foucault, podemos compreender que “onde há poder, há resistência” (Machado, 2023, p. 18), pois, de acordo com Castro (2009), não haveria um caso não existisse também o outro. Por isso, quando falamos de resistência, não estamos falando de um *lugar* específico onde ela ocorre, pois seu surgimento se dá como “pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (Machado, *op. cit.*). Onde o poder estiver distribuído, a resistência também se disseminará.

E isso se deve à necessidade de que, conforme nos explica Foucault (2023), “a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de “baixo” e se distribua estrategicamente” (p. 360). É preciso resistir a partir de dentro das estruturas de poder; não é possível lutar externamente a ele, pois, de acordo com Machado (2023), “nada está isento de poder” (p. 18).

A resistência, portanto, não existe em resposta a essa ou àquela pessoa ou instituição, mas contra o desequilíbrio das forças que se verifica numa sociedade, conforme Luce Giard explica:

Os mecanismos de resistência são os mesmos, de uma época para outra, de uma ordem para outra, pois continua vigorando a mesma distribuição desigual de forças e os mesmos processos de desvio servem ao fraco como último recurso, como outras tantas escapatórias e astúcias, vindas de “imemoráveis inteligências”, enraizadas no passado da espécie, nas “distâncias remotas do vivente”, na história das plantas ou dos animais (Giard, 2014, p. 18).

Conforme Giard (2014), mesmo quando o poder muda, os mecanismos de resistências – as táticas – mudam também. Assim, para Certeau (2014), elas são, para as pessoas ordinárias, astúcias que permitem um escape ou desvio da dominação intentada pelo poder; formam uma

arte que pode ser vista como um artifício de adaptação no interior de relações desiguais de força dentro das estruturas da sociedade. Portanto, são

procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora (Certeau, 2014, p. 162).

As táticas escapam à vigilância panóptica; insinuam-se no cotidiano de forma não autorizada, silenciosa, sorrateira. Atuam de forma constante, são procedimentos consolidados, que se introduzem nas brechas e margens dos sistemas de poder e de vigilância, se estruturando enquanto uma resistência furtiva, sutil, por parte dos consumidores (Certeau, 2014). Por essa razão, podemos afirmar que, quando e onde existe uma relação desigual de forças, como nas estratégias, encontraremos uma prática astuciosa de oposição: uma tática.

Assim, seja por crenças ou ideologias que eram consideradas inquestionáveis e obrigatórias em um determinado período ou cerimônias, rituais ou práticas culturais que eram exigidas ou esperadas como parte da vida social, ou por produtos de consumo, essa resistência aparece. Logo, não importa que, hoje, haja uma forma de dominação por meio de produtos e consumo no capitalismo: a resistência surgirá mesmo que a atual configuração de poder mude.

Existe uma infinidade de atividades que possuem características de táticas, como “Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar” (Certeau, 2014, p. 98). São todas formas de “dançar conforme a música”, ou seja, adaptar-se e resistir de dentro para fora: uma tática sobreescreve sobre a melodia dos sistemas de poder seu próprio ritmo, sua própria composição, sem pedir autorização; contra a tentativa de lhe dominar, o “fraco”, como chamada Certeau (2014) o “homem ordinário”, produz desvios e manobras, numa habilidade astuciosa de não se submeter. Em uma infinidade de práticas cotidianas, as pessoas comuns têm “gestos hábeis [...] a ordem estabelecida pelo ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos.” (Certeau, 2014, p. 98).

2.3 Tática e linguagem

Utilizando de certos conceitos da linguística, podemos compreender como funcionam táticas e estratégias de forma mais concreta. Saussure (2012) afirma que “A língua [...] é um

todo por si e um princípio de classificação” (p. 41). Ela é “um sistema de signos formados pela união do significado e do significante” (Alkmin, 2021, posição 271) e também “é um fato social, no sentido de que é um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social” (*idem*, posição 36). Diferencia-se, portanto, da linguagem, que “não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe inferir sua unidade” (Saussure, *op. cit.*).

Barthes (2013) afirma que o poder se inscreve na língua – mas que, muitas vezes, não o vemos nela, pois “esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva” (Barthes, 2013, p. 13). Ainda, para Dias, “a língua sempre foi um lugar de poder. Um trunfo, uma arma para o controle, a regulação das populações” (2018, p. 171). E isso se dá por uma busca por uma “homogeneidade (lógica)” (*idem, ibidem*). Esse esforço por um

consenso linguístico e a imposição de um saber único e correto da e sobre a língua (e sobre o pensamento) é uma forma de intolerância linguística na medida em que torna inadmissível as contorções languageiras que são parte constitutiva da língua tomada em sua materialidade e não apenas em sua abstração ou empiricidade (Dias, 2018, p. 171).

Ao instituir uma norma padrão, os sistemas de poder acabam por estabelecer uma intolerância linguística, isto é, um preconceito com outras variedades linguísticas, ao encorajar o uso, principalmente por meio da escrita, de uma estruturação considerada adequada e legítima (Dias, 2018). Afirma, portanto, uma superioridade de um uso específico.

Para compreender melhor essa tentativa de controle por parte dos sistemas de poder, podemos falar sobre o estabelecimento de uma norma padrão. Para Certeau (2014), as estratégias, constituindo um lugar próprio, instituem normas de forma a tentar controlar o uso da língua. Assim, surge um uso padrão da língua, uma normativa que se estabelece como a correta. Alkmin (2021) afirma que

a variedade padrão é a variedade linguística socialmente mais valorizada, de reconhecido prestígio dentro de uma comunidade, cujo uso é, normalmente, requerido em situações de interação determinadas, definidas pela comunidade como próprias, em função da formalidade da situação, do assunto tratado, da relação entre os interlocutores etc. A questão da língua padrão tem uma enorme importância em sociedades como a nossa (Alkmin, 2021, posição 55).

Segundo Alkmin (2021), podemos falar em variedades linguísticas – uma delas sendo a variedade padrão, valorizada e pensada como a forma certa, correta de se utilizar a língua: ela é “o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo

estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo ‘correto’ de falar” (Alkmin, 2021, posição 55). Há uma supervalorização de uma variedade em detrimento de inúmeras outras possíveis dentro de uma comunidade linguística.

O estabelecimento de uma variação padrão pode ser entendido como uma “violência simbólica, pois decorre da imposição, por um poder arbitrário, de uma cultura também arbitrariamente selecionada, e que, de forma alguma, pode ser deduzida de princípios universais. Na realidade, essa seleção é arbitrária, porque se baseia nas relações de força entre os grupos sociais” (Bourdieu e Passeron, 1975 *apud* Camacho, 2021, posição 111). Os sistemas de poder estabelecem uma norma pois, conforme explica Certeau (2014), conseguem estabelecer um próprio a partir do controle dos discursos e do saber (Foucault, 2014, 2023).

Quando falamos, então, do uso de uma norma padrão em documentos legais ou discursos oficiais, temos um exemplo de uma estratégia no campo da linguagem. As instituições, por exemplo, acabam empregando um uso específico da língua, que dizem ser a formal, a “correta”, tentando, dessa maneira, controlar seu uso. Conseguimos, inclusive, identificar que existe uma tentativa de fusão entre língua e norma padrão, o que não é pensável para Camacho (2021), que acredita que “a norma padrão não constitui um modelo universal” (posição 110).

Certeau defende que, para os sistemas de poder,

É necessário que se apaguem as práticas linguísticas cotidianas (e o espaço de suas táticas), para que as práticas científicas sejam exercidas no seu campo próprio. [...] Só pode ser tratado o que se pode transportar. O que não se pode desarraigar tem que ficar fora do campo. Daí o privilégio que esses estudos concedem aos discursos, coisa deste mundo que é aquela que se pode mais facilmente captar, registrar, transportar e abordar em lugar seguro, enquanto o ato de palavra não pode separar-se da circunstância (Certeau, 2014, p. 76-77).

Para uma prática científica, constituição do saber (Foucault, 2023), por exemplo, os sistemas de poder procuram suprimir o uso da linguagem cotidiana (e as táticas que decorrem dela) para criar um lugar onde, supostamente, a pesquisa científica poderia se desenvolver, já que para tal é necessária a “delimitação e simplificação de seus objetos” (Certeau, 2014, p. 77). A constituição desse lugar, prévia a qualquer análise, exige que se possa “*transferir* para ali os objetos que se deve estudar” (*idem, ibidem*, grifo do autor). E, na impossibilidade das táticas criadas pelo uso cotidiano se fixarem na criação de um espaço próprio, existe uma exclusão dessas práticas linguísticas. Por essa razão, privilegiam-se essas formas de discursos, pois são captáveis, registráveis e passíveis de transporte, ao passo que a fala, o ato da palavra, não consegue se separar de sua circunstância de criação.

A divisão entre o discurso autorizado e especializado e as falas das pessoas ordinárias se faz presente em todos os aspectos da vida, desde a comunicação até a produção de bens e serviços. Por isso, existem “discursividades reguladoras da especialização” (Certeau, 2014), que têm como características o fato de serem altamente técnicas e regulamentadas em campos específicos de conhecimento ou atividade. Seguindo regras e normas estritas, seu uso ocorre de maneira cristalizada nas situações que exigem sua especificidade. O objetivo é excluir – aqueles que não possuem o conhecimento específico ficam restringidos ao acesso delas.

Deleuze, em conversa com Foucault (2023), afirma que “vários tipos de categorias profissionais vão ser convidadas a exercer funções policiais cada vez mais precisas: professores, psiquiatras, educadores de todos os tipos etc.” (Foucault, 2023, p. 137). Os especialistas obtêm um lugar privilegiado na produção de discursos, que são tomados como verdadeiros, excluindo discursos dissonantes produzidos por sujeitos não autorizados, ou seja, não especializados (Foucault, 2023).

A linguagem ordinária, conforme afirma Certeau (2014), não se comporta da maneira que uma formalidade exige – tanto na fala quanto na escrita, existem inventividades que não condizem com as imposições da linguagem formal, permitindo a criação de um senso de identidade e possibilitando uma comunicação mais eficaz entre as pessoas. Apesar de no discurso científico haver uma tentativa de excluí-la completamente, no fundo de sua construção existem reflexos da linguagem ordinária, pois “estamos submetidos, embora não identificados, à linguagem ordinária. Como na nave dos insensatos, estamos embarcados, sem possibilidade de fuga ou de totalização” (Certeau, 2014, p. 67).

Mas há como trabalhar, no interior das pesquisas científicas, com o que Certeau (2014) denomina como sucata, que são recursos, práticas ou elementos que não são inicialmente valorizados ou reconhecidos em um amplo contexto social:

Com relação ao sistema econômico, cujas regras e hierarquia se repetem como sempre nas instituições científicas, pode-se tentar usar a sucata final no terreno da pesquisa científica (que define a ordem atual do saber), com suas máquinas e graças a seus resíduos pode se desviar o tempo devido à instituição; [...] Sem lucro (o lucro fica do lado do trabalho executado para a indústria), muitas vezes levando prejuízo, tiram alguma coisa à ordem do saber para ali gravar “sucessos” artísticos e ali inserir os *graffiti* de suas dívidas de honra. Tratar assim as táticas cotidianas seria praticar uma arte “ordinária” vir achar se na situação comum e fazer da escritura uma maneira de fazer “sucata” (Certeau, 2014, p. 85).

Como afirmado anteriormente, a resistência emerge de dentro do poder. Dessa forma, na esfera das instituições científicas, a pesquisa científica e sua relação com os sistemas econômicos, pode-se utilizar de sucata, ou seja, elementos considerados de menor importância

ou sem valor econômico direto, para produzir (Certeau, 2014). Essa abordagem consiste no desvio do tempo e dos recursos, de forma a escapar das regras e hierarquias rígidas exigidas no campo científico, ou seja, configura-se como tática atuando dentro do terreno das estratégias. Como afirma Bourdieu (2011), em diálogo com Chartier, “o intelectual é também alguém que pode agir a distância ao transformar as visões de mundo e as práticas cotidianas” (Chartier; Bourdieu, 2011, p. 243).

Essa prática, afirma Certeau (2014), não visa ao lucro imediato – pelo contrário, essa abordagem pode inclusive trazer prejuízos financeiros –, mas permite extrair algo valioso no campo do conhecimento, algo relevante para a sociedade no geral, mas que não é do interesse de corporações, instituições e sujeitos que visam somente o lucro. Assim, esse processo permite que o pesquisador grave suas artes na ordem do saber, usando a pesquisa como uma forma de expressão criativa e de desvio das normas convencionais. Dessa maneira, pratica-se uma forma de arte "ordinária", onde a escritura e a pesquisa se tornam meios de criar algo valioso e significativo, mesmo dentro das limitações do sistema econômico e dominante.

Essa maneira de “trabalhar com sucata” se infiltra no terreno das estratégias. Mas é apenas uma das várias práticas que “introduzem jeitos de *artistas* e competições de *cúmplices* no sistema da reprodução e da divisão em compartimentos pelo trabalho ou pelo lazer.” (Certeau, 2014, p. 86). É possível encontrar “mil maneiras de ‘fazer com’” (*idem, ibidem*), nas mais diversas circunstâncias, pois onde há uma tentativa de dominação existe resistência.

Michel de Certeau (2014) apresenta, dessa forma, num estudo sobre o cotidiano e as práticas embutidas nele, o conceito já citado de estratégia (a *maneira de fazer* instituída pelo poder) e de tática (a *arte de fazer* das pessoas ordinárias). Sujeitos e instituições em posições de poder utilizam-se do consumo para controlar os chamados "não produtores", aproveitando-se de produtos e posições sociais. Um exemplo desse processo é como se servem da linguagem – o estabelecimento de uma norma padrão ou culta de uma língua é um processo estratégico, enquanto a utilização da língua no cotidiano é uma tática, visto que esse uso depende da criatividade e resistência da população em geral em relação às “regras” instauradas.

2.4 A escrita enquanto tática

Ainda dentro do campo da língua – que configura, para Certeau (2014), uma estratégia – podemos falar de uma das formas de registrá-la: a escrita. Para o autor, a escritura pode ser entendida como “a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”

(Certeau, 2014, p. 204). Escrever é, portanto, o ato físico de colocar palavras e símbolos em uma página que, ao serem lidos, têm o poder de afetar ou influenciar algo fora do texto.

Com a importância da escrita crescendo através dos séculos, “a linguagem se objetiva, tornando-se um campo que se deve lavrar e não mais decifrar, uma natureza desordenada que se há de cultivar. A ideologia dominante se muda em técnica, tendo por programa especial *fazer* uma linguagem e não mais *lê-la*” (Certeau, 2014, p. 209). Ou seja, numa sociedade onde se exige a capacidade de ler constantemente a palavra escrita, dominar a escrita é uma garantia de poder. Explica Certeau:

O domínio da linguagem garante e isola um novo poder [...] o poder de fazer a história fabricando linguagens. Este poder, essencialmente escriturístico [...] define o código da promoção socioeconômica e domina, controla ou seleciona segundo suas normas todos aqueles que não possuem esse domínio da linguagem. A escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia, ontem o burguês, hoje o tecnocrata. Ela funciona como a lei de uma educação organizada pela classe dominante que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) o seu instrumento de produção (*idem*, p. 209).

O poder escriturístico, afirma Certeau (2014), concede o domínio de diversos aspectos da vida de um indivíduo. Controla a possibilidade de avançar na hierarquia social e econômica, a forma como se contam as histórias – e a história –, a maneira como se instrui e educa, o jeito de produzir. Pode operar como a regulação de um sistema educacional moldado pela classe dominante (em sua forma difusa explicada anteriormente), utilizando linguagens como ferramentas de criação de lugares de poder.

A escrita enquanto instrumento parte de um sistema de poder possui a função de moldar ou influenciar os corpos pelo redigir de uma regra ou lei. Mesmo que o corpo de conhecimento textual (científico, ideológico e mitológico) evolua, tornando os corpos humanos cada vez mais independentes das leis do universo, a necessidade de conectar o conhecimento textual com esses corpos persiste (Certeau, 2014). Essa tarefa acaba “exorbitada pela multiplicação das intervenções possíveis, mas sempre definida pela escritura de um texto sobre os corpos pela encarnação de um saber” (*idem*, p. 213-214). Há, portanto, um controle dos corpos a partir de um controle do saber, conforme defendido por Foucault (2023).

Mas a utilização desse instrumento também permite o desenvolvimento de táticas. Isso porque

não é possível, portanto, crer que esses discursos "exprimam" aqueles que os leem, veem ou ouvem [...] O público não está mais lá; não está mais nessas imagens, presas em suas armadilhas; está em outro lugar, retraído, em uma posição de receptor entretido, interessado ou entediado (Certeau, 2013, p. 238).

Nas atividades discursivas desenvolvidas pela classe dominante por intermédio desse tipo de controle escriturístico, as pessoas ordinárias não se reconhecem. O homem ordinário, ao ler, ouvir e assistir esses discursos não se reconhece, não se encontra nesses discursos, pois foi excluído deles (Certeau, 2013), relegado à sua incapacidade de criar um próprio e manter uma representação de si mesmo (Certeau, 2014).

Nas margens da escrita, reside um tipo de resistência que permite a subversão ou reinterpretção dos sistemas de poder. E essa resistência se desenvolve nos entremeios da narração, desafiando e questionando os sistemas e as relações de poder. A criação de narrativas acompanha os seres humanos há muito tempo, por meio da (e)fabulação (Candido, 2004; Leonardelli, 2011; Féral, 1998) e do compartilhamento das histórias, seja na recepção coletiva da literatura oral (Zumthor, 2018) ou das conversas suscitadas por meio da literatura escrita.

A continuidade dessa característica na vida em sociedade permite o crescimento de um tipo de resposta silenciosa mesmo no limiar da palavra escrita: “Essas maneiras de fazer encontram aí um novo espaço de representação, o da ficção, povoado por virtuosidades cotidianas das quais a ciência não sabe o que fazer, e que se tornam bem reconhecíveis para os leitores, as assinaturas das micro-histórias de todo mundo” (Certeau, 2014, p. 133). Existe, na ficção, um lugar onde as pessoas ordinárias podem se reconhecer. Continua:

Noutras palavras, há “histórias” que fornecem às práticas cotidianas o escrínio de uma *narratividade*. Certamente, só descrevem alguns de seus fragmentos. São apenas metáforas delas. Mas, a despeito das rupturas entre configurações sucessivas do saber, representam uma nova variante na série contínua de documentos narrativos que, a partir dos contos populares, panóplias de esquemas de ação, até as *Descrições das Artes* da era clássica, expõem as maneiras de fazer sob a forma de *relatos*. Essa série compreende então igualmente o romance contemporâneo [...] Tal continuidade sugere uma pertinência *teórica* da narratividade no que concerne às práticas cotidianas (Certeau, 2014, p. 133).

A ficção, para Certeau (2014) contém em si, portanto, as práticas cotidianas, mesmo que exprima apenas fragmentos delas. Podemos compreender que, nessas histórias, encontramos representações dessas práticas realizadas pelas pessoas ordinárias, pois, conforme afirma Dalcastagnè (2016), o registro artístico é “sempre uma promessa de duração, um espaço de resistência” (p. 150). Essa narrativização não só descreve as práticas cotidianas e, por conseguinte, suas táticas, ela própria pode ser considerada uma maneira de fazer (Certeau, 2014).

O relato desempenha um papel importante numa organização cultural, indo além de "descrever" ações. Ele é, na verdade, um ato criativo com “poder distributivo e força

performativa” (Certeau, 2014, p. 191) sob circunstâncias específicas. Ele não representa passivamente a realidade, mas contribui para a criação de significado e, conseqüentemente, a fundação de espaços, influenciando como percebemos e compreendemos o mundo ao nosso redor.

Dalcastagnè (2016) afirma que é por meio “das narrativas, portanto, que tornamos inteligível para nós mesmos a inconstância das coisas humanas, é através das narrativas que nos situamos no mundo, situando o lugar do outro” (p. 150). As narrativas podem, então, agir como uma autorização e fundação para práticas sociais, legitimando as artes de fazer. A autorização ocorre de maneira disseminada, miniaturizada e polivalente (Certeau, 2014), em contraste com as autorizações únicas e especializadas das estratégias. Mesmo que os relatos vivam na fronteira entre estratégia e tática, eles têm mais em comum com a natureza adaptativa e diversificada da última, pois algo “na narração escapa à ordem daquilo que é suficiente ou necessário saber e, por seus traços, está subordinado ao *estilo* das táticas” (Certeau, 2014, p. 142), permitindo uma multiplicidade de autorizações, refletindo uma diversidade das práticas sociais e atuando de maneira contextual e situacional.

Barthes (2013) afirma que nenhum escritor “pôde ou pode evitar ser recuperado por ele [o poder da língua], quer sob a forma póstuma de uma inscrição na cultura oficial, quer sob a forma presente de uma moda que impõe sua imagem e lhe prescreve a conformidade com aquilo que dele se espera” (p. 27).

Restam apenas duas saídas, afirma Barthes (2013), para esses escritores: *teimar* – ou seja, “afirmar o Irredutível da literatura: o que nela resiste e sobrevive aos discursos tipificados que a cercam: as filosofias, as ciências, as psicologias; agir como se ela fosse incomparável e mortal” (*idem, ibidem*), o que leva a *deslocar-se* – “transportar-se para onde não se é esperado, ou ainda e mais radicalmente, *abjurar* o que se escreveu (mas não forçosamente, o que se pensou), quando o poder gregário o utiliza e serviliza” (*idem*, p. 28, grifo do autor). É dessa forma que Barthes (2013) acredita que, pela literatura, trapaceamos a língua.

Michel de Certeau (2014), a respeito dessa face tática da escrita, acredita que ela pode ainda ser aliada à concepção de literatura em sua relação com a resistência teorizada por Alfredo Bosi (2002), em seu livro *Literatura e resistência*. Ali o autor explora a conexão entre literatura e política, inquirindo o modo como a literatura pode vir a ser uma forma de resistência às injustiças sociais, ao tratar de questões políticas e culturais. Para Bosi, a literatura pode ser usada para expressar descontentamento, dar voz aos marginalizados, questionando o *status quo*.

Para o autor brasileiro (2002), a resistência é “um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força,

exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia” (Bosi, 2002, p. 118). A ideia de resistência, para ele, tem raízes nas questões relacionadas à moral. Envolve a ideia de enfrentar uma força exterior, resistindo a pressões ou influências que se lançam sobre um sujeito. Logo, a resistência seria a capacidade que tem uma pessoa de manter-se firme em seus princípios, mesmo quando influências externas buscam levá-la a agir de uma maneira ou outra. Bosi (2002) a entende, então, como uma expressão da vontade de um indivíduo em agir conforme seus próprios desejos.

Sendo a resistência um conceito ligado ao campo da ética, seria incorreto empregá-la, sem balizamentos, no âmbito das expressões artísticas, oriundas do campo estético, conforme salienta Bosi (2002). Entretanto, “no fazer-se concreto e multiplamente determinado da existência pessoal, fios subterrâneos poderosos amarram as pulsões e os signos, os desejos e as imagens, os projetos políticos e as teorias, as ações e os conceitos” (*idem*, p. 119). A arte, a ética e a política teriam, assim, para o autor, suas próprias esferas de atuação bem distinguidas. Entretanto, na realidade cotidiana, os campos ético e estético muitas vezes se mesclam. A vida é complexa e multifacetada, e isso faz com que as expressões artísticas, os desejos, os projetos políticos e os conceitos éticos se interconectem de maneiras profundas e poderosas.

É possível falar, por conseguinte, de poéticas e narrativas de resistência. Para Bosi (2002, a ideia de resistência, “conjugada à de narrativa, tem sido realizada de duas maneiras que não se excluem necessariamente: a) a resistência se dá como tema; b) a resistência se dá como processo inerente à escrita” (Bosi, 2002, p. 120). Explorarei ambas as formas no decorrer deste subcapítulo.

Escritores, como parte do tecido vivo de uma cultura, podem explorar e representar valores (princípios morais que orientam o comportamento humano) e antivalores da sociedade em sua obra (Bosi, 2002). No contexto da ação, os valores estão ligados à verdade das representações e à coerência do comportamento ético. Já na escrita, um escritor

dispõe de um espaço amplo de liberdade inventiva. A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador cria, *segundo o seu desejo*, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores ou antivalores do seu meio (Bosi, 2002, p. 121).

Por meio da escrita é possível criar representações do bem, do mal ou ambivalentes da maneira como o escritor desejar, utilizando-se de técnicas narrativas que podem evidenciar a resistência dos personagens às imposições de valor de seu ambiente ficcional. A escrita literária,

dessa maneira, oferece uma plataforma para a reflexão acerca de questões morais, revelando a complexidade das relações humanas e a dinâmica entre valores e antivalores. Para Bosi, “a margem de escolha do artista é maior do que a do homem-em-situação” (Bosi, 2002, p. 122), pois esse último está amarrado ao cotidiano. Mas a arte “pode escolher tudo quanto a ideologia dominante esquece, evita ou repele” (*idem, ibidem*). Logo, a arte pode ser um caminho para questionar e expandir os horizontes da compreensão humana e da cultura.

Bosi (2002) acredita que, na análise de obras, não devemos crer que um escritor é obrigado a se engajar na produção de sua obra, objetivando a propaganda de movimentos sociais ou campanhas políticas. Fazendo isso, assume-se o risco de julgá-la mais pela conformidade de suas opiniões políticas de acordo com uma ideologia específica do que pelas suas características literárias. Ele afirma que, da mesma maneira, não se deve fazer uma interpretação ideológica excessivamente rígida, pois a consequência pode vir a ser uma perda da riqueza e da complexidade literária, limitando a capacidade de apreciar obras em sua completude e na diversidade de suas representações.

A resistência enquanto tema da narrativa, afirma Bosi (2002), se trata de uma exploração das dinâmicas de oposição, luta e enfrentamento de valores morais, políticos e sociais. Assim, no interior da narrativa, pode-se encontrar uma abordagem a respeito do confronto entre o indivíduo e a sociedade, entre ideologias dissidentes, ou a resistência interna de um personagem a desafios morais. Ela permite que a complexidade das relações humanas, as questões de poder, a busca por justiça, liberdade e dignidade sejam exploradas, levando a uma análise de questões sociais. “Em termos de produção narrativa, o importante é ressaltar a coexistência de absurdo e construção de sentido, de desespero individual e esperança coletiva; em suma, de escolha social arrancada do mais fundo sentimento da impotência individual” (Bosi, 2002, p. 128). No ato da escrita, uma escolha social emerge quando confrontada com a sensação de impotência individual dos escritores, que exploram dinâmicas coexistentes.

Relacionado também a isso, Dalcastagnè (2016) afirma que a narrativa “pode ser também uma forma de resgatar outras trajetórias do esquecimento, fazer com que experiências compartilhadas continuem existindo, ainda que apenas através de sua representação” (p. 146), uma maneira de lutar e promover a continuidade de histórias, experiências, indivíduos invalidados pelos sistemas de poder.

Citando Camus e Sartre, Bosi (2002) afirma que os dois se preocupavam em “fundar uma palavra radicalmente antiburguesa, não conformista, revolucionária, voltada para a construção do novo homem em uma perspectiva imanente” (p. 129). Para ele, nas obras dos dois autores a resistência representa uma atitude de não conformidade; uma busca por

transformar a sociedade de dentro para fora, construindo uma nova vivência, bem como novas maneiras de interagir entre seres humanos. Ela se tornou uma preocupação importante no interior da literatura existencialista (na qual ambos os autores se inserem) porque representa uma luta ética, com viés revolucionário, capaz de transcender inclusive o contexto histórico e político.

A resistência, nesse tipo de narrativa, pode ser compreendida mais como a expressão de uma cultura de resistência política característica de um período histórico específico (como a Segunda Guerra Mundial). Mas é possível “aprofundar o campo de visão” (Bosi, 2002, p. 129), detectando em certas obras, cuja produção independe de qualquer momento histórico gerador de uma cultura de resistência, “uma tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema” (*idem, ibidem*).

A resistência é, para Bosi (2002), uma qualidade intrínseca à própria escrita. Para ele, a escrita, “aquela operação que escolherá afinal temas, situações, personagens” (Bosi, 2002, p. 129), já advém do que o escritor entende como certo e errado ou verdadeiro e falso, e isso “já está em contraposição às normas culturais e mentais predominantes” (*idem, ibidem*). Para o crítico, um escritor de ficção, no ato da escritura, já está, em princípio, em dissonância com os valores e as normas impostos pelo poder. Assim, o ato de escrever já partiria de uma resistência preliminar do autor em relação aos valores que os sistemas de poder consideram os corretos, conforme defendeu Barthes (2013). Nas palavras de Bosi:

Recorro a um conceito que subjaz na própria ideia de resistência, conceito de tensão. [...] Chega um momento em que a tensão eu/mundo se exprime mediante uma perspectiva crítica, imanente à escrita, o que torna o romance não mais uma variante literária da rotina social, mas o seu avesso; logo, o oposto do discurso ideológico do homem médio. O romancista "imitaria" a vida, sim, mas qual vida? Aquela cujo sentido dramático escapa a homens e mulheres entorpecidos ou automatizados por seus hábitos cotidianos. A vida como objeto de busca e construção, e não a vida como encadeamento de tempos vazios e inertes (Bosi, 2002, p. 130).

Para esse autor (2002), a escrita resistente e o romance compartilham a tensão como um elemento fundador. Essa tensão surge da interação entre o indivíduo e o mundo, manifestando-se na escrita de modo crítico. Isso acaba por transformar o romance em uma espécie de crítica social, pois ele não é um reflexo da rotina social, e sim um contraponto ao discurso ideológico da classe dominante. “A escrita de resistência, a narrativa atravessada pela tensão crítica, mostra, sem retórica nem alarde ideológico, que essa "vida como ela é" é, quase sempre, o ramerrão de um mecanismo alienante” (Bosi, 2002, p. 130).

Assim, o escritor literário não realiza uma ação de imitação da realidade – ele mostra, na verdade, como age o poder dentro das sociedades. Retrata, em vez disso, uma vida que escapa à parcela da população que se entorpece no decorrer do cotidiano. Ele constrói essa representação de maneira a revelá-la como uma busca por invenções e evoluções.

O texto narrativo é, para Bosi, uma “formação simbólica grávida de sentimentos e valores de resistência” (Bosi, 2002, p. 132). Traz intrínseca em sua construção as percepções, experiências, vivências e sua recusa à dominação, seja ela política, ideológica ou mesmo a inconformidade com regras vigentes que ditam a construção do texto literário. Um texto narrativo, de acordo com Bosi (2002), não é somente uma história, é também uma construção simbólica que permite transmitir sentimentos em relação aos aspectos culturais, políticos ou emocionais de um indivíduo e sua sociedade.

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (Bosi, 2002, p. 134).

Podemos inferir com Bosi que, o texto narrativo e a resistência possuem um complexo enlace, refletindo a conexão de um indivíduo com os contextos em que ele se insere; na escrita literária, no lugar de se conformar com aquilo que lhe é imposto, o escritor pode transferir para o espaço da página em branco um movimento de inconformidade com sua realidade. A resistência é uma capacidade do sujeito de, ao se distanciar, examinar criticamente sua própria posição, questionando regras e estruturas que o circundam.

A literatura assume uma narratividade que expõe uma percepção da realidade: “A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. E nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente” (Bosi, 2002, p. 135). Normalmente vinculada ao campo da fantasia e da imaginação, a criação literária pode, de acordo com Bosi (2002), no interior de sua realidade ficcional, permitir para o escritor um lugar para expor aquilo que ele vê na sociedade em que vive.

A resistência na escrita, para Bosi (2002), pode, portanto, se manifestar como tema ou como ação imanente no ato de escrever ficção. Para ele, essa resistência se dá pela exposição da realidade do autor. Certeau (2014), ao afirmar que a narratividade, presente na ficção, possui característica de tática, acaba entrando em concordância com Bosi (2002) acerca da presença da resistência na escrita de ficção. Ele, no entanto, defende que ela diz respeito às práticas cotidianas refletidas nessa escrita, que acaba assemelhando-se as táticas dos consumidores.

2.5 Conexões entre leitura e resistência

Buscando entender a maneira como Certeau (2014) enxerga o cotidiano e a resistência que existe no interior de uma sociedade que consome, chegamos então a uma compreensão do que são as *maneiras de fazer*, divididas entre as estratégias da classe dominante *versus* as táticas das pessoas ordinárias. O autor deu enfoque às táticas, ou *artes de fazer*, que ele entende como “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte” (Certeau, 2014, p. 44); essas táticas se desenvolvem dentro das práticas cotidianas, em nossa maneira de habitar, falar, cozinhar e, por fim, ler. A respeito dessa última prática, Certeau (2014) a compreende como uma ação que, apesar da imposição de um sentido no texto (Chartier, 1999), permite a resistência do leitor a partir da criação de seus próprios sentidos. A leitura, para Certeau (2014), é ato de apropriação onde leitores assumem um papel ativo, inscrevendo no lugar próprio criado pela formação textual, agindo como estratégia, sua interpretação, a partir de suas próprias experiências e perspectivas.

Calcado nas ideias de Certeau (2014) sobre práticas cotidianas e a divisão entre estratégias e táticas, Chartier (2011a) afirma que, aplicada ao ato da leitura, a teoria certeuniana pode “transformar profundamente a compreensão de uma prática, ao mesmo tempo exemplar e central: a leitura” (Chartier, 2011a, p. 154).

Chartier (1999, p. 9) afirma, sobre as obras literárias, que “os criadores, os poderes ou os *experts* sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar)”. Há, portanto, aplicadas às obras literárias, desde a escrita até a forma do livro (Chartier, 1998, 1999, 2011a, 2011b), a inscrição de um controle acerca da interpretação, o entrelaçamento do significado determinado pelo poder – como o do escritor e do editor – que podemos ligar ao conceito de estratégia (Certeau, *op. cit.*).

Mas, ainda para Chartier, “a recepção também inventa, desloca e distorce” (Chartier, 1999, p. 9), pois, apesar de ter sido considerada uma atividade “passiva e submissa, a leitura é, com efeito, a sua maneira, inventiva e criadora” (Chartier, 2011a, p. 154). O ato da leitura, portanto, afirma a posição de não-passividade dos consumidores em relação às imposições dos sistemas de poder. Silenciosamente, enquanto lemos, realizamos uma atividade do tipo tática; a resistência à imposição do escrito floresce no tempo em que estamos interagindo com um texto (Certeau, 2014).

O ato da leitura, para Certeau (2014), “apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja,

improvisação e expectação de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera” (p. 48). Enquanto lemos, entramos em um estado de suspensão propiciado pela leitura. Somos levados a um espaço distinto do físico; um espaço psíquico, que “só se dá no momento em que o experimentamos” (Suttana, 2011, p. 69); um espaço onde transformamos o que é lido em um sentido único. Corresponde, portanto, ao “ato de ‘peregrinar por um sistema imposto’” (Certeau, 2014, p. 240). Em outras palavras, ler permite uma viagem no núcleo do espaço instaurado pela estratégia, aproveitando-se dele.

Por conseguinte,

O texto literário se modifica tornando-se a espessura ambígua onde se movem sons irreduzíveis a um sentido. Um corpo plural onde circulam, efêmeros, rumores orais, eis o que vem a ser essa escritura desfeita, “cena para vozes”. Ela torna impossível a redução da pulsão ao signo [...] Então não se sabe mais o que é, senão vozes alteradas e alterantes (Certeau, 2014, p. 234).

O texto literário, durante a leitura, se transforma pelo olhar do leitor: vira uma coreografia não planejada de “sons” que não se reduzem a um sentido único (Certeau, 2014). A leitura, afirma Certeau (2014), encontra no texto um espaço onde as vozes – que entendo aqui como as diferentes e variadas perspectivas, interpretações ou expressões contidas na estruturação do texto – são múltiplas e se alteram e se alternam, formando uma significação que não se reduz a um sentido literal, entendido pelo autor como “o sinal e o efeito de um poder social” (Certeau, 2014, p. 243). Assim,

Se, portanto, “o livro é um efeito” (uma construção) do leitor”, deve-se considerar a operação desse último como uma espécie de *lectio*, produção própria do “leitor”. Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventar nos textos outra coisa que não aquilo que era a “intenção” deles (Certeau, 2014, p. 241).

Certeau (2014) defende que, no ato da leitura – que não produz um lugar próprio – o leitor não vai substituir o autor ou agir como um, e sim realizar uma produção característica dos leitores, que, enquanto tática, utiliza-se do lugar estabelecido pela estratégia – como, por exemplo, a página – e “como o caçador na floresta” (*idem*, p. 245), ao mirar o escrito, “descobre uma pista, ri, faz ‘golpes’, ou então, como jogador, deixa-se prender aí” (*idem, ibidem*).

Entre leitura e escrita existe uma divisão hierárquica na sociedade realizada pelo “funcionamento social e técnico da cultura contemporânea” (Certeau, 2014, p. 240). Isso porque escrever é um ato de produção, ao passo que ler seria receber o texto “de outrem sem marcar aí o seu lugar” (*idem, ibidem*). A leitura seria, pensando dessa forma, uma ação passiva; uma

relação de depósito-retirada. É justamente assim que as estratégias da classe dominante *deveriam* funcionar: como uma assimilação inerte.

Isso porque a “eficácia da produção implica a inércia do consumo” (*idem*, p. 238). A submissão dos não produtores garantiria o êxito do controle exercido pelos sistemas de poder. Mas essa passividade não passa, para Certeau (2014), de uma lenda, pois acredita que a divisão entre escrita e leitura é real, mas a passividade do leitor não. Consumidores não aceitam sem resistência as tentativas de dominação que lhe são impostas por meio dos produtos – criam *maneiras de utilizar*, uma *arte de fazer*, utilizando-se de “forças que lhe são estranhas” (*idem*, p. 45)

Na leitura de um texto “o leitor [...] se apropria dele, o interpreta, deturpa seu sentido, desliza sua fantasia, seu desejo, suas angústias entre as linhas e as mescla com as do autor” (Petit, 2013, p. 27). A leitura é um ato muito mais de apropriação *e/ou* transformação do que um ato de recepção passiva:

O texto só tem sentido graças a seus leitores; muda com eles; ordena-se conforme os códigos de percepção que lhe escapam. Torna-se o texto somente na relação à exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e astúcias entre duas espécies de “expectativas” combinadas: a que organiza um espaço *legível* (uma literalidade) e a que organiza uma *démarche* necessária para a *efetuação* da obra (uma leitura) (Certeau, 2014, p. 242).

O sentido de um texto é construído graças à interação com o leitor. O texto se organiza de acordo com códigos de compreensão que não podem ser controlados pelo autor. A relação autor-texto-leitor se constrói na interação entre duas expectativas: a primeira cria um espaço onde o texto é entendido de maneira literal, e a segunda organiza o esforço do leitor que propicia a *efetuação* da obra. Assim, um texto só se torna completo na dinamicidade da interação entre ele e o leitor.

O sentido literal, mencionado anteriormente, é aquele oferecido por “profissionais e clérigos *socialmente* autorizados” (Certeau, 2014, p. 243). É a interpretação, dessa forma, de *especialistas*. Em outras palavras, trata-se do entendimento das figuras de autoridade, legitimadas por um poder, como seria a da ciência, da academia, da política – e, por efeito, da elite econômica que costuma ocupar posições nesses sistemas (Certeau, 2014). Há uma desautorização daquilo compreendido pelas pessoas ordinárias, que, conforme explica Foucault (2014), não entram na ordem do discurso.

Todavia, Certeau (2014) lança um olhar sobre o outro lado: “A refutação das teses comuns sobre a passividade dos consumidores e a massificação dos comportamentos” (p. 27).

O olhar volta-se agora ao “homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Andarilho inumerável” (*idem*, p. 28). Exatamente por ser inumerável, disseminado, ele é múltiplo, variado, uma “marginalidade de massa” (*idem*, p. 44), quase universalizada, aquilo denominado pelo autor de “maioria silenciosa”.

Tratar de uma multiplicidade de sentidos não é, ressalte-se, excluir a validade de determinados discursos, deslegitimando o que é dito pela ciência, pelas leis ou por alguma religião. É um movimento de entender que não existe uma única leitura – e aqui não falamos somente da leitura de textos, e sim num sentido abrangente –, e que somente aquela realizada por determinados sujeitos seria validada, considerada, conforme afirmam ambos Certeau (2014) e Foucault (2014, 2023). Apesar de poder falar, expressar, criar discursos, ter uma voz, os indivíduos fora de posições privilegiadas por uma hierarquia social não são *autorizados* a fazê-lo. Suas falas são consideradas nulas e não são acolhidas (Foucault, 2014), enxergadas como “não tendo verdade nem importância” (*idem*, p. 10).

Para Certeau (2014), “a leitura não tem lugar” (p. 245) e “não tem garantias contra o desgaste do tempo” (*idem, ibidem*), pois, sem a constituição de um lugar próprio onde registrar suas criações, fica suscetível ao esquecimento. E podemos dizer o mesmo do leitor, pois

seu lugar não é *aqui* ou *lá*, um ou outro, mas nem um nem o outro, simultaneamente dentro e fora perdendo tanto um como o outro misturando-os, associando textos adormecidos, mas que ele desperta e habita, não sendo nunca o seu proprietário. Assim, escapa também à lei de cada texto em particular, como à do meio social (Certeau, 2014, p. 246).

O leitor, afirma Certeau (2014), é um viajante: está ao mesmo tempo *dentro* do texto, naquilo que a escrita estabeleceu, caçando em “campos que não escreveram”, e *fora*, relacionando-se com sua bagagem – sua *biblioteca* – e contexto. Assim, silenciosamente, faz surgir uma significação única, pessoal (Certeau, 2014). Não aceita, como se fosse um receptáculo, um sentido “dado”.

Ou, como escreve o filósofo Jean-Luc Nancy: “O gesto da leitura é em si mesmo um gesto de mesclar – é enfrentar, confrontar, transformar, reorientar, desenvolver, recompor, combinar, fazer uma bricolagem.” O que cada um elabora em seu canto se efetua também em maior escala: as culturas se encontram, se fecundam, se alteram e se reconfiguram (Petit, 2013, p. 141-142).

Podemos entender a leitura como um gesto de mesclagem, uma bricolagem (Certeau, 2014). A partir dela nascem, tal como enfrentamentos e confrontos de saberes, a transformação ou reorientação de percepções e combinações de informações (Petit, 2013). A leitura transporta o leitor para uma intersecção entre a inventividade e a modificação (Certeau, 2014). Assim, o

leitor “é o produtor de jardins que miniaturizam e congregam um mundo” (*idem*, p. 245); é o fundador de um bosque – conforme a metáfora de Umberto Eco (2019) – onde pode escolher os próprios caminhos.

Sobre a memória, Michel de Certeau a entende como um processo ativo de reconstrução do passado a partir de fragmentos e rastros. É a partir dela que se criam narrativas e significados. A memória é uma ruptura – uma atividade subversiva que possibilita a alteração da organização e a percepção do espaço. “Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar. [...] Mas essa mudança tem como condição os recursos invisíveis de um tempo que obedece a outras leis e que, por surpresa, furta alguma coisa à distribuição proprietária do espaço” (Certeau, 2014, p. 149). Rompendo com as regras do lugar, crescendo a partir das leis do tempo, sua imprevisibilidade e oportunidades, a memória furta a exclusividade desse espaço, possibilitando que ali se inscrevam as táticas, ações não autorizadas.

Compreende-se, então, que, para Certeau (2014) essa atividade de lembrança e reconstrução é crucial para a formação de uma identidade pessoal e cultural, pois permite que as pessoas deem sentido às suas vidas e história por meio do que reconstróem. A memória vai além de um repositório; ela compõe uma bagagem de experiências, vivências e aprendizados que caracterizam a bagagem única de cada um, e é essa a razão da multiplicidade de significados que adquirimos ao realizarmos uma leitura, seja a partir da escrita ou não.

Ler, para Certeau (2014), pode corresponder ao ato de retirar-se, desterritorializar-se, transportar-se para um mundo outro, um mundo novo, onde é permitido exercer sua liberdade criativa, criar suas próprias verdades. Para compreender os conceitos de territorialização e desterritorialização e como ocorrem no cotidiano, podemos recorrer ao conceito de territorialidade de Raffestin. O espaço, para ele,

é algo natural, mas no momento em que os homens atuam nele – por meio das relações, frequentemente marcadas pelo poder –, está submetido a um processo de territorialização [...] Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (Raffestin, 1993, p. 143 *apud* Barros et al., 2022).

Raffestin encara o espaço como um precedente da territorialidade, pois seria um lugar natural, imanente. Entretanto, quando indivíduos atuam sobre ele, inicia-se um processo de territorialização. A territorialidade é consequência desse processo que envolve um conjunto de relações envolvendo a sociedade, o tempo e o espaço. Logo, "a territorialidade [...] também pode ser entendida como ato de apropriação, ou seja, um meio pelo qual se produz a territorialização, bem como o conteúdo produzido no território" (Raffestin *apud* Lapedra; Ichikawa, 2017, p. 60). Há uma apropriação de um determinado espaço durante um período

específico, de forma a modificá-lo tanto concreta quanto simbolicamente. Esse conceito se aplica tanto às ocupações e usos de territórios geográficos, quanto a de territórios simbólicos, como cultura, política ou religião.

Para Raffestin, ambos, fraco e forte, possuem a capacidade de territorializar um determinado local (Lapedra, Ichikawa, 2017). Entretanto, aplicando esses conceitos à ideia de espaço e lugar de Certeau (2014), podemos entender a territorialização como um processo estratégico dos sistemas de poder para a criação de seu “próprio”, um *lugar*. Por conseguinte, o processo de desterritorialização seria uma tática das pessoas ordinárias para subverter as imposições de poder e transformar um *lugar* em um *espaço*, de acordo com suas necessidades e desejos.

Michèle Petit também entende que a leitura é uma ação desterritorializante, pois “abre para outros horizontes, é um gesto de distanciamento, de saída” (Petit, 2013, p. 42). Característica de portal: transporta o leitor para novas perspectivas. E é por isso que, para ela, a leitura é uma ação transgressiva, pois o leitor se move em direção aos seus próprios desejos, sobretudo na leitura literária, onde encontra novos universos para projetar suas próprias necessidades.

Para ela,

a leitura, e mais precisamente a leitura de obras literárias, nos introduzem também em um tempo próprio, distante da agitação cotidiana, em que a fantasia tem livre curso e permite imaginar outras possibilidades. Ora, não esqueçamos que sem sonho, sem fantasia, não há pensamento nem criatividade (Petit, 2013, p. 49).

Ao transportarmos-nos para um novo espaço, passamos a vivenciar um tempo diferente do cronológico; um tempo particular, que se distancia das imposições cotidianas, possibilitando um exercício da imaginação, da fantasia, tão caras para o desenvolvimento do pensamento (Petit, 2013) e que, justamente por isso, transforma a literatura em um direito, conforme intuiu Antonio Candido (2004). Esse processo ocorre especialmente, embora não exclusivamente, na leitura literária.

Quer chamemos a literatura de efabulação, como o diz Antonio Candido (2004) ou de teatralidade, conforme explica Féral (1998), entendemos que a leitura literária permite, como afirma Petit (2013), o desenvolvimento dos pensamentos, a imaginação, a cognição, a representação, pois faz existência na intersecção entre o olhar e a memória, num espaço não controlável pelas regras estritas das estratégias elaboradas por sistemas de poder (Certeau, 2014).

A leitura literária traz a presença de possibilidades, pois oferece de forma abundante “espaços, paisagens, passagens. Linhas de fuga, traçados que reorientam o olhar.” (Petit, 2013, p. 131). Enquanto tática de consumo, a leitura traz em si uma oportunidade de produzir, no espaço criado no lugar das estratégias, criações pessoais, narrativas particulares e a locomoção a qualquer lugar que a imaginação permita. Pela força da efabulação, ela pode proporcionar a “força para sair dos postos designados, dos espaços confinados” (Petit, 2013, p. 130). Assim,

esta leitura não é uma distração que desviaria dos verdadeiros combates. Os psicanalistas nos ensinam que, para poder tratar a realidade que nos cerca, o mundo real, devemos começar sendo capazes de imaginá-la. O imaginário põe em movimento, leva a outro lugar, faz surgir o desejo. A partir deste espaço pode nos ocorrer a ideia de transgredir os limites estabelecidos, de ser um pouco mais os sujeitos de nossas vidas, de nos rebelar (Petit, 2013, p. 144).

A leitura literária, ao nos fazer imaginar realidades discrepantes da realidade vivida, permite justamente o encarar dessa realidade circundante. Efabulando novos mundos, suas regras, prazeres, vitórias e problemas, podemos dar conta das regras, prazeres, vitórias e problemas do mundo concreto em que habitamos. Essa efabulação permite o aparecimento da resistência aos limites instituídos por outrem. Por meio da leitura, as pessoas conseguem “dar sentido a suas vidas, e encontrar, ou voltar a encontrar, a energia para escapar dos impasses nos quais eles se sentem encurralados” (*idem*, p. 31). Ela é, então, constitutiva da identidade individual e coletiva.

É por essa característica que Petit busca compreender as transformações propiciadas pela leitura. Na apropriação de textos – ou fragmentos de textos – “podemos desenhar uma paisagem, um lugar, um habitáculo próprio. Um espaço onde podemos desenhar nossos contornos, começar a traçar nosso próprio caminho e nos desprender um pouco do discurso dos outros ou das determinações familiares ou sociais” (Petit, 2013, p. 109). Para ela, a leitura tem característica de refúgio, e a partir dela podemos definir nossas identidades e caminhos, distanciando-nos das influências externas. A leitura, em especial a literária, promove a individualidade e a liberdade.

Ressalto, entretanto, que a leitura, mesmo podendo “sustentar, consolidar de maneira decisiva um desejo de independência” (Petit, 2013, p. 117), não cria por inteiro esse ímpeto transgressor. Para Petit, é necessária “já certa emancipação, e que a pessoa suporte ficar sozinha, confrontada a si mesma. Mais ainda quando se trata de leitura de obras literárias, que supõe que alguém consinta em se deixar captar, invadir, transportar” (*idem, ibidem*). Ou seja, a leitura só ajuda a transformar aquele que deseja ser transformado.

Por sua característica disruptiva, encontramos momentos na história em que se controlava, seja por meio da censura, como ocorreu na Ditadura Militar brasileira, ou da extinção de determinados tipos de livros, como ocorreu na Inquisição Espanhola (livros que, por serem considerados heréticos ou perigosos pela Igreja Católica, eram censurados e queimados) e na Alemanha Nazista (queima de livros em praça pública com objetivo de promover a censura e a repressão cultural). É possível encontrar, inclusive, exemplos no Brasil contemporâneo, como o episódio onde, em 2019, Marcelo Crivella, então prefeito do Rio de Janeiro, mandou recolher uma história em quadrinhos por, na capa, ter dois rapazes se beijando.⁸

E isso ocorre pois, mais do que o conteúdo dos livros,

o que se teme é o próprio gesto a leitura, que já constitui um desapego, uma forma de se distanciar. Os leitores e as leitoras irritam porque não se pode exercer um controle sobre eles, porque eles escapam. São como traidores ou desertores. Passam por pessoas associadas e até mesmo antissociais. E são constantemente chamados à ordem (Petit, 2013, p. 51-52).

O próprio ato de leitura é objeto de receio por parte dos sistemas hegemônicos de poder. Lendo, leitores desafiam a autoridade e as normas estabelecidas. O temor vem da impossibilidade de saber e controlar o que passa pela mente de um indivíduo no momento da leitura. Isso os torna, portanto, desobedientes, fazendo o livro ser considerado um portal para a transgressão. Ditando o que pode ou não ser lido, a então classe dominante pensa manter a predominância de seu poder sobre as pessoas ordinárias.

A leitura desempenha um papel fundamental nas relações de consumo:

A leitura é apenas um aspecto parcial do consumo, mas fundamental. Numa sociedade sempre mais escrita, organizada pelo poder de modificar as coisas reformar as estruturas a partir de modelos escritos (científicos, econômicos, políticos), mudada aos poucos em “textos” combinados (administrativos, urbanos, industriais etc.), pode-se muitas vezes substituir o binômio produção-consumo por seu equivalente e revelador geral, o binômio escrita-leitura. O poder instaurado pela vontade (ora reformista, ora científica, revolucionária ou pedagógica) de refazer a história, graças a operações escriturísticas efetuadas em primeiro lugar num campo fechado, tem aliás por corolário uma intensa troca entre ler e escrever (Certeau, 2014, p. 239).

Em uma sociedade profundamente ainda baseada na escrita, o poder da palavra escrita exerce grande influência. Os escritos, sejam eles científicos, econômicos ou políticos, organizam as estruturas sociais. Molda-se a história. A mesma dinâmica do binômio produção-consumo é aplicada ao binômio escrita-leitura. A escrita pode ser entendida como o poder de

⁸ (MARCELO..., 2019, Jornal Nacional, [S. p.])

criar, enquanto a leitura consistiria nas interpretações e na adaptação à essas criações. Numa sociedade capitalista, onde o consumo desenfreado é incentivado, o texto vira ferramenta de controle, passível de injetar ideologias e crenças nos leitores. Isso porque

Seja como for, sua maior autonomia não preserva o leitor, pois é sobre o seu imaginário que se estende o poder dos meios, ou seja, sobre tudo aquilo que deixa vir de si mesmo nas redes do texto – seus medos, seus sonhos, suas autoridades fantasmadas e ausentes. Aí em cima jogam os poderes que fazem das cifras e dos “fatos” uma retórica que tem por alvo esta intimidade liberta (Certeau, 2014, p. 248).

Mesmo que, durante a leitura, o leitor possua autonomia quanto aos sentidos que cria, isso não o protege de ser, por meio dela, dominado. Os meios de comunicação exercem poder sobre seu imaginário, influenciando o que o leitor pode trazer para o texto; influi sobre seus medos, sonhos e autoridades invisíveis e ausentes. O poder da classe dominante (Certeau, 2014) consiste em manipular as informações e os fatos para criar um direcionamento ao leitor, mesmo em sua a intimidade, onde é livre, transformando cifras e fatos em uma retórica que visa influenciar essa intimidade. Em resumo, Certeau destaca como diferentes tipos de leitura existem, mas também como os meios de comunicação podem exercer influência sobre o imaginário do leitor, moldando sua interpretação do texto.

Mesmo com influência, é isto que ela representa ao chegar no seio do dia a dia de pessoas ordinárias: uma influência. Para além dela, temos a resistência diária. Segundo Luce Giard, na introdução geral do livro de Certeau (2014): "cada escritor se encaminha para a própria morte. 'Sob este aspecto, o escritor é também ele o moribundo que deseja falar. Mas, na morte [...] ele conhece, pode dizer, o desejo que espera do outro o excesso maravilhoso e efêmero' de sobreviver numa atenção que ele altera" (p. 32). A resistência aí reside, no ato da leitura, na subversão entre vida e morte, nesta luta constante:

À expansão de uma força que unifica colonizando e que nega ao mesmo tempo seu limite e os outros, deve se opor uma resistência. Há uma relação necessária de cada produção cultural com a morte que a limita e com a luta que a defende. A cultura no plural exige incessantemente uma luta (Certeau, 2013, p. 241-242).

Ao leitor de leitura literária cabe a revolução da reescritura daquilo que lê, pois ele é, em suma, o agente marginalizante que subverte a cultura que está inserido. Esse "homem ordinário, herói comum, andarilho inumerável" (Certeau, 2014, p. 28) galga seus passos nas folhas do livro, nas letras do e-book, deflagrando situações, dominações, e fugindo delas, sendo as "exceções" das regras. E fazemos isso de forma cotidiana, somos a "caça e o caçador" (Certeau, 2014), sobrevivendo ao sistema que estamos inseridos, e criando outros.

Cada cultura prolifera em suas margens. Produzem-se irrupções, que designamos como "criações" relativamente a estagnações. [...] No imaginário oficial, elas figuram como exceções ou marginalismos. Uma ideologia de proprietários isola o "autor", o "criador" ou a "obra". Na realidade, a criação é uma proliferação disseminada. Ela germina (Certeau, 2013, p. 242).

As diferentes culturas não nascem somente no centro, mas também nas periferias. Elas não partem de processos estáticos, e sim de uma incessante produção de ideias, expressões e formação de significados. Tais manifestações criativas, consideradas marginais, emergem contrastado com as formas culturais mais tradicionais e estabelecidas, sendo frequentemente desconsideradas e desvalorizadas quando em comparação com produções já consagradas (como, na literatura, ocorre de exaltarem o cânone e desprezarem manifestações populares). Não se pode ver a criação como um fenômeno isolado, mas sim como uma disseminação generalizada, oriunda de toda a sociedade.

Conforme explica Petit, a cultura é algo “que se furta, que se rouba, algo de que a pessoa se apropria e que transforma a seu modo” (Petit, 2013, p. 38). As pessoas ordinárias apropriam-se e transformam a cultura de maneira a corresponder seus próprios interesses e perspectivas, criando manifestações próprias; apoderando-se da cultura, criam-se novas manifestações e expressões culturais a partir daquelas que já existiam. Essa criação marginalizada é, portanto, nesta pesquisa, enquadrada como tática.

A leitura pode ser considerada um ato de apropriação que supõe intrínseca uma autonomia do leitor, permitindo que o mesmo inscreva sua própria criação sobre a criação de outrem, fazendo surgir, no espaço estabelecido pela escrita, uma percepção sobre si e o que lhe rodeia. Ela permite que, nos espaços vazios constituintes dos textos, o leitor desenvolva um espaço privado, onde há espaço e tempo para o íntimo. Percebendo a si mesmo, o leitor pode começar a perceber o mundo. Na leitura, cria-se um terreno fértil para o surgimento de resistências, sejam elas inconscientes ou propositais.

Quando voltamos à história da leitura, podemos perceber o modo como se deu a evolução das práticas de leitura ao longo do tempo – e, por consequência, como a relação entre o leitor e o texto tem se transformado. Entendendo como a relação interacional entre autor-texto-leitor (Koch, Elias, 2008) ocorre, compreendemos que o leitor é o protagonista do processo de leitura, pois a construção de sentidos ocorre nele e por isso é única para cada indivíduo.

O leitor, e em especial o leitor literário, assume um papel ativo dentro do processo de leitura, onde inscreve suas resistências no espaço “próprio” da classe dominante (Certeau,

2014). Podendo criar uma identidade própria e coletiva a partir do ato de ler (Petit, 2013), por meio dessa atividade o leitor resiste.

Assim, entra o campo da literatura, onde ambas, escrita e leitura, podem ser consideradas atos de resistência, que se tornam formas poderosas de expressão e reação diante de estruturas impositivas. Todas essas abordagens nos lembram que a leitura literária é uma prática dinâmica, capaz de transcender fronteiras temporais e culturais, permitindo às pessoas ordinárias uma afirmação e reafirmação de suas vozes e identidades. É por essa razão que a leitura literária deve ser um direito incompressível (Candido, 2004), pois suas faíscas são capazes de suscitar pequenas e grandes revoluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todas as questões, premissas e ideias aqui apresentadas, considero a leitura como uma prática de resistência, que pode e consegue inserir-se no seio da sociedade, imbricando-se entre páginas, corpos e imaginação. A leitura pode carregar em si um poder intrínseco, que carrega o leitor para outras realidades, sendo capaz, por vezes, de modificar a própria realidade. Aqui, a interação entre livro-leitura-leitor foi a questão-chave desta dissertação, que buscou traçar um panorama da leitura literária e sua relação com a resistência, com base nas reflexões de autores que estudaram o tema.

Como se viu, a leitura pode ser compreendida como uma atividade de interação, que atua de forma complexa de maneira a permitir a produção de sentidos. Essa interação ocorre, de acordo com Iser e Eco, por meio de vazios que se imiscuem no texto. Ao preencher esses vazios, o leitor interage com o texto, fazendo associações e comparações, e utilizando-se de suas experiências e das suas leituras anteriores para lhes dar sentido. Essas experiências constituem a sua biblioteca, cuja matéria é influenciada por seu contexto e com as formas tipográficas em que o texto se apresenta.

Podemos considerar que os sentidos criados para um texto serão únicos para cada leitor, o qual possui, enquanto lê, liberdade para tal. Essa liberdade, entretanto, não é absoluta: no interior do texto, existem complexos de controle que servem como um guia para a interpretação do texto, não impondo significados de caráter “obrigatório” para o leitor, e antes agindo como se fossem sugestões para este. Dessa forma, a formação de sentidos não age de maneira aleatória e, sim, mediada pela manipulação, realizada pelo autor, dos vazios constitutivos do texto.

Infere-se, pois, que o sentido de um texto não reside no autor, mas, antes, no leitor e na interação dinâmica que chamamos de leitura. Ler não implica passividade. É, sim, um processo ativo de criação de sentidos, que se torna, dessa forma, uma atividade performática, na concepção de Zumthor, envolvendo um engajamento do corpo, pois é a partir deste que se experiencia a realidade.

A leitura enquanto formação de sentidos existe antes mesmo da invenção da escrita. Sua história nos mostra que essa é uma atividade múltipla, que se transforma conforme passa o tempo, com diferentes formas coexistindo – como a leitura em voz alta e a leitura silenciosa ou a leitura intensiva e a extensiva – e ao passo que se alteram os suportes – do rolo ao *volumen*, e mais recentemente aos meios digitais –, estando há muito tempo atuando como um incentivo às relações sociais. Foi, em diversos momentos da história, alvo da censura, com o objetivo de se controlar o que poderia ou não ser lido, mas tais restrições enfrentaram resistência.

Quando falamos de literatura, podemos entendê-la da forma ampla defendida por Candido: todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático – ou seja, todas as formas de (e)fabulação. A leitura literária, ao criar um espaço privado que permite a reflexão, age como fator humanizador, de constituição de uma identidade e a identificação com os outros, propiciando uma leitura do mundo, ou seja, a interpretação da própria realidade.

Por meio da literatura, procuramos representar o irrepresentável: a realidade. Mesmo em histórias que parecem se distanciar do crível e possível, que exploram o fantástico e a fantasia, encontramos fragmentos do real; palavras que, combinadas, buscam transmitir, por meio de linguagem, experiências e vivências que existem para além da ficção. Encontramos, inclusive, em muitas obras ficcionais, o próprio ato da leitura e as experiências possibilitadas por ele. Dedique-se a história exclusivamente a isso ou não, é possível encontrar a força transformadora da literatura figurando em diversas narrativas de ficção.

Segundo Barthes (2013), a literatura engloba diversos saberes e traz em si um jogo constante de signos e é por meio dela que resistimos ao poder da língua. Compreendemos então, com Foucault, que o poder existe em multiplicidade, age em rede, por meio de dispositivos, mantendo-se por meio da produção de saber e do controle e circulação dos discursos, e deve ser “combatido” dentro de suas próprias estruturas – é o que faz a literatura.

Para Certeau, as estruturas de poder compõem um tipo de prática intitulada estratégia, capaz de constituir um lugar próprio de forma a propiciar uma vitória do lugar contra o tempo. A escritura, para ele, é um exemplo de prática estratégica, pois atua como um instrumento de manutenção do poder, com o objetivo de moldar ou influenciar os corpos por meio da criação de regras ou lei.

Mas existe um outro tipo de prática: a tática, a *maneira de fazer* das pessoas ordinárias que, incapaz de criar para si um lugar, aproveita as ocasiões para se sobresscreverem no lugar estabelecido pela estratégia. Existem diversas práticas cotidianas do tipo tático: habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar. Por meio delas se resiste à tentativa de controle dos sistemas de poder.

Existe um uso da escrita que apresenta características de resistência: aquela que se localiza nos entremeios da narração. Para Bosi, há resistência na escrita, que se dá em duas frentes: como tema ou como ação imanente no ato de escrever. Para esse autor, a resistência se dá pela exposição da realidade do autor. Já para Certeau, acreditando na segunda premissa, a ficção possui fragmentos de práticas cotidianas, e é por essa razão que apresenta características de táticas.

A leitura, para Certeau, corresponde ao ato de apropriação pelo qual leitores se utilizam do lugar próprio instaurado pelas estratégias – a página –, e por isso não consegue lutar contra o desgaste do tempo. Ativamente criando uma significação que parte de suas próprias experiências e perspectivas, os leitores resistem, de forma silenciosa, às imposições de sentido da prática estratégica que é a escrita. A resistência intrínseca ao ato da leitura corresponde à não-passividade do leitor, que não se deixa constranger por uma imposição de sentido.

Os livros possibilitam uma ampliação dos horizontes do leitor, que consegue, por meio deles, viver experiências, enxergar criticamente sua realidade, adquirir conhecimentos – pois, “se a experiência da literatura é um aumento de consciência, ela é também, do ponto de vista do conhecimento, sempre um acréscimo, não se medindo nem por números, nem por estatísticas ou conceitos” (Suttana, 2011, p. 75) –, de uma maneira que, sem eles, para a maioria dos indivíduos, não seria possível alcançar.

Barthes (2013) afirma que “plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, regerminar no novo estado de coisas” (p. 12-13). Entendemos a razão disso no fato de que, conforme defendido também por Foucault, o poder, difundido em diversas dimensões da vida social (Barthes afirma que ele é um organismo trans-social), trabalha em rede regulando os discursos, ditando quais saberes são verdadeiros ou não, válidos ou não, autorizados ou não, e disciplinando corpos para torná-los mais *controláveis*. Pensando dessa forma, a leitura constituiria “o ponto máximo da passividade que caracterizaria o consumidor” (Certeau, 2014, p. 47).

Podemos inferir que o poder, por meio de seus dispositivos, busca exercer um controle da informação – que pode aqui ser compreendida enquanto os saberes e os discursos –, ditando quais informações são “verdadeiras”, no sentido de autorizadas e validadas, e passíveis de serem encontradas. Como demonstrado anteriormente, o controle da leitura, intentado por meio da censura, da queima de livros, da proibição, figurou em diversos momentos da história.

Entretanto, a capacidade de suscitar resistências se revela intrínseca ao ato da leitura literária, conforme evidenciado nesta dissertação. Partindo dessa constatação, é possível perceber a importância de tal atividade para as pessoas. Pois, se a partir dela se permite uma tomada de consciência sobre a própria realidade, o desenvolvimento de um pensamento crítico, a aquisição de informações e até um refúgio para quem lê; se é ela um fator humanizador, então a leitura e a literatura devem ser encaradas enquanto fatores de suma importância para o reconhecimento do sujeito enquanto sujeito.

Trata-se de uma resistência ao poder da língua, aos sentidos impostos e, por fim e consequentemente, aos mais diversos mecanismos disciplinares que vão além dos constituídos pela escritura – pois, na leitura, os consumidores “jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los”, nas palavras Barthes –, suscitada pela criação de um espaço que permite a reflexão, capaz de permitir uma ampliação da leitura de mundo, aos dispositivos desse poder difuso, panóptico, que procura tornar os corpos úteis e dóceis.

Ray Bradbury disse que “não é preciso queimar livros para destruir uma cultura. Basta fazer com que parem de lê-los”. No Brasil, pesquisas que investigam o hábito de leitura indicam que pouco se lê no país – e a resposta para isso parece estar na falta de incentivo. Podemos considerar o desencorajar e o dificultar o acesso aos livros as fogueiras da contemporaneidade, pois tais ações se fundamentam na tentativa de diminuir a resistência suscitada pela leitura literária.

No documentário *Entre Parágrafos e Terra Vermelha: a Leitura no Mato Grosso do Sul* (2021), entre algumas das respostas dos entrevistados, convidados a refletir acerca dos incentivos para leitura, podemos citar o *exemplo* (principalmente na infância, ver outras pessoas lendo pode, para os entrevistados, influenciar no hábito de leitura), o *acesso* (que os livros cheguem, de alguma forma, aos leitores), o *prazer* (a realização de leituras por desejo e não por obrigação) e o *reconhecimento* (reconhecer a si e sua realidade nas leituras que realiza). Foram mencionados, acerca do que dificultava o desenvolvimento desse hábito, principalmente, o *valor* monetário dos livros, a baixa quantidade de bibliotecas – bem como a falta de diversidade e atualização dos acervos daquelas já existentes – e poucos eventos ou oportunidades de compartilhar suas leituras. A responsabilidade da família, da escola e do poder público relacionada a essa prática foi ressaltada do início ao fim do média-metragem.

Neste trabalho, objetivou-se ressaltar a importância da leitura – com enfoque em sua relevância como convite à resistência, influência na formação de identidade e desenvolvimento de um reconhecimento de si e do outro. Muitos elementos que influenciam positiva ou negativamente já foram identificados – basta verificar as falas dos entrevistados do documentário supracitado. É necessário assinalar as variáveis que influenciam a prática da leitura, aquelas conhecidas e aquelas que ainda não, de forma a procurar maneiras de fortalecer o que reconhecidamente age como fomento, bem como a criação novos mecanismos para tal e a superação daquilo que interfere de maneira desfavorável ao ato de ler.

Conclui-se, portanto, que a leitura literária deve ser um direito humano incompressível. Por sua vez, Dalcastagnè afirmou que nós ainda precisamos “da literatura para pensar nossa

história, nossas relações com o mundo, mas que ela venha para incomodar o sono dos tranquilos, para tirar o sossego dos injustos”. Seguimos precisando da (e)fabulação, do espaço próprio (um refúgio), da ampliação da percepção do mundo e da humanização que advém dessa prática de característica táctica – uma *arte de fazer* intitulada leitura literária.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. História dos textos, história dos livros e histórias das práticas culturais: ou, uma outra revolução da leitura. In: CHARTIER, Roger. *Formas e sentido: Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. 2. ed. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2011a. cap. Apresentação, p. 7-16.
- ALMEIDA, Leonardo Pinto de; JÚNIOR, Carlos Augusto Peixoto. Escrita literária: linguagem, existência e ruptura com a tradição. *ALCEU*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 127-144, jul./dez. 2010. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=9&infoid=383&sid=33. Acesso em: 24 jan. 2024.
- AQUINO, Magno Geraldo de. TEXTO DIGITALIZADO OU ROLO TECNOLÓGICO?. *Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, [S. l.], v. 15, n. 3, 2008. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/1939>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- BARROS, Ariane Guerra; VIEIRA, Aline Silva; REIS, Maria Luiza Machado dos; LIMA, Davi da Rocha; HONDA, Tatiana Kaori; SILVA, Ana Carolina da Sousa. Corpo em crise: a desterritorialização do cotidiano. *Anais IX InterFaces Internacional: Corporalidades na cena da pesquisa contemporânea*, Uberlândia - Minas Gerais, 2023. IX InterFaces Internacional - Corporalidades na cena da pesquisa contemporânea, 2022, Uberlândia - Minas Gerais.
- BARROS, Ariane Guerra. Um olhar para o espectador no(s) teatro(s) performativo(s). In: JUNIOR, Braz Pinto; CAJAIBA, Claudio [org.]. *Pesquisas em Artes Cênicas UFBA/UGD*: Recortes de experiências realizadas pelo DINTER (Doutorado Interinstitucional em Artes Cênicas). São Carlos: Pedro & João Editores, 2020).
- BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. ISBN 978-85-316-0029-6.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução: Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2002. 297 p.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451: a temperatura em que o papel pega fogo e queima....* Tradução: Cid Knipel. 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2020. 272 p. ISBN 978-65-5830-015-1.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Tradução: Nilson Moulin. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 279 p. ISBN 978-85-7164-339-0.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro - RJ: Duas Cidades / Ouro Sobre Azul, 2004. p. 169-191.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução: Lngrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 7 ed. Campinas – São Paulo: Papirus, 2013. 253 p.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural: Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 231-253.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 160p p.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução: Mary Del Priori. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 111 p.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido: Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução: Maria de Lurdes Meirelles Machado. 2. ed. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2011a. 167 p.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011b. p. 77-105.

DAHL, Roald. *Matilda*. Ilustração: Quentin Blake; Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. 1. ed. Rio de Janeiro: Galera Júnior, 2022. 223 p.

DALCASTAGNÈ, Regina. A LITERATURA COMO LUGAR DE ENCONTRO E DE RESISTÊNCIA. *Revista Desassossegos*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 28-33, 2021. Disponível em: https://issuu.com/revistadesassossegos/docs/desassossegos_vol_6. Acesso em: 1 fev. 2024

DALCASTAGNÈ, Regina. Para não esquecer: a narrativa como espaço de resistência. *Esferas*, [s. l.], n. 9, Julho a Dezembro de 2016. DOI <https://doi.org/10.31501/esf.v0i9.8773>. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/8773>. Acesso em: 1 fev. 2024.

DENIPOTI, C. Apontamentos sobre a história da leitura. *História & Ensino*, [S. l.], v. 2, p. 81–91, 1996. DOI: 10.5433/2238-3018.1996v2n0p81. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12770>. Acesso em: 20 set. 2023.

DEPEXE, Sandra; FREITAS, Marina Judiele dos Santos. “Tá, tá movimentando”: a indústria editorial e o TikTok no Brasil. *Comunicação Mídia e Consumo*, [S. l.], v. 20, n. 58, p. 265-284, 2023. DOI <https://doi.org/10.18568/cmc.v20i58.2802>. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2802>. Acesso em: 13 jan. 2024.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP. *Pontes Editores*, 2018. pp. 171-194. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-jV585nwX1jVAA_EHFjVhBVMlJmNjZiF/view. Acesso em 21 jan. 2023.

DURAN, Marília Claret Geraes. *Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau*. Revista Diálogo Educacional, v. 7, n. 22, p. 115-128, 2007.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. 6ª ed. São Paulo – SP: Martins Fontes, 2006.

ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Tradução: Giovanni Cutolo. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ECO, Umberto. *Seis passeios nos bosques da ficção*. Lisboa – Portugal: Gradiva, 2019. 184 p. ISBN 9789896169053.

ECO, Umberto. Sobre algumas funções da literatura. In: ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. cap. 1, p. 9-22.

ENTRE parágrafos e terra vermelha: A leitura no Mato Grosso do Sul. Direção: Hemilly Rayanne Correa da Silva e Aline Silva Vieira. Dourados e Campo Grande - MS: Pastel Escritor, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5cJQd6ygJWQ&t=359s>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. Tradução: Fulvia M. L. Moreno, Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 580 p.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. Leitura e cidadania: a importância da formação do leitor no mundo contemporâneo. *Em tempo*, Marília, v. 5, p. 51-63, ago. 2003.

FISCHER, Steven Roger. *História da Leitura*. Tradução: Claudia Freire. São Paulo – SP: Editora UNESP, 2006. 384 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023. 432 p.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. III, p. 264-298. ISBN 85-218-0295-1.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2021.

GAMBARO, Daniel; MOARES, Paulo Sérgio Ferreira de. O audiolivro e suas relações com as produções sonoras: linguagem e experiência midiaticizada. In: VICENTE, Eduardo (org.). *Sonoridades Midiáticas: rádio, música e cinema*. São Paulo: ECA-USP: TikiBooks, 2023. p. 81-111. PDF.

GIARD, Luce. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 107-116.

ISER, Wolfgang. Interação do texto com o leitor. In: JAUSS, Robert Hans *et al.* *A literatura e o leitor*. Coord. E Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ISER, Wolfgang. *O Ato da Leitura*. 1. ed. São Paulo - SP: Editora 34, 1996. 192 p. v. 1.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo - SP: Contexto, 2008.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo – SP: Ática, 2006. v. 1. 112 p.

LAPEDRA, Ana Tereza Freitas de; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Diálogos entre os conceitos de práticas cotidianas, territorialidade e territorialização. *RECSA - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*, v.6, n.2, jul/dez, 2017. Faculdade FISUL, Garibaldi, 2017, pp. 49-67.

LEONARDELLI, Patricia. Teatralidade e Performatividade: espaços em devir, espaços do devir. *Revista Cena*, n.10. Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 2-19.

LIMA, Ilane Coutinho Duarte; AZEREDO, Rosany. O livro e seus principais suportes: papiro, pergaminho e papel. *Repositório - FEBAB*, [S. l.], 2006. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5491>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel de. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023. p. 7-34.

MARCELO Crivella, prefeito do Rio, manda recolher livro da Bienal e gera protestos. *GI*, [S. l.], 6 set. 2019. Jornal Nacional, [S. p.] Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/06/marcelo-crivella-prefeito-do-rio-manda-recolher-livro-da-bienal-e-gera-protestos.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MEDEIROS, M. M. de. A história cultural e a história da literatura medieval - algumas referências à "escritura" do oral e à "oralidade" do escrito. *Fronteiras*, [S. l.], v. 10, n. 17, p. 97–111, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/64>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MOSTAÇO, Edélcio. Fazendo cena, a performatividade. In: MOSTAÇO, Edélcio; OROFINO, Isabel; BAUMGÄRTEL, Stephan; COLLAÇO, Vera (org.). *Sobre performatividade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009. pp. 15-47.

PAZ, Eliane Hatherly. Um livro de cabeceira e uma câmera na mão: circulação e consumo literários na contemporaneidade. *ALCEU: Revista de Comunicação, Cultura e Política*, [S. l.], v. 22, n. 47, p. 125–142, 2022. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/143>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PETIT, Michèle. *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. 1. ed. São Paulo - SP: Editora 34, 2013. 168 p.

PINHEIRO, Alexandra dos Santos. O TEXTO LITERÁRIO E A VIDA: OS SENTIDOS DA LEITURA PARA OS MEDIADORES EM FORMAÇÃO. *Raído*, Dourados - MS, v. 8, n. 17, p. 139-154, jul./dez 2014.

PINHEIRO, Alexandra Santos; LOTTERMANN, Clarice. Literatura em tempos de pandemia: leitura e afeto em encontros literários. *Leitura: Teoria & Prática*, v. 40, n. 85, p. 77-92, 2022. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/913>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PINHEIRO, Alexandra Santos; PINHEIRO, Robinson Santos. Práticas de leitura: a questão da identificação no discurso memorialístico de leitores (as) do interior de Mato Grosso do Sul. In: PINHEIRO, Alexandra Santos; NETO, Paulo Bungart (org.). *Estudos culturais e contemporaneidade: literatura, história e memória*. Dourados - MS: Editora UFGD, 2012. p. 51-79.

REIS, Susana Azevedo; MUSSE, Christina Ferraz. O Estado da Arte de Pesquisas sobre “Clube do Livro” ou “Clube de Leitura”. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Juiz de Fora - MG, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt6-pe/susana-azevedo-reis.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SILVA, Alessandra Conde da. Os livros dentro do livro e o monumento da barbárie em Nas pegadas da Alemoa. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 16, n. 30, p. 192–194, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/39454>. Acesso em: 28 dez. 2023

SOUZA, Laís Andrade; FILHO, Eudaldo Francisco dos Santos; TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. CRONOLOGIA VISUAL DA TIPOGRAFIA: DO SURGIMENTO DA ESCRITA À IDADE MÉDIA. *XI Seminário do Programa em Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade*, Feira de Santana, p. 524-533, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304578904_CRONOLOGIA_VISUAL_DA_TIPOGRAFIA_DO_SURGIMENTO_DA_ESCRITA_A_IDADE_MEDIA. Acesso em: 24 jan. 2024.

SUTTANA, Renato. Um problema de formação reflexões sobre literatura, leitura e ensino: reflexões sobre literatura, leitura e ensino. *Leitura: Teoria & Prática, [S. l.]*, v. 23, n. 57, p. 66-77, 2011. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/44>. Acesso em: 4 jan. 2024.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Tradução: Caio Meira. 13. ed. Rio de Janeiro: DIFEI, 2021. 98 p.

VIEIRA, Aline Silva. *A performatividade e teatralidade incorporadas num clique: a fotografia como fragmento do cotidiano*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Artes Cênicas) – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

WOOLF, Virginia. *O Sol e o Peixe: Prosas poéticas*. Tradução: Tomaz Tadeu. 1. ed. [S. l.]: Autêntica Editora, 2015. 96 p. *E-book Kindle*.

ZAFÓN, Carlos Ruiz. *A sombra do vento: O Cemitério dos Livros Esquecidos - Livro 1*. Tradução: Marcia Ribas. 1. ed. [S. l.]: Suma, 2017. 694 posições. *E-book Kindle*.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. 3. ed. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2015. 166 p.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Tradução: Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 112 p.